



FLORESTAS DE VALOR

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
E SUSTENTABILIDADE:
A EXPERIÊNCIA DO IMAFLORA
NO NORTE DO PARÁ



 Florestas
de Valor

 imaflora®



FLORESTAS DE VALOR

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
E SUSTENTABILIDADE:
A EXPERIÊNCIA DO IMAFLORA
NO NORTE DO PARÁ



Patrocínio



Realização:

Instituto de Manejo e Certificação
Florestal e Agrícola - Imaflora

Coordenação geral:

Roberto Hoffmann Palmieri
Secretário Executivo - Imaflora

Coordenação editorial,**edição e revisão de textos:**

Green Editora e Comunicação

Revisão final:

Luiz Hargreaves/
Hargreaves Traduções e Eventos

Design gráfico:

Thiago Olbrich

Foto da capa:

Rafael Salazar

ISBN: 978-65-86902-02-0.

1. Áreas Protegidas;
2. Amazônia; 3. Sustentabilidade;
4. Populações Tradicionais;
5. Sociobiodiversidade;
6. Bioeconomia; 7. Brasil; 8. Pará.



Copyright© 2020 Imaflora®

Para democratizar a difusão dos conteúdos publicados pelo Imaflora, as publicações estão sob a licença da Creative Commons que permite o seu livre uso e compartilhamento.
(www.creativecommons.org.br)

Sobre o Imaflora:

O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira sem fins lucrativos criada em 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário.



- [instagram.com/imaflorabrasil](https://www.instagram.com/imaflorabrasil)
- www.imaflora.org/blog
- [facebook.com/imaflora](https://www.facebook.com/imaflora)
- twitter.com/imaflora
- [linkedin.com/in/imaflora](https://www.linkedin.com/in/imaflora)
- [youtube.com/imaflora](https://www.youtube.com/imaflora)

+55 19 3429 0800
imaflora@imaflora.org
www.imaflora.org

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
CAPÍTULO 1.	10
INTRODUÇÃO	
<i>Panorama geral do território</i>	
CAPÍTULO 2.	46
<i>Unidades de conservação estaduais no norte do Pará: ordenamento e gestão territorial</i>	
CAPÍTULO 3.	64
<i>Atividade florestal madeireira no norte do Pará: do Projeto Jari ao combate à ilegalidade e ao advento das concessões florestais</i>	
CAPÍTULO 4.	94
<i>Breve histórico das comunidades remanescentes de quilombos do município de Oriximiná, no norte do Pará</i>	
CAPÍTULO 5.	110
<i>Agricultura familiar no norte do Pará: da subsistência ao mercado – uma trilha para as comunidades da floresta</i>	
CAPÍTULO 6.	130
<i>Comunidades, território e reprodução socioambiental – o acesso dos agricultores familiares ao programa de alimentação escolar de Oriximiná</i>	
CAPÍTULO 7.	152
<i>Valorizar a floresta em pé</i>	

APRESENTAÇÃO

Quando, em 2006, o Imaflora foi convidado pelo governo do Pará a apoiar o processo de criação de um conjunto de unidades de conservação estaduais na região norte do estado, não podíamos imaginar os desdobramentos que esse trabalho teria ao longo de mais de uma década, tanto para nós quanto para as comunidades locais e os parceiros que aprendemos a conhecer e com quem caminhamos juntos desde então.

Olhando por uma perspectiva histórica, a experiência transformou-se para nós, que, desde aquele primeiro momento, acompanhamos essa trajetória. O desafio demonstrou-se grande desde o início.

Nossa sorte é que, em algumas partes do imenso território localizado ao norte do rio Amazonas, já vinha sendo realizado um consistente trabalho em unidades de conservação federais pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio); em terras indígenas, pela Funai; e em assentamentos e territórios quilombolas da região, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

Além disso, parceiros da sociedade civil já tinham uma boa base conceitual, técnica e científica sobre a região, o que nos possibilitou dar os primeiros passos com mais segurança.

E assim, nos sentimos encorajados.

Naquele momento, forças institucionais e políticas demonstraram-se dispostas a se unir em benefício da região, como, por exemplo, o governo do estado do Pará, interessado em estabelecer naquele território condições para viabilizar um modelo de desenvolvimento baseado na conservação do meio ambiente e na valorização da sociobiodiversidade.

No entanto, um terceiro fator foi determinante para o que viríamos a desenvolver posteriormente na região: a população local. Quilombolas, indígenas e ribeirinhos constituíam o cerne do que tínhamos a fazer por lá.

Ocupada historicamente por povos e comunidades tradicionais, a região norte do Pará permaneceu, por décadas, fora do foco de atenção dos governos e mesmo das organizações da sociedade civil.

Por outro lado, isso reduziu, por algum tempo, a exposição da região à pressão por terras e recursos florestais, em comparação, por exemplo, com o sul e o leste do estado. Além da barreira natural do próprio rio Amazonas, que isolava o norte do Pará, havia também o relevo muito acidentado do escudo da Guiana.



Essa soma de fatores ajudou a região a manter-se mais protegida. Contudo, a pressão era notavelmente crescente a cada ano, embalada por um modelo de desenvolvimento predatório que insistia em avançar sobre aquele território em detrimento das pessoas que têm, naquelas florestas, seu modo e razão de viver.

O objetivo mais urgente em 2006 era dar uma destinação à grande parte do território que ainda era formada por terras devolutas, alvo prioritário de grilagem. Isso foi apenas o início de uma longa jornada que ganhou complexidade a cada passo. Os impactos positivos para a conservação da natureza e o bem-estar das pessoas envolvidas se agigantavam, assim como os desafios para que essas mudanças se consolidassem no território.

O trabalho do Imaflora com seus parceiros no norte do Pará engloba esses ingredientes sociais, ambientais e econômicos. Aos poucos, esses distintos planos da realidade local foram sendo assimilados pelos técnicos do instituto e pela rede de parceiros que se ampliava: órgãos ambientais, organizações da sociedade civil, empresas privadas e, sobretudo, populações locais.

Houve uma ampla pactuação em torno de um novo modelo de desenvolvimento, em que as áreas protegidas e seus povos tradicionais pudessem se tornar indutores de uma economia sustentável no longo prazo, conservando a floresta e valorizando a incrível riqueza natural e cultural da região.

Esse novo caminho de desenvolvimento para as comunidades serviria a elas de apoio e incentivo para enfrentar pressões cada vez maiores e mais complexas.

Este segundo volume da série Florestas de Valor busca espelhar parte dessa experiência, os desafios que enfrentamos e as conquistas que construímos – sempre de mãos dadas com nossos parceiros e as comunidades locais.

A eles dedicamos nossos mais sinceros agradecimentos. Esperamos que a leitura dos capítulos a seguir possa inspirar iniciativas ainda mais ambiciosas no norte do Pará e em outras regiões da imensa Amazônia.

Roberto Hoffmann Palmieri
Secretário Executivo do Imaflora





INTRODUÇÃO

PANORAMA GERAL DO TERRITÓRIO

*Roberto Hoffmann Palmieri*¹ ;
*Marco Lentini*²

O LUGAR

Estamos no norte do Pará, na região conhecida como Calha Norte, que se estende por cerca de 27 milhões de hectares na margem esquerda do rio Amazonas (tabela 1). O território ocupa 22% da superfície do estado e abrange nove municípios: Alenquer, Almeirim, Curuá, Faro, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa e parte do município de Prainha – que avança para além da margem direita do Amazonas (figura 1).

¹ *Mestre em Ecologia Aplicada e engenheiro agrônomo pela Universidade de São Paulo – USP. Atual secretário executivo do Imaflora e vice-presidente do Comitê Sul-Americano da UICN.*

² *Mestre em Economia de Recursos Florestais, engenheiro florestal e consultor florestal independente.*

Tabela 1. Extensão territorial e estimativa da população residente por município (data de referência: 1º de julho de 2019).

Nome do município	População estimada em julho/2019	Área (km ²)	Densidade demográfica em 2019 (hab./km ²)
<i>Alenquer</i>	56.789	23.645,45	2,40
<i>Almeirim</i>	34.109	72.954,8	0,47
<i>Curuá</i>	14.393	1.431,16	10,06
<i>Faro</i>	7.194	11.770,63	0,61
<i>Monte Alegre</i>	58.032	18.152,56	3,20
<i>Óbidos</i>	52.137	28.021,42	1,86
<i>Oriximiná</i>	73.096	107.603,29	0,68
<i>Prainha</i>	29.866	4.565,14	2,01
<i>Terra Santa</i>	18.769	1.896,51	9,90
Total	344.385	270.040,96	1,28

Observação: No caso do município de Prainha, foi considerada somente a área à margem esquerda do rio Amazonas, embora a população e a densidade se refiram a todo o município. A superfície total do município de Prainha é 14.786,98 km²; portanto, somente 31% estão à margem esquerda do rio Amazonas.

Fonte: IBGE – <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 22/03/2020.

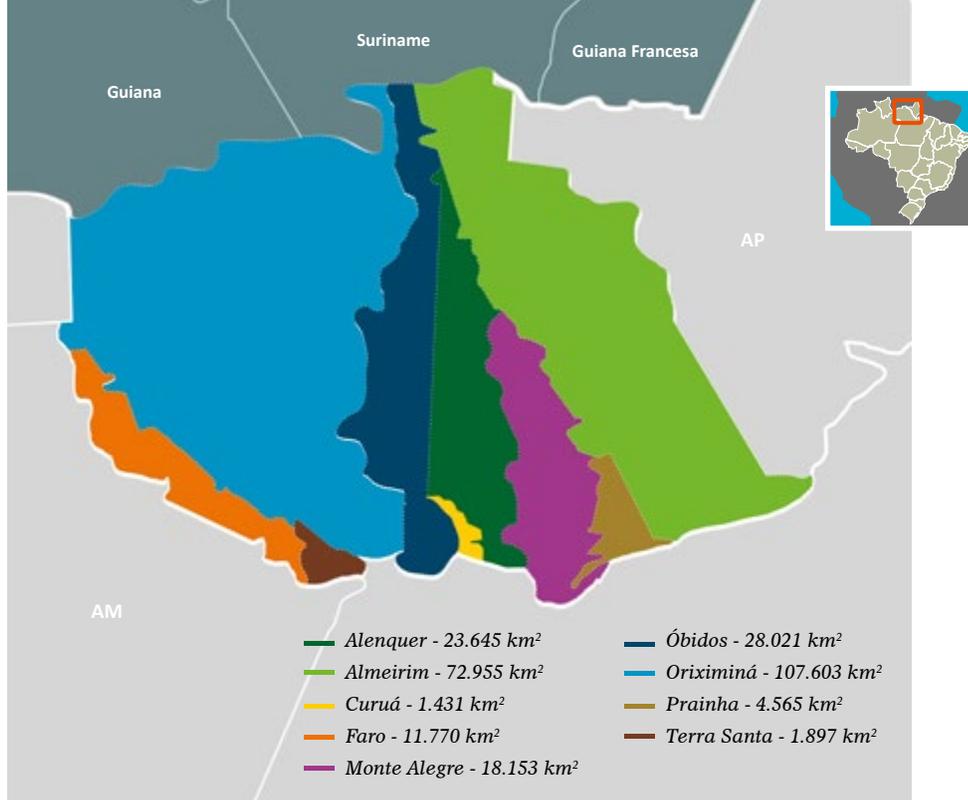


Figura 1. Região norte do estado do Pará, conhecida como Calha Norte, composta pela área integral de oito municípios e parte do município de Prainha. Fonte: Imazon, 2013.

Historicamente, essa região difere do resto do estado, sobretudo devido a suas condições naturais e geografia, mas também em função de projetos e arranjos envolvendo o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada que ali atuam. Um reflexo disso é que cerca de 82% das terras foram destinadas à conservação da biodiversidade e ao usufruto de povos indígenas e populações tradicionais por meio de unidades de conservação (UC) federais e estaduais, terras indígenas (TI), terras quilombolas e projetos de desenvolvimento sustentável (PDS), uma modalidade de assentamento em que a terra é coletiva e destinada a uma associação de agricultores familiares.

Um dos motivos para o relativo isolamento dessa região do restante do Pará é o fato de estar delimitada ao sul pelo rio Amazonas, que atinge 50 quilômetros de largura em alguns locais, sem pontes para a travessia. O ponto mais estreito do rio, com cerca de 2 km de largura, fica em frente a Óbidos.

A origem da cidade está relacionada a esse fato. No século 17, era mais fácil controlar a circulação de embarcações nesse trecho por ele ser mais estreito que os demais. Devido a isso, os portugueses, ainda na época do Brasil Colônia, aí ergueram um forte em 1697. O município, porém, só seria criado em 1755. Apesar do fluxo diário de embarcações de uma margem à outra do rio, o movimento ainda é bem reduzido se comparado ao de outras regiões interligadas por estradas e pontes.

A região é citada frequentemente como Calha Norte, justamente por estar na rede de drenagem ao norte do rio Amazonas. Os primeiros registros do termo Calha Norte datam de 1985, quando foi utilizado para nomear um projeto do governo federal na área. Posteriormente, o governo do estado também passou a usar o mesmo nome.

O QUE DIZ O IBGE

Segundo o IBGE ³ (IBGE, 2020), essa porção do território situa-se em duas regiões geográficas intermediárias e em três regiões demográficas imediatas. As duas regiões geográficas intermediárias são Altamira, em que está localizado o município de Almeirim; e Santarém, onde estão os

outros municípios (figura 2). As regiões geográficas imediatas são Oriximiná, onde se encontram os municípios de Faro, Terra Santa, Oriximiná, Óbidos e Curuá; Santarém, onde estão os municípios de Prainha, Monte Alegre e Alenquer; e, por fim, Almeirim-Porto de Moz, onde está o município de Almeirim. Nessas três regiões, também há municípios à margem direita do rio Amazonas (tabela 2). A regionalização anterior do IBGE (de 1989) incluía essa porção do território integralmente na mesorregião Médio Amazonas. Como a nova regionalização tem três anos, em muitos documentos a região ainda é chamada de Médio Amazonas.

A área já fazia parte da regionalização feita pelo IBGE em 1942, que dividiu o território em zonas fisiográficas; e manteve-se na mesma zona da redefinição de 1960. Em 1968, o IBGE estabeleceu microrregiões homogêneas, de forma que os municípios de Almeirim e Prainha ficaram em uma microrregião, e os demais, em outra. Em 1976, todo o território manteve-se na mesma mesorregião homogênea. Em 1989, além das mesorregiões, foram estabelecidas ainda microrregiões que dividiram a mesorregião do Baixo Amazonas em três, colocando os municípios à margem esquerda do Amazonas em três microrregiões: Almeirim ficou em uma microrregião; Prainha, Monte Alegre e Alenquer, em outra; e Óbidos, Curuá, Oriximiná, Terra Santa e Faro, em outra. Essa mesma distribuição dos municípios à margem esquerda do rio é a atual para as regiões geográficas imediatas em vigor, como mencionado acima (figura 3). A definição dessas microrregiões levou em consideração critérios como atividades produtivas, ambiente natural e relações sociais.

³ Regionalização do IBGE de 2017.

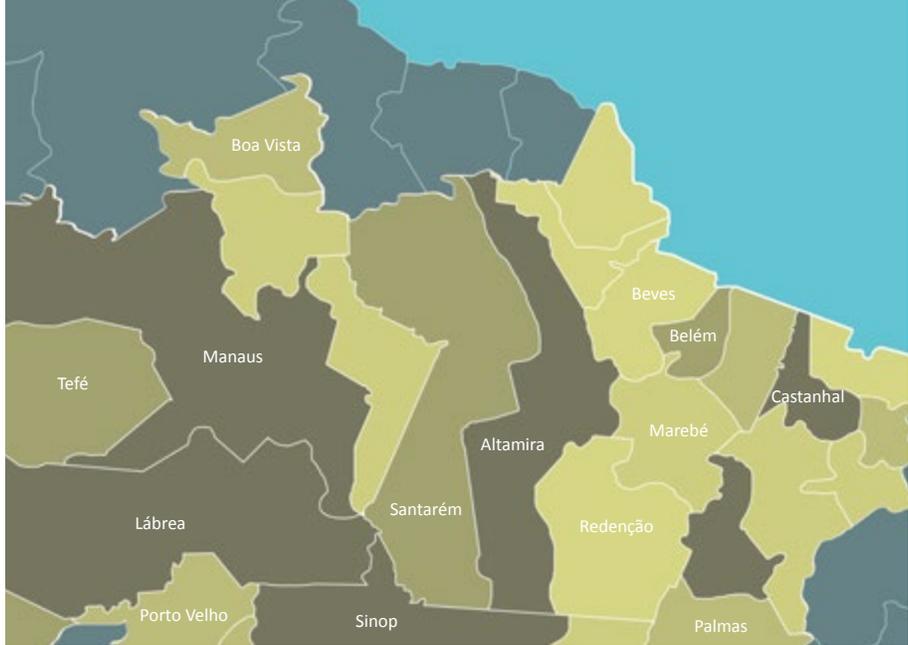


Figura 2. Regiões geográficas – Limite das regiões geográficas intermediárias, 2017. Fonte: Coordenação de Geografia, IBGE, 2020.

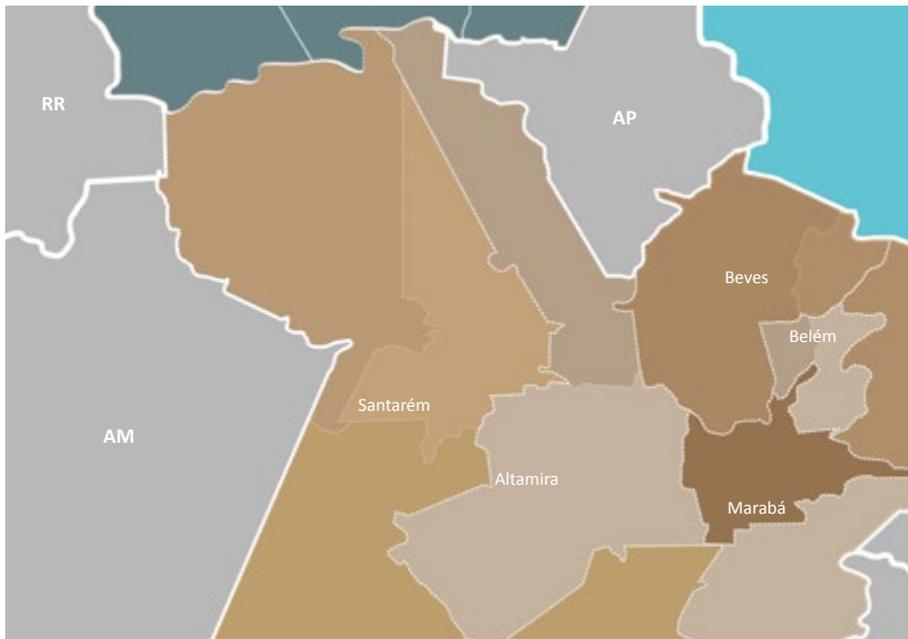


Figura 3. Regiões geográficas - Limite das regiões geográficas imediatas, 2017. Fonte: Coordenação de Geografia, IBGE, 2020.

Tabela 2. Regiões geográficas – municípios das regiões geográficas intermediárias e imediatas em que estão os municípios do noroeste do Pará, segundo divisão do IBGE de 2017. Fonte: Coordenação de Geografia, IBGE, 2020.

Região intermediária	Região imediata	Municípios
<i>Santarém</i>	<i>Santarém</i>	<i>Santarém Prainha Monte Alegre Mojuí dos Campos Belterra Alenquer</i>
	<i>Oriximiná</i>	<i>Terra Santa Oriximiná Óbidos Juruti Faro Curuá</i>
<i>Altamira</i>	<i>Almeirim – Porto de Moz</i>	<i>Porto de Moz Almeirim</i>

Após traspasar o rio Amazonas, outra restrição natural para quem chega à região pelo lado sul é o terreno muito acidentado, pois está localizado em uma das escarpas do escudo das Guianas. Ainda hoje, é difícil o acesso à maior parte desse território. Os rios têm corredeiras e desníveis que, para serem vencidos, exigem que as embarcações sejam arrastadas (por água ou por terra) em vários pontos, algo difícil e perigoso.

Os principais rios que dão acesso às porções central e norte são os rios Nhamundá, Trombetas, Erepecuru, Curuá, Paru e Jari. As poucas estradas no sentido sul-norte têm de traspasar colinas íngremes por estradas dificilmente trafegáveis por veículos comuns, em especial na época chuvosa.

Ao norte, o território é delimitado pelas fronteiras com a Guiana e o Suriname. A leste, está o rio Jari, divisa com o estado do Amapá. Almeirim, mais a leste, é acessível devido aos investimentos em infraestrutura rodoviária e aeroportuária feitos pelo Grupo Jari, além de recursos públicos. Porém a parte acessível é igualmente delimitada pelo início do escudo das Guianas, que dificulta bastante o acesso. E a oeste, o território é delimitado pelo rio Nhamundá, que faz divisa com o rio Amazonas. A noroeste, faz fronteira com o estado de Roraima, cujo acesso atravessa territórios indígenas.

AS PESSOAS

As populações dos nove municípios do norte do Pará somavam 344 mil habitantes segundo estimativa do IBGE de julho de 2019 (tabela 1). Oriximiná tinha a maior população, com 73 mil habitantes; e Faro, a menor, com 7 mil. A densidade demográfica dos municípios é inferior a 4 habitantes/km², exceto no caso de Terra Santa e Curuá. Essa população se concentra no sul da região, onde estão localizadas as sedes administrativas e a maior parte das propriedades rurais.

Na porção central e norte do território, a quase totalidade dos habitantes é composta por povos indígenas e populações tradicionais que, devido a seu modo de vida, às condições naturais e ao fato de viverem em áreas protegidas, apresentam densidade populacional reduzida. Além desses povos, encontram-se ali a base militar na Terra Indígena do Tumucumaque e os garimpos, principalmente no município de Almeirim, na região leste do estado.

Com base em autodeclarações feitas no último censo demográfico, realizado em 2010, nos nove municípios no norte do Pará predomina a população parda, que varia de 69% a 86% dos habitantes desses municípios (tabela 3 e figura 4). Os municípios com maior número de pessoas que se autodeclararam pretas foi Oriximiná, com 11% da população (7.038 pessoas); Óbidos, 8% (3.791 pessoas); e Alenquer, 7% (3.796 pessoas). Quanto aos indígenas, Oriximiná abriga a maior população absoluta e percentual em relação ao total do município (2.970 e 5%, respectivamente), seguido de Almeirim (874 indivíduos, ou 3% da população do município).

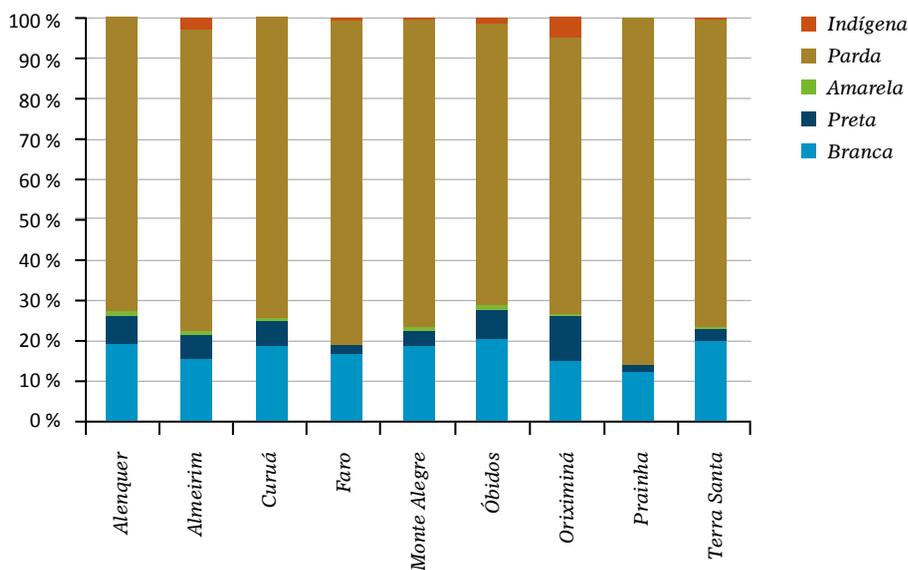


Figura 4. Composição racial da população residente nos municípios do norte do Pará, conforme auto-declaração no censo demográfico de 2010. As categorias raciais são as mesmas utilizadas pelo IBGE. Fonte: IBGE – Censo Demográfico (IBGE, 2020).

Tabela 3. Composição racial da população residente nos municípios do norte do Pará, conforme autodeclaração no censo demográfico de 2010. As categorias raciais são as mesmas utilizadas pelo IBGE. Fonte: IBGE – Censo Demográfico (IBGE, 2020).

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Não declarada
<i>Alenquer</i>	19%	7%	1%	73%	0%	0%
<i>Almeirim</i>	16%	6%	1%	75%	3%	0%
<i>Curuá</i>	19%	6%	1%	74%	0%	0%
<i>Faro</i>	17%	2%	0%	80%	1%	0%
<i>Monte Alegre</i>	19%	4%	1%	76%	0%	0%
<i>Óbidos</i>	20%	8%	1%	70%	1%	0%
<i>Oriximiná</i>	15%	11%	0%	69%	5%	0%
<i>Prainha</i>	13%	2%	0%	86%	0%	0%
<i>Terra Santa</i>	20%	3%	0%	76%	0%	0%

A ECONOMIA: RECEITAS, DESPESAS E PIB

Com o objetivo de apresentar um panorama claro da economia, esta seção inclui as receitas e despesas municipais e o produto interno bruto (PIB) de cada município do norte do Pará, além de uma comparação com o estado e o país. Os dados oficiais mais recentes até a conclusão deste estudo são de 2017, para receitas e despesas, e de 2016, para o PIB per capita.

Dados sobre os rebanhos bovino e bubalino e a extensão das lavouras predominantes, que caracterizam parte significativa da economia no campo nessa região, serão apresentados em outra seção. Informações sobre a coleta e manejo de produtos florestais, também muito expressivas na região, integram outros capítulos desta publicação.

Embora os nove municípios do norte do Pará representem grande parte da extensão territorial do estado (22%), suas receitas e despesas são relativamente pequenas em relação ao total estadual. A soma das receitas realizadas e despesas empenhadas pelos municípios do norte do Pará em 2017 foi R\$ 789 milhões e R\$ 764 milhões, respectivamente, ou cerca de 3% das receitas realizadas em todo o estado (tabela 4).

Quanto à distribuição das receitas e despesas, o município de Oriximiná encabeça a lista, concentrando cerca de 25% do total, seguido por Monte Alegre e Alenquer. Os municípios com menores receitas e despesas são Curuá e Faro (tabela 4). Se compararmos às receitas e despesas em todo o estado, somente Oriximiná encontra-se acima das médias.

Contudo, as receitas e despesas estaduais são altamente concentradas em poucos municípios. Belém, Parauapebas e Marabá somam 19% das receitas realizadas pelo estado em 2017. Juntando os municípios de Ananindeua e Santarém, os cinco representaram 24% de toda a receita realizada. Esse fator eleva a média, e somente 24 dos 144 municípios paraenses estão acima dela. A mediana pode trazer uma referência melhor da posição de cada município em relação aos demais, eliminando o efeito distorcido da concentração orçamentária. De fato, com base nesse parâmetro, seis dos nove municípios apresentaram receitas acima da mediana em 2017.

As contribuições desses municípios ao PIB se assemelham ao que foi observado em relação às receitas e despesas. Segundo dados do IBGE (2020), a contribuição dos nove municípios do norte do Pará agrupados foi equivalente a apenas 3,8% dos 136 bilhões do PIB estadual, ou 0,08% dos R\$ 6,2 trilhões do PIB nacional em 2016. O município com o PIB mais alto em 2016 foi Oriximiná, com R\$ 1,8 bilhão, o que corresponde a 1,31% do PIB do estado e 0,03% do PIB do país. Oriximiná destaca-se significativamente ao longo de toda a série histórica. Em 2016, seu PIB foi quase o triplo do segundo município da lista (Alenquer, com R\$ 659 milhões). Esse resultado mais elevado está relacionado à Mineração Rio do Norte, que tem toda a sua infraestrutura de processamento e logística instalada em Oriximiná. Ademais, a maior parte dos platôs de exploração também se encontra no município, que é, portanto, o que recebe mais *royalties* da mineração, que são posteriormente revertidos em investimentos em bens e serviços contabilizados no PIB.

Assim como no caso das receitas e despesas, os dois municípios com menor PIB total e menor PIB per capita são Faro e Curuá (tabela 4). Os municípios de Monte Alegre e Alenquer são o segundo e terceiro da lista do PIB total. Já em relação ao PIB per capita, devido ao fato de terem populações mais reduzidas, Terra Santa e Almeirim ficaram em segundo e terceiro lugar entre os nove municípios do norte do Pará. Oriximiná e Terra Santa têm, ambos, um PIB per capita superior a R\$ 25 mil, um valor próximo ao PIB per capita nacional de 2016 (R\$ 30.588,75) e mais de três vezes maior que o PIB per capita de Curuá e de Faro.



Tabela 4. Receitas e despesas realizadas pelos municípios do norte do Pará em 2017 e PIB per capita em 2016.

	Receitas realizadas (milhares de R\$, 2017)	Despesas empenhadas (milhares de R\$, 2017)	PIB per capita (R\$, 2016)
<i>Alenquer</i>	100.593,20	100.536,88	11.999,45
<i>Almeirim</i>	95.112,36	89.594,73	17.706,58
<i>Curuá</i>	33.051,22	33.495,82	7.880,49
<i>Faro</i>	21.046,49	18.230,77	7.564,23
<i>Monte Alegre</i>	123.780,33	126.786,06	11.910,55
<i>Óbidos</i>	95.371,50	94.078,75	12.100,42
<i>Oriximiná</i>	195.049,19	187.969,28	25.866,74
<i>Prainha</i>	68.295,80	62.548,31	9.606,44
<i>Terra Santa</i>	56.895,47	51.664,67	25.312,10
Média dos municípios da Calha Norte	789.195,56	764.905,27	14.438,56
<i>Média dos municípios do Pará</i>	128.086,88	121.834,68	13.469,52
<i>Mediana dos municípios do Pará</i>	65.635,63	62.845,78	10.254,62
<i>Total do estado do Pará</i>	25.849.446,10	22.533.470,05	
<i>Percentual de Calha Norte em relação ao estado</i>	3,05%	3,39%	

Ao longo da série histórica (figura 5), o segundo maior PIB entre os municípios do norte do Pará que também se destacaram de 2002 até 2012 é o de Almeirim. A partir de 2012, o PIB de Almeirim não teve variação significativa, ao passo que os de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre aumentaram até atingirem o mesmo patamar. Os três municípios com PIB mais baixo foram Faro, Curuá e Prainha, em ordem crescente.

O município de Terra Santa estava entre os três com menor PIB até 2011. É o único município que apresentou um crescimento incomum de 2002 a 2016, alcançando um resultado 17 vezes maior ao fim do período. O aumento mais expressivo foi observado entre 2011 e 2012, quando o PIB saltou de R\$ 76 milhões para R\$ 340 milhões. No ano seguinte, reduziu-se a R\$ 304 milhões, mas depois voltou a crescer até alcançar R\$ 458 milhões em 2016 (figura 5).

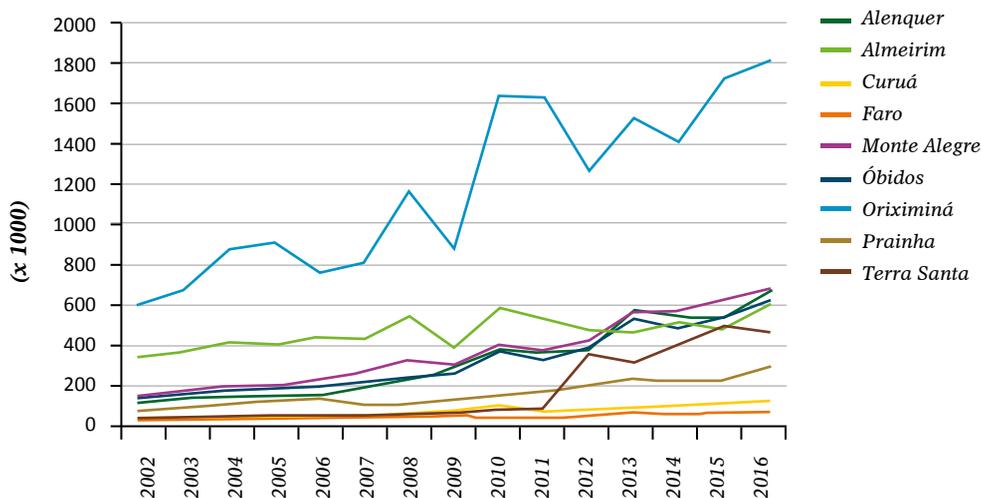


Figura 5. Série histórica do PIB (em milhares de reais) dos anos de 2002 a 2016 para cada município do norte do Pará. Fonte: IBGE, em parceria com órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

**Tabela 5. Produto interno bruto em preços correntes
(milhares de reais) dos nove municípios do norte do Pará.**

	2002	2005	2008	2011	2014	2016
<i>Alenquer</i>	100.785	137.816	214.101	360.713	531.842	659.490
<i>Almeirim</i>	333.435	399.393	536.320	527.859	502.847	589.310
<i>Curuá</i>	21.454	33.436	56.820	62.791	87.319	108.617
<i>Faro</i>	13.620	23.751	33.743	30.583	42.921	54.220
<i>Monte Alegre</i>	140.115	195.316	317.743	371.138	563.756	671.648
<i>Óbidos</i>	131.235	176.622	233.861	322.745	477.445	612.233
<i>Oriximiná</i>	594.775	908.221	1.164.533	1.630.765	1.409.485	1.812.508
<i>Prainha</i>	66.770	116.099	106.026	159.562	218.863	279.855
<i>Terra Santa</i>	25.729	37.621	48.418	76.490	399.837	458.276

Fonte: IBGE, em parceria com órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

EMPREGO E RENDA, EDUCAÇÃO E SAÚDE: ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Criado em 2008, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é utilizado para acompanhar anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios em três áreas: emprego e renda; educação; e saúde. Utiliza dados públicos oficiais disponibilizados pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. O índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: desenvolvimento baixo (de 0 a 0,4); regular (0,4 a 0,6); moderado (de 0,6 a 0,8); e alto (0,8 a 1).

De 2005 a 2016, os quatro municípios (Alenquer, Faro, Prainha e Terra Santa) cujo IFDM era inferior a 0,4 elevaram seu índice, saindo de baixo para regular (figura 7). Com isso, todos os municípios do norte do Pará apresentaram, em 2016, um IFDM entre 0,4 e 0,6, considerado moderado. O menor foi o de Faro, com 0,4270; e o maior, Oriximiná, com 0,5988. Em 2016, Faro apresentou o terceiro pior IFDM do estado do Pará, à frente somente de Baião e Porto de Moz entre os 138 municípios paraenses pontuados (cinco municípios do Pará não foram analisados por indisponibilidade de dados).

Ainda que todos os municípios do norte do Pará tenham melhorado seu IFDM, eles mantiveram aproximadamente a mesma classificação em relação ao resto do país, e alguns pioraram de 2005 a 2016 (figura 6). O município com melhor classificação nacional é Oriximiná, na 4.189ª posição entre os 5.570 municípios brasileiros.

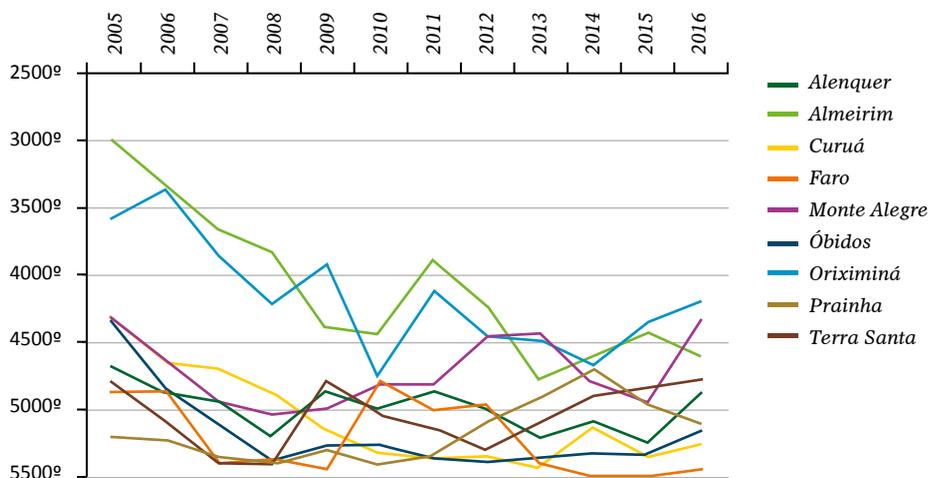


Figura 6. Classificação nacional do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal dos municípios do norte do Pará de 2005 a 2016 (FIRJAN, 2020).

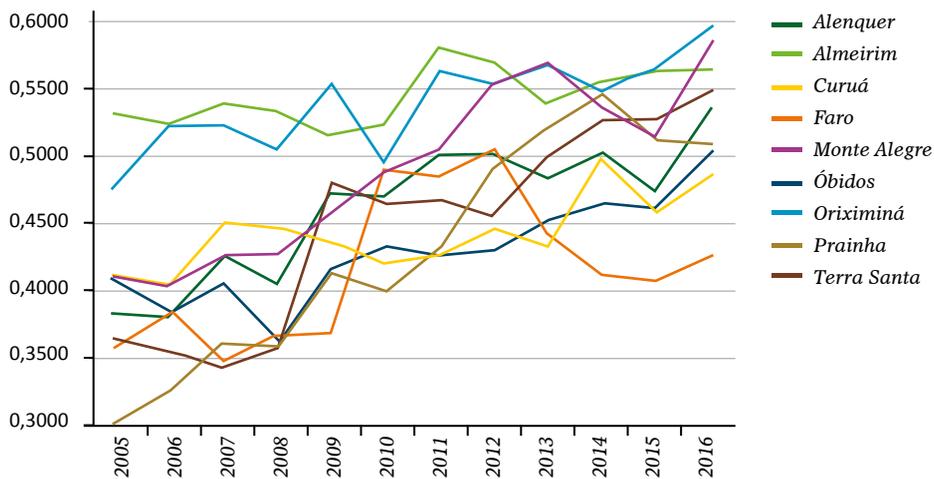


Figura 7. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal dos municípios do norte do Pará de 2005 a 2016 (FIRJAN, 2020).

Ao comparar os índices de todos os municípios do Brasil, os do norte do Pará encontram-se entre os 25% com menor IFDM e menor índice de Saúde (quartil inferior). O índice de Educação desses municípios está entre os 25% mais baixos (exceto no caso de Terra Santa, que está entre a mediana e o quartil inferior). O índice com resultados relativamente melhores é o de Emprego e Renda, em que Almeirim se destaca, pois está acima do quartil superior (entre os 25% dos municípios com melhores resultados). Faro, Óbidos e Oriximiná estão entre a mediana e o quartil superior; e os outros cinco municípios estão entre a mediana e o quartil inferior. Nenhum município do norte do Pará está entre os 25% dos municípios com os piores índices de Emprego e Renda (tabela 7).

Na comparação com os demais municípios paraenses, o melhor índice da região norte do Pará é Educação: nenhum município está entre os 25% com piores resultados, e dois estão acima do quartil superior. No índice Emprego e Renda, ainda na comparação estadual, três municípios da região estão abaixo do quartil inferior, e três, acima do quartil superior.

**Tabela 6. Emprego e renda, educação e saúde:
IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.**

ESTADO DO PARÁ					BRASIL			
IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde		IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde
0,6678	0,4664	0,7689	0,7655	<i>IFDM Brasil</i>	0,6678	0,4664	0,7689	0,7655
0,7402	0,7213	0,7776	0,8814	<i>Máximo dos municípios</i>	0,9006	0,8537	1,0000	0,9997
0,5889	0,4836	0,6592	0,6844	<i>Quartil superior</i>	0,7371	0,5404	0,8552	0,8647
0,5292	0,4359	0,6021	0,5940	<i>Mediana dos municípios</i>	0,6743	0,4553	0,7796	0,7948
0,4877	0,4254	0,4571	0,4620	<i>Quartil inferior</i>	0,6047	0,3855	0,6871	0,6901
0,3860	0,2100	0,3827	0,2105	<i>Mínimo dos municípios</i>	0,3214	0,1567	0,3827	0,1849

Tabela 7. Índices Firjan de Desenvolvimento Municipal de cada município do norte do Pará e posição relativa aos municípios do estado do Pará (à esquerda) e a todos os municípios brasileiros (à direita) em 2016. Legenda: abaixo do quartil inferior – vermelho; entre quartil inferior e mediana – amarelo; entre mediana e quartil superior – verde; acima do quartil superior – azul (FIRJAN, 2020).

IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde	MUNICÍPIO	IFDM	Emprego e Renda	Educação	Saúde
0,5371	0,4072	0,5879	0,6161	<i>Alenquer</i>	0,5371	0,4072	0,5879	0,6161
0,5666	0,5580	0,4656	0,6764	<i>Almeirim</i>	0,5666	0,5580	0,4656	0,6764
0,4877	0,4051	0,6307	0,4274	<i>Curuá</i>	0,4877	0,4051	0,6307	0,4274
0,4270	0,4850	0,5856	0,2105	<i>Faro</i>	0,4270	0,4850	0,5856	0,2105
0,5885	0,4452	0,6861	0,6343	<i>Monte Alegre</i>	0,5885	0,4452	0,6861	0,6343
0,5052	0,4601	0,6329	0,4227	<i>Óbidos</i>	0,5052	0,4601	0,6329	0,4227
0,5988	0,4988	0,6392	0,6585	<i>Oriximiná</i>	0,5988	0,4988	0,6392	0,6585
0,5118	0,4207	0,5265	0,5883	<i>Prainha</i>	0,5118	0,4207	0,5265	0,5883
0,5509	0,4472	0,6873	0,5183	<i>Terra Santa</i>	0,5509	0,4472	0,6873	0,5183

NECESSIDADES BÁSICAS, BEM-ESTAR E OPORTUNIDADES: ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL (IPS) DA AMAZÔNIA

Segundo a organização Social Progress Imperative ⁴, o progresso social inclui a capacidade da sociedade de atender às pessoas em três dimensões fundamentais em qualquer parte do planeta:

- (i) **Necessidades Humanas Básicas;**
- (ii) **Fundamentos para o Bem-Estar**, o que inclui estabelecer os elementos essenciais para a manutenção e melhoria da qualidade de vida das pessoas e comunidades; e
- (iii) **Oportunidades**, ou seja, criação de condições que permitam a todos os indivíduos atingir seu pleno potencial.

O produto interno bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e mesmo o IFDM são diretamente afetados por diversos indicadores de desenvolvimento econômico, tais como bens, serviços e renda. Indicadores econômicos são uma forma de presumir a qualidade de vida e bem-estar, pois, em geral, há uma correlação entre esses fatores (apesar de possíveis distorções, conforme apontam alguns estudos).

⁴ <https://www.socialprogress.org/>

Para reduzir tais distorções entre indicadores econômicos (que nem sempre têm um reflexo direto em indicadores sociais e ambientais), o Índice de Progresso Social (IPS) procura medir diretamente a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar da população. O IPS foi desenvolvido a partir de uma série de indicadores sociais e ambientais provenientes de bases de dados mundiais, adaptados à escala de cada país. Em 2014, foi elaborado o IPS Amazônia para monitorar os 722 municípios da Amazônia brasileira. Foi a primeira iniciativa subnacional (em escala estadual e municipal) realizada no mundo, sob liderança do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

O IPS Amazônia possibilitou uma comparação entre os municípios do norte do Pará e os demais municípios da região amazônica. Em 2018, o IPS médio do estado do Pará (55,57) estava abaixo do IPS da Amazônia (56,52), que, por sua vez, era inferior à média nacional (67,18). Por outro lado, ainda que, em 2018, nenhum dos municípios do norte do Pará tivesse um IPS acima da média nacional, oito dos municípios estavam acima da média estadual e amazônica. Somente Prainha apresentou um IPS abaixo de ambas essas médias. Cinco municípios (Alenquer, Almeirim, Óbidos, Oriximiná e Terra Santa) estavam no quartil superior do estado e da Amazônia (os 25% municípios com maior IPS).

Esses cinco municípios também estavam no quartil superior para a dimensão Fundamentos para o Bem-Estar. Almeirim e Terra Santa também estavam no quartil superior em relação a Necessidades Humanas Básicas. Até aqui, os resultados coincidem, em grande parte, com os índices apresentados anteriormente. Os municípios que apresentaram diferenças em relação a índices anteriores foram Curuá e Faro, que costumavam estar sempre entre os últimos, mas agora aparecem no quartil superior no que diz respeito a Necessidades Humanas Básicas.

Os municípios do norte do Pará demonstraram resultados relativamente piores no quesito Oportunidades, pois os índices de quatro municípios estão entre os 25% mais baixos: Curuá e Faro, além de Monte Alegre e Prainha. Ainda nesse índice, nenhum município ficou entre os 25% dos municípios com melhores resultados.

Tabela 8. IPS (e índices que o compõem) dos municípios do norte do Pará; e quartis e média do estado e dos 722 municípios da Amazônia. Os municípios acima do quartil superior para o estado e para a Amazônia estão em verde; e abaixo do quartil inferior de ambos, em vermelho. Fonte: IPS Amazônia, 2020.

Município	IPS	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos para o Bem-estar	Oportunidades
Alenquer	59,47	59,41	71,23	47,78
Almeirim	59,18	66,07	61,63	49,85
Curuá	56,77	66,26	57,60	46,46
Faro	57,26	66,81	59,40	45,58
Monte Alegre	57,66	62,06	64,45	46,46
Óbidos	59,72	59,74	71,02	48,39
Oriximiná	61,23	62,59	73,07	48,03
Prainha	53,53	54,10	59,74	46,76
Terra Santa	62,37	71,96	67,10	48,04
Quartil superior, Pará	57,96	61,74	65,50	48,73
Mediana, Pará	55,46	57,89	62,44	47,53
Quartil inferior, Pará	53,36	52,49	58,82	45,99
Média, Pará	55,57	57,23	62,15	47,34
Quartil superior, Amazônia	58,98	63,59	66,79	50,47
Mediana, Amazônia	56,52	59,13	63,11	47,94
Quartil inferior, Pará	53,87	54,65	58,45	45,62
Média, Amazônia	56,52	59,21	62,61	47,75

As figuras 8 a 11 permitem visualizar o desempenho dos municípios do norte do Pará em relação a cada região e aos estados da Amazônia. Em 2018, os índices dos municípios da região eram superiores aos da maior parte dos municípios paraenses, assim como aos dos demais estados do Norte, exceto Rondônia. Embora, na região Norte, predominem os municípios com IPS abaixo de 55,39 (figura 8), seis municípios do norte do Pará apresentam índices acima de 59,15; dois estão entre 55,40 e 59,15; e somente um está abaixo de 55,39 (Prainha).

Considerando cada dimensão separadamente, Necessidades Humanas Básicas (figura 9) e Fundamentos para o Bem-Estar (figura 10) foram as duas em que, no norte do Pará, a maior parte dos municípios apresentou um desempenho relativamente robusto, e os demais tiveram desempenho neutro. Já na dimensão Oportunidades, todos os municípios do norte do Pará tiveram resultados relativamente neutros em 2018 (figura 11).

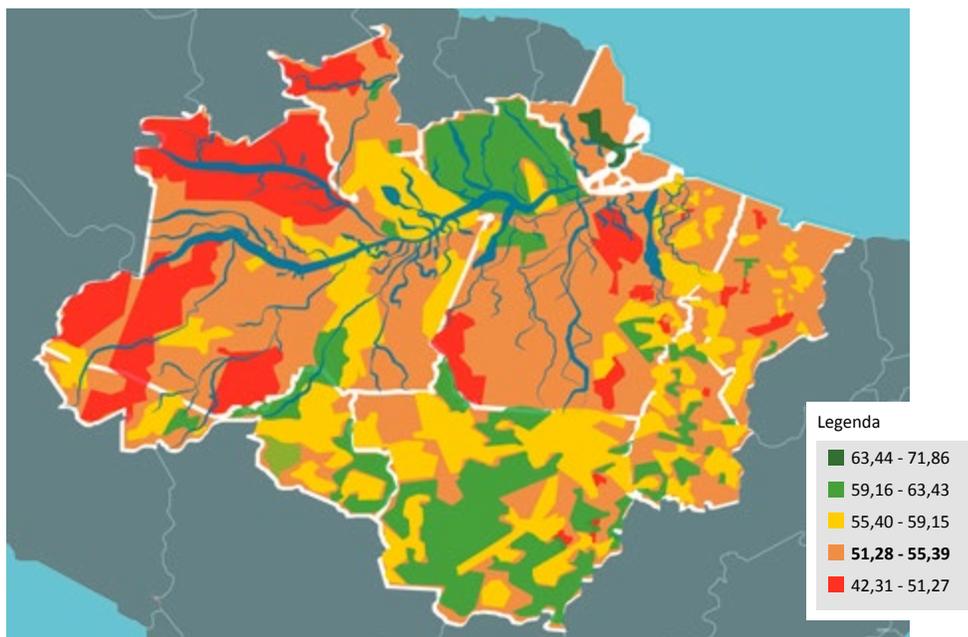


Figura 8. Índice de Progresso Social da Amazônia por município em 2018 (IPS AMAZÔNIA, 2020).

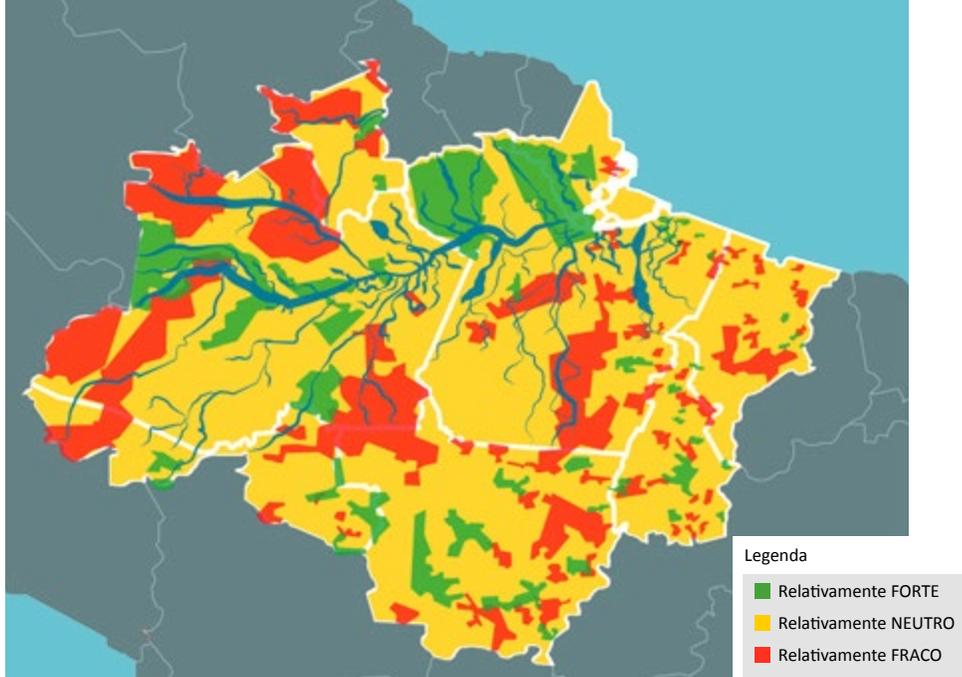


Figura 9. Dimensão Necessidades Humanas Básicas do Índice de Progresso Social da Amazônia por município em 2018 (IPS AMAZÔNIA, 2020).

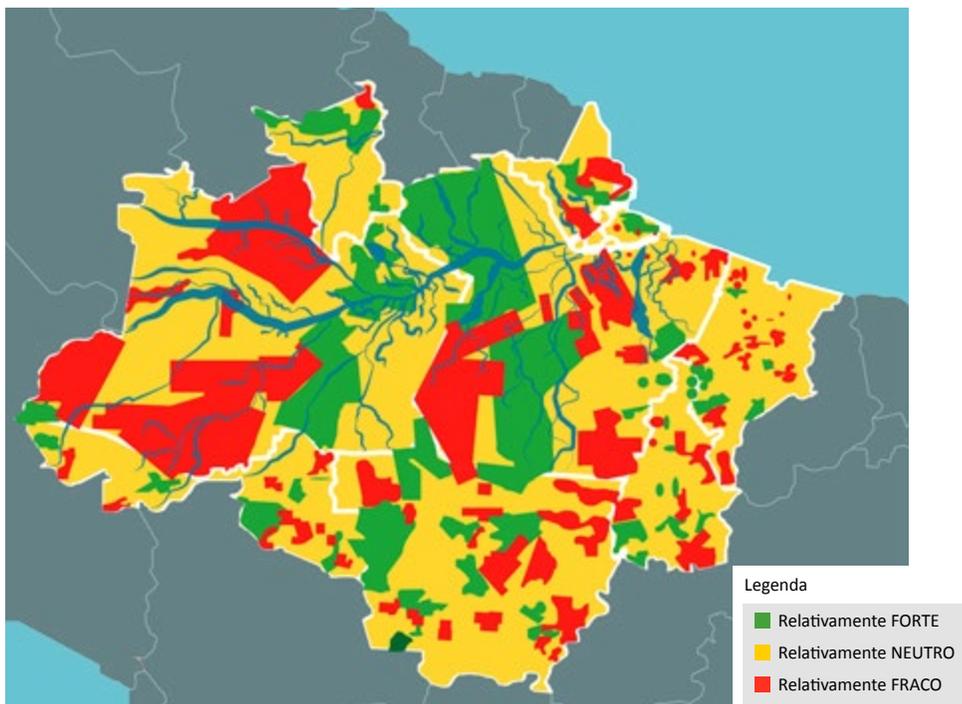


Figura 10. Dimensão Fundamentos para o Bem-Estar do Índice de Progresso Social da Amazônia por município em 2018 (IPS AMAZÔNIA, 2020).

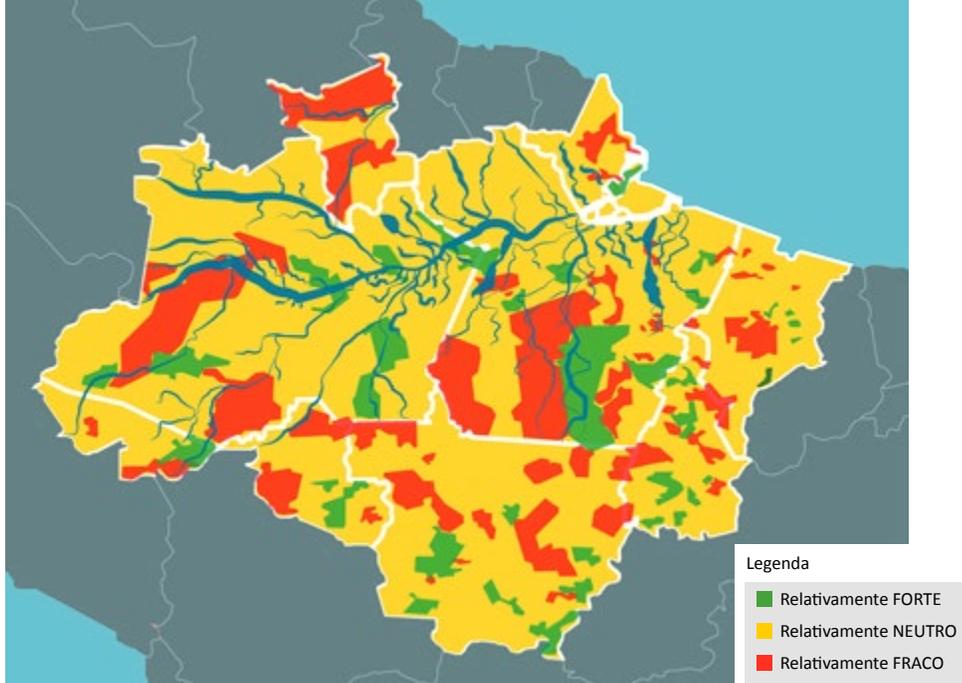


Figura 11. Dimensão Oportunidades do Índice de Progresso Social da Amazônia por município em 2018 (IPS AMAZÔNIA, 2020).

SAÚDE

Os municípios do norte do Pará com os melhores índices Firjan Saúde em 2016 foram Almeirim, Oriximiná, Monte Alegre e Alenquer, todos acima da mediana estadual. Contudo, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde de 2017, esses quatro municípios, juntamente com Faro, foram os que apresentaram maior mortalidade infantil, acima da média e da mediana do estado. Faro é o único município em que a mortalidade infantil e o índice Firjan Saúde concordam com a precária saúde relativa, pois apresenta o menor índice Firjan e a segunda maior mortalidade infantil da região, com 26,14 óbitos por mil nascidos vivos.

Tabela 9. Mortalidade Infantil e índice Firjan Saúde dos municípios do norte do Pará.

Município	Mortalidade infantil – óbitos por mil nascidos vivos (2017)	Firjan Saúde (2016)
<i>Alenquer</i>	26,50	0,62
<i>Almeirim</i>	17,45	0,68
<i>Curuá</i>	15,63	0,43
<i>Faro</i>	26,14	0,21
<i>Monte Alegre</i>	25,29	0,63
<i>Óbidos</i>	11,78	0,42
<i>Oriximiná</i>	23,52	0,66
<i>Prainha</i>	12,87	0,59
<i>Terra Santa</i>	10,60	0,52
<i>Média do Pará</i>	16,32	
<i>Mediana do Pará</i>	15,20	0,59

Legenda: Em vermelho – municípios acima da média e mediana do estado; em verde – municípios abaixo da mediana do estado.

IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. <https://www.br.undp.org> . Acesso em 17/09/2020.

Mortalidade infantil: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS 2017. <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS>. Acesso em 18/09/2020.

PECUÁRIA E AGRICULTURA

O total de cabeças de bovinos dos nove municípios é 963 mil (2,8 cabeças de bovinos/habitante, em média), o que corresponde a quase 5% do rebanho do estado do Pará e menos de 0,5% do rebanho nacional. Os maiores rebanhos bovinos encontravam-se em Monte Alegre e Alenquer (figura 12). Um fato histórico que pode estar relacionado a isso é a localização dos projetos de assentamento mais antigos do Incra no primeiro município, estendendo-se rumo ao segundo.



O rebanho de bubalinos dessa região – 76 mil cabeças – é significativo em relação aos totais do estado e mesmo do país, pois corresponde a 14,69% do rebanho paraense e 5,49% do rebanho nacional. Os maiores rebanhos encontram-se nos municípios de Almeirim e Prainha (figura 13), que detêm 6,57% e 5,55% do rebanho do estado, respectivamente (tabela 10).

Tabela 10. Dados sobre rebanhos bovinos e bubalinos em 2018.

Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal.

	REBANHO BOVINO			REBANHO BUBALINO		
	Cabeças em 2018	Percentual em relação ao estado	Percentual nacional	Cabeças em 2018	Percentual em relação ao estado	Percentual nacional
<i>Alenquer</i>	213.741	1,04%	0,10%	3.882	0,75%	0,28%
<i>Almeirim</i>	28.110	0,14%	0,01%	34.082	6,57%	2,45%
<i>Curuá</i>	44.924	0,22%	0,02%	258	0,05%	0,02%
<i>Faro</i>	9.757	0,05%	0,00%	536	0,10%	0,04%
<i>Monte Alegre</i>	244.500	1,19%	0,11%	6.403	1,23%	0,46%
<i>Óbidos</i>	143.128	0,69%	0,07%	549	0,11%	0,04%
<i>Oriximiná</i>	139.429	0,68%	0,07%	989	0,19%	0,07%
<i>Prainha</i>	110.253	0,53%	0,05%	28.806	5,55%	2,07%
<i>Terra Santa</i>	29.557	0,14%	0,01%	743	0,14%	0,05%
Total	963.399	4,67%	0,45%	76.248	14,69%	5,49%

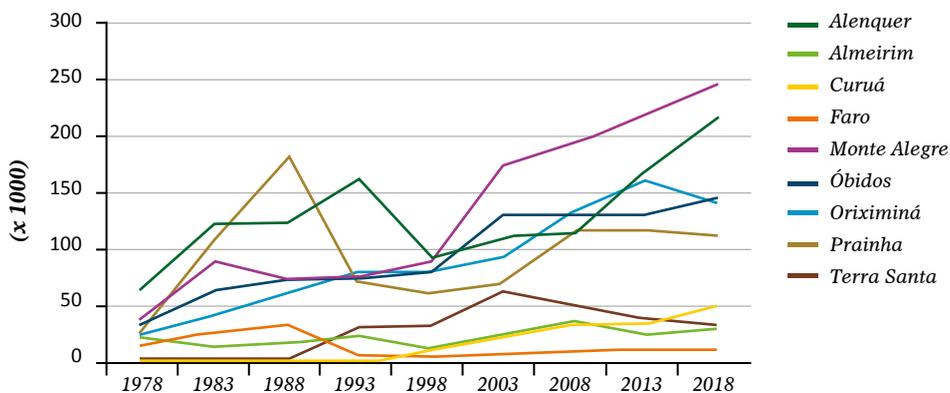


Figura 12. Estimativa de rebanho bovino por município (1978 a 2018).
 Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal.

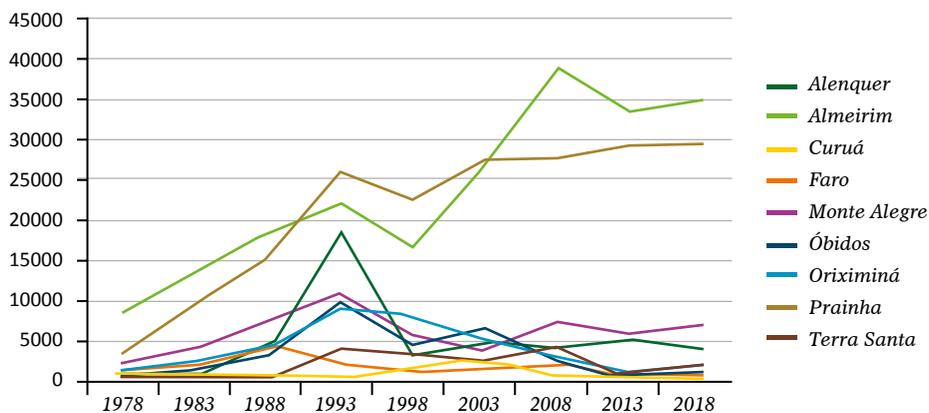


Figura 13. Estimativa de rebanho bubalino por município (1978 a 2018).
 Fonte: IBGE – Pesquisa da Pecuária Municipal.

Assim como no caso do rebanho bovino, a maior parte dos hectares com lavoura permanente ou temporária encontra-se nos municípios de Óbidos (28%), Monte Alegre (24%), Oriximiná (20%) e Alenquer (19%). Em 2018, esses quatro municípios reuniam 91% das terras com lavouras no norte do Pará, segundo dados do IBGE sobre produção agrícola municipal em 2020. As principais culturas nesse levantamento eram, em ordem decrescente: mandioca, milho, feijão, limão, açaí, banana e arroz. Tais culturas correspondem a quase 97% das lavouras. A mandioca e o milho respondem por quase 86% do total de hectares.

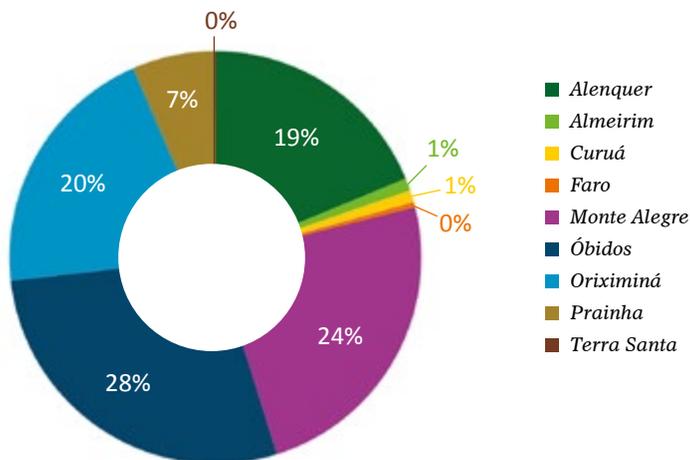


Figura 14. Percentual dos hectares com lavouras temporárias ou permanentes nos municípios do norte do Pará em 2018. Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Tabela 11. Área (em hectares) de lavouras temporárias e permanentes nos municípios do norte do Pará em 2018.
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Cultura	Total de hectares	Porcentagem
<i>Mandioca</i>	51.056	67,15
<i>Milho</i>	14.053	18,48
<i>Feijão</i>	2.388	3,14
<i>Limão</i>	2.021	2,66
<i>Açaí</i>	1.752	2,30
<i>Banana</i>	1.200	1,58
<i>Arroz</i>	1.060	1,39
<i>Demais culturas</i>	2.501	3,29
Total	76.031	100,00



FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

De acordo com o último levantamento do IBGE, realizado em 2016, sobre fundações privadas e associações sem fins lucrativos, os nove municípios do norte do Pará somavam 126 organizações da sociedade civil organizada. Óbidos, Monte Alegre e Oriximiná abrigavam 70% delas (32, 28 e 28 organizações, respectivamente,). Ainda que possa ser uma subestimativa do total de organizações na região, o resultado indica que esses municípios concentram a sociedade civil mais bem organizada da região.

Dessas instituições, as mais numerosas são as religiosas, com 50 entidades; as de desenvolvimento e defesa de direitos, com 32 organizações; e as de cultura e recreação, com 13. Foi bastante positivo constatar o fato de as organizações de defesa de direitos e valorização da cultura serem tão numerosas tendo em vista os muitos povos indígenas, populações quilombolas e outras populações tradicionais residentes na região.

Na lista de organizações sem fins lucrativos atuantes na região, mas desprovidas de uma sede local, também predominam as de desenvolvimento e defesa de direitos. Entra elas, destacam-se as seguintes, algumas com mais de duas décadas de atividade na região: CPI-SP, Iepé, IFT, Imazon, Imaflora, Ecam e Agenda Pública.

REFERÊNCIAS

FIRJAN. *Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em www.firjan.com.br/ifdm/. Acesso em 20/03/2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 22/03/2020.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: IDHM**.

IPS AMAZÔNIA. **Índice de Progresso Social da Amazônia**. Disponível em <http://www.ipsamazonia.org.br/>. Acesso em 17/03/2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – **dados de Mortalidade infantil: DATASUS 2017** – <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS>. Acesso em 18/09/2020.

SANTOS, Daniel; VERÍSSIMO, Adalberto; SOZINHO, Thiago. **Calha Norte Sustentável: situação atual e perspectivas**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), 2013.





UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS NO NORTE DO PARÁ: ORDENAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL

*Léo Ferreira*¹

¹ *Biólogo (Unesp), mestre em Ecologia Aplicada (Esalq/USP), doutorando em Ambiente e Sociedade (Unicamp) e coordenador sênior de projetos do Imaflora.*

As unidades de conservação (UCs) são um importante instrumento de gestão e ordenamento territorial, sobretudo em regiões de complexa situação fundiária, como a Amazônia. As UCs são criadas com o objetivo de destinar áreas para preservação ou conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Desde o ano 2000, essas áreas protegidas são reguladas pela Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Em seu artigo 2º, o SNUC define as UCs como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

As UCs podem ser de proteção integral ou uso sustentável e são subdivididas em doze categorias. As de proteção integral são mais restritivas, voltadas principalmente à proteção da biodiversidade e outros atributos naturais, sendo permitida a pesquisa científica, ações de educação ambiental e, em alguns casos, a visitação pública com fins recreativos, como é o caso dos parques nacionais.

Já as UCs de uso sustentável reconhecem as populações locais como habitantes da área protegida e permitem o uso direto dos recursos naturais, levando em consideração distintos níveis de intensidade.

O SNUC prevê cinco categorias de UCs de proteção integral: Estação Ecológica (Esec); Reserva Biológica (Rebio); Parque Nacional (Parna); Monumento Natural (Mona) e Refúgio de Vida Silvestre (Revis).

São sete as categorias de uso sustentável no âmbito do SNUC: Área de Proteção Ambiental (Apa); Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie); Floresta Nacional (Flona); Reserva Extrativista (Resex); Reserva de Fauna (Refau); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e Parques Nacionais não permitem a presença de moradores. No entanto, várias UCs foram criadas em áreas em que já havia populações locais, o que gerou conflitos entre as comunidades e os órgãos gestores.

No artigo 42, o SNUC afirma que as populações locais devem ter seus direitos assegurados sem sofrer prejuízos em seus modos de vida, fontes de subsistência e locais de moradia. Na prática, contudo, tem sido um desafio garantir tais direitos.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação define um tratamento único para todo o país em relação às distintas categorias de áreas protegidas, sem considerar as profundas diversidades regionais. Normas aplicáveis a uma região podem, em alguns casos, ser incompatíveis com outras.

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Reservas Extrativistas (Resex) são voltadas à conservação dos recursos naturais e seu uso sustentável pelas populações locais. Já as Florestas Nacionais ou Estaduais (Flonas ou Flotas) destinam-se ao uso múltiplo dos recursos naturais, permitindo atividades de grande impacto, como, por exemplo, a mineração. É o caso da Floresta Nacional de Carajás, no Pará, que fornece a maior parte do

minério de ferro exportado do Brasil pela Vale²; ou ainda a Flona de Saracá-Taquera, no norte do estado, em que a bauxita é extraída em grande escala pela Mineração Rio do Norte, a maior exportadora do país, cuja produção anual atinge aproximadamente 18 milhões de toneladas³.

Além disso, o SNUC concentrou, em uma única lei, diferentes categorias de UCs que já existiam por atos normativos anteriores. Em 1946, foi criada a primeira floresta nacional do Brasil, a Flona Araripe-Apodi, que abrange a Serra do Araripe, entre os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, e a Serra Apodi, entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Essa UC foi criada antes do SNUC e baseou-se no Código Florestal de 1934. O decreto de criação fundamentou-se nos conceitos de florestas de rendimento e florestas-modelo e na exploração florestal autorizada pelo Código Florestal vigente, segundo nos informam Fabiana Pureza e colegas no livro *Unidades de Conservação – Fatos e Personagens que Fizeram a História das Categorias de Manejo*.

Naquela época, o conceito de uso múltiplo da floresta vinha sendo difundido nos Estados Unidos e, somente mais tarde, seria aplicado ao manejo florestal no resto do mundo. O conceito incluía os seguintes temas: exploração madeireira, pastagens, recreação, manejo de bacias e vida silvestre, entre outros. A categoria floresta nacional foi influenciada por esse conceito e introduziu a proposta de manejo das áreas florestais de maneira integrada aos principais produtos da floresta, sendo a primeira UC a assumir explicitamente um viés econômico.

² https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/7124/1/BS%2002%200%20mercado%20mundial%20de%20minério%20de%20ferro_P.pdf

³ http://www.mrn.com.br/paginas/images/GRI_MRN_2015_final.pdf

No que diz respeito à inclusão dos diversos atores no processo decisório, o SNUC introduziu avanços na criação e gestão das UCs, entre os quais as consultas públicas para a criação das UCs e os conselhos de gestão das unidades. Ambos visavam a ampliar a participação da sociedade.

A partir de 2000, o SNUC tornou obrigatórias as consultas públicas para a criação de unidades de conservação – à exceção das estações ecológicas e reservas biológicas.

As consultas ajudam a identificar possíveis sobreposições e conflitos relacionados às UCs. Contudo, apesar de assegurarem certa participação da sociedade, não garantem que suas demandas sejam plenamente atendidas, devido à existência – bastante comum – de interesses conflitantes em relação às áreas.

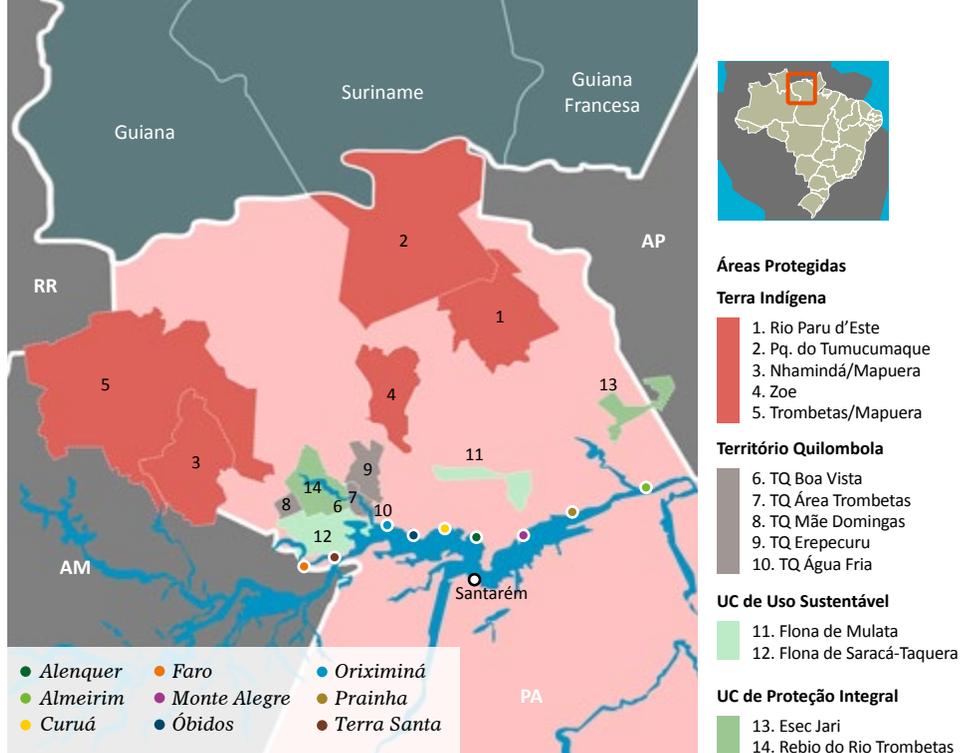
Em sua maioria, as UCs criadas na Amazônia têm o objetivo de resguardar áreas prioritárias para conservação; criar barreiras para impedir a degradação da floresta, que se manifesta mediante grilagem de terras, extração ilegal de madeira ou avanço de monoculturas e gado sobre áreas florestadas; ou ainda garantir às populações locais o uso sustentável dos recursos naturais e a segurança territorial.

UCS DO NORTE DO PARÁ

Em 2005, o governo do Pará elaborou o Macrozoneamento Ecológico e Econômico (MacroZEE), instrumento de planejamento e ordenamento territorial que busca conciliar interesses econômicos, sociais e ambientais no território. O zoneamento evidenciou a existência de uma grande extensão de áreas não destinadas (devolutas), que poderiam ser alvo de grilagem e outros conflitos fundiários no estado.

Antes do macrozoneamento, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) já havia realizado estudos em toda a Amazônia Legal para identificar áreas prioritárias para a conservação. Além disso, fez projeções de pressão sobre a floresta, que contribuíram para o trabalho do governo estadual.

A região norte do Pará já havia sido identificada pelos estudos do Imazon como área prioritária para a conservação devido a sua importância ambiental: a região abriga o maior contínuo de floresta do estado. O MacroZEE demonstrou, também, que ali se encontravam os maiores contínuos de terras devolutas do Pará. Com isso, evidenciou-se que a região norte do Pará, prioritária para a conservação, também corria riscos devido à existência das terras devolutas.



Base de dados: Limites Político-administrativos: IBGE; Limite dos Territórios Quilombolas: Inkra; Limite das Terras Indígenas: Funai; Limite das UCs Federais: ICMBio; Limite das UCs Estaduais: Semas/Pará

As projeções indicavam que a região poderia sofrer forte pressão nos anos seguintes e se tornar uma nova fronteira de modelos predatórios de uso e ocupação do solo e dos recursos naturais. Naquele momento, estava em curso o asfaltamento da BR-163 entre Cuiabá e Santarém. Havia a expectativa de que, após a ocupação ao longo dessa via, a expansão atravessaria o rio Amazonas e exerceria grande pressão sobre a região norte do Pará.

Com base nos estudos de áreas prioritárias para a conservação e nas projeções de pressão, o MacroZEE, o Imazon, a Conservação Internacional e o Imafloira uniram-se para ajudar o governo do Pará a criar uma série de unidades de conservação na região, antecipando-se à pressão que o território poderia vir a sofrer.

Em dezembro de 2006, o estado criou cinco UCs: três florestas estaduais (Flotas), uma estação ecológica (Esec) e uma reserva biológica (Rebio). As unidades de proteção integral (Esec e Rebio) foram criadas em áreas de difícil acesso, distantes da zona de ocupação. As UCs de uso sustentável, mais próximas à zona de avanço da ocupação, abrangiam áreas de interesse para o manejo madeireiro, já indicadas no MacroZEE.

Em 2006, o governo federal sancionou a Lei de Gestão de Florestas Públicas (11.284/2006), que instituiu concessões florestais em terras públicas, inclusive florestas nacionais e estaduais. As concessões foram estabelecidas como estratégia para suprir a oferta de madeira legal e regular a exploração florestal em terras públicas. Isso levou à criação de várias Flonas e Flotas na Amazônia legal, segundo estudos do Imazon.

Esse também foi o caso das florestas estaduais do norte do Pará, pois a definição dessa categoria estava relacionada à necessidade do governo de viabilizar a oferta de madeira legal no estado, ao mesmo tempo em que admitia a permanência das populações tradicionais nesses territórios. Era uma saída capaz de conciliar interesses de conservação e direitos das populações locais com o apoio do setor empresarial, sobretudo o madeireiro.

Desde que foi instituído o SNUC no ano 2000, a criação de florestas estaduais requer consultas públicas. Por isso, o governo do estado e o Imazon – que colaborava com o governo no processo de criação das UCs – convidaram o Imaflora a apoiar as consultas públicas para a criação das florestas estaduais de Faro, do Trombetas e do Paru.

O Imaflora acumulava experiência em consultas públicas para processos de certificação. A partir de 2004, vinha, também, contribuindo com o Ibama e governo do estado do Amazonas no desenvolvimento de métodos para realizar consultas públicas visando a criar UCs na Amazônia. Com base nos conhecimentos acumulados sobre a criação de UCs federais no Amazonas e Pará e UCs estaduais no Amazonas, foi possível a publicação de um guia metodológico de consultas públicas em 2005.

A condução das consultas públicas para a criação das UCs no norte do Pará em 2006 marcou o início da atuação do Imaflora na região. As consultas se deram em Faro, Oriximiná, Alenquer, Óbidos, Monte Alegre, Almeirim e Belém. Elas reuniram instituições que atuavam no território e revelaram sobreposições com comunidades remanescentes de quilombos nas áreas propostas para as UCs.

Foram identificadas duas comunidades quilombolas em áreas devolutas (Cachoeira Porteira e Ariramba) e parte do território quilombola (TQ) do Erepecuru, que já era titulado pelo governo do estado, mas não constava nas informações iniciais sobre a criação das UCs. Essas sobreposições se concentravam, em grande parte, nas comunidades quilombolas do município de Oriximiná.

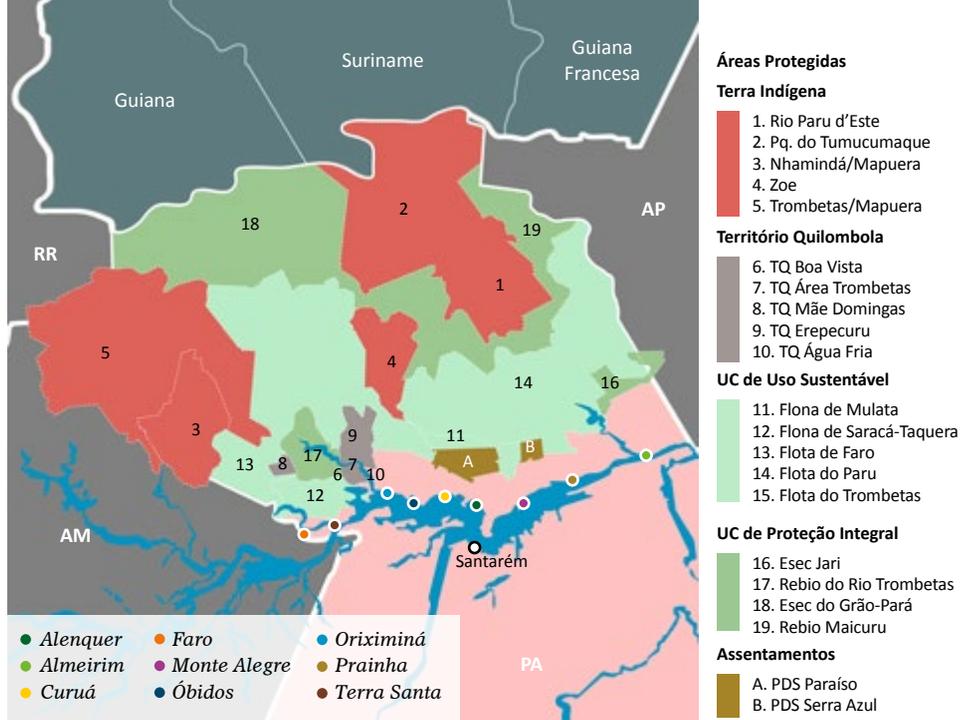
O Imaflora também promoveu reuniões paralelas com os quilombolas para compreender melhor as sobreposições. Com as informações em mãos, a opção foi excluir as sobreposições com territórios quilombolas já titulados, porém manter as sobreposições com comunidades quilombolas que estavam em terras estaduais devolutas, incluindo-as na Flota do Trombetas. Entendeu-se que, assim, esses territórios estariam melhor protegidos, já que, em terras devolutas, as comunidades estariam vulneráveis à ação de grileiros e invasores.

No caso da Flota de Faro, a situação foi distinta. Uma comunidade ribeirinha que estava originalmente fora do traçado proposto solicitou que a UC abrangesse as áreas da comunidade, afirmando que, dentro da UC, teriam mais segurança territorial e poderiam se beneficiar dos projetos e ações da gestão da unidade. À época, Faro era um dos municípios mais desassistidos da região, e essa solicitação também pretendia aproximar o governo do estado e outros atores para que atuassem na comunidade.

Em dezembro de 2006, o então governador Simão Jatene assinou os decretos de criação de cinco UCs no norte do Pará, conectando-as a UCs federais já existentes, terras indígenas e territórios quilombolas e constituindo o maior bloco contínuo de áreas protegidas em floresta tropical do mundo, com mais de 22 milhões de hectares. Esse bloco conecta-se ainda a áreas protegidas do Amapá e do Amazonas, formando um imenso corredor de biodiversidade, segundo nos informam Jakeline Pereira e colegas no estudo *Áreas protegidas do norte do Pará: ordenamento territorial, história de ocupação e desenvolvimento*.

Tabela 1. UCs criadas e suas dimensões em 2006.
Fonte: Pereira et al., 2020.

Unidade de Conservação	Área em 2006 (ha)
<i>Estação Ecológica (Esec) do Grão Pará</i>	4.245.819
<i>Reserva Biológica (Rebio) Maicuru</i>	1.151.761
<i>Floresta Estadual do Paru</i>	3.612.914
<i>Floresta Estadual do Trombetas</i>	3.172.978
<i>Floresta Estadual de Faro</i>	613.867



Base de dados: Limites Político-administrativos: IBGE; Limite dos Territórios Quilombolas: Inkra; Limite das Terras Indígenas: Funai; Limite das UCs Federais: ICMBio; Limite das UCs Estaduais: Semas/Pará

O mapa e a tabela acima mostram as dimensões das UCs criadas no norte do Pará. Vale destacar, por exemplo, que a Esec do Grão-Pará, com 4,2 milhões de hectares, e a Flota do Paru, com 3,6 milhões de hectares, são, respectivamente, as maiores UCs de proteção integral e uso sustentável incidindo sobre região de floresta tropical do mundo todo, conforme o estudo *Áreas protegidas do norte do Pará: ordenamento territorial, história de ocupação e desenvolvimento*, publicado pelo Imazon.

Como as informações levantadas nas consultas públicas já haviam constatado a sobreposição com comunidades quilombolas, o decreto de criação da Floresta Estadual do Trombetas fez menção a essas comunidades e afirmou que elas teriam sua situação fundiária resolvida por meio de um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), ou do reconhecimento do direito de domínio das áreas. Nesse

segundo caso, as áreas seriam excluídas dos limites da UC para sua titulação definitiva.

Logo após a criação das UCs em 2007, o governo estadual estruturou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e, com isso, os procedimentos de gestão das UCs. Essa ação teve apoio das ONGs que colaboravam com o governo na consolidação das áreas protegidas do norte do Pará, conferindo-lhes um papel pioneiro entre as unidades de conservação estaduais.

Os procedimentos adotados pelo governo do estado em outras UCs do Pará foram influenciados por diversos fatores, tais como o desenvolvimento e aplicação de roteiros metodológicos para a elaboração de planos de manejo; a elaboração de termos de uso com as comunidades; e as reuniões de conselhos gestores.

Para formalizar o apoio das ONGs ao governo na consolidação das UCs do norte do estado, foi celebrado um acordo de cooperação técnica que ficou conhecido como Consórcio Calha Norte.

A partir de 2007, o Imaflora e o Imazon passaram a apoiar o governo do Pará na constituição dos conselhos gestores das UCs recém-criadas no norte do estado. A composição dos conselhos baseou-se em estudos socioeconômicos realizados pelo Imazon em 2007 e 2008 e procurou incluir os diversos setores da sociedade que, de alguma forma, se relacionavam com essas áreas.

A atuação e estruturação dos conselhos gestores em seus anos iniciais foram possíveis a partir de projetos captados pelo Imaflora e Imazon, que viabilizaram recursos para as reuniões. Os planos de manejo das UCs, por sua vez, foram elaborados pelo Imazon e pela Conservação Internacional com recursos captados por essas instituições entre 2009 e 2011.

Com a constituição dos conselhos em 2009, o colegiado passou a representar o espaço de negociação em que questões territoriais e de gestão eram tratadas entre o governo do Pará e a sociedade civil. Além de aproximar o governo das questões territoriais, esse movimento fez surgir uma série de demandas reprimidas devido ao histórico de ausência do poder público na região.

Assim que os conselhos gestores começaram a funcionar, uma nova sobreposição veio à tona. As florestas estaduais do Trombetas e de Faro haviam sido criadas sobre uma área reivindicada para a Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana.

Os kaxuyana foram removidos do local no final da década de 1960 e transferidos para a Terra Indígena Parque Tumucumaque, no extremo norte da região. A partir de 2001, os indígenas iniciaram a articulação para o retorno e retomada de seu território de origem. Em 2003, foi dada a entrada no pedido de reconhecimento da TI Kaxuyana-Tunayana por meio da Funai de Macapá (AP), responsável pela TI Parque Tumucumaque, onde a maior parte dos kaxuyana habitava desde sua remoção. As consultas públicas de 2006 não identificaram esse processo, pois a Funai foi consultada pelo escritório de Belém, que não acompanhava o caso.

A sobreposição das florestas estaduais do Trombetas e de Faro às terras reivindicadas por indígenas e quilombolas passou a ser tema frequente das reuniões dos conselhos gestores. Os processos eram encaminhados com certo grau de centralização pelo Ideflor-Bio, órgão gestor das UCs.

Das sobreposições identificadas na criação das unidades de conservação estaduais, a comunidade do Ariramba apresentava a maior vulnerabilidade a invasões devido a sua localização em uma área próxima à consolidação da

ocupação na região. Devido a isso, já sofria invasões antes mesmo da criação da Flota do Trombetas.

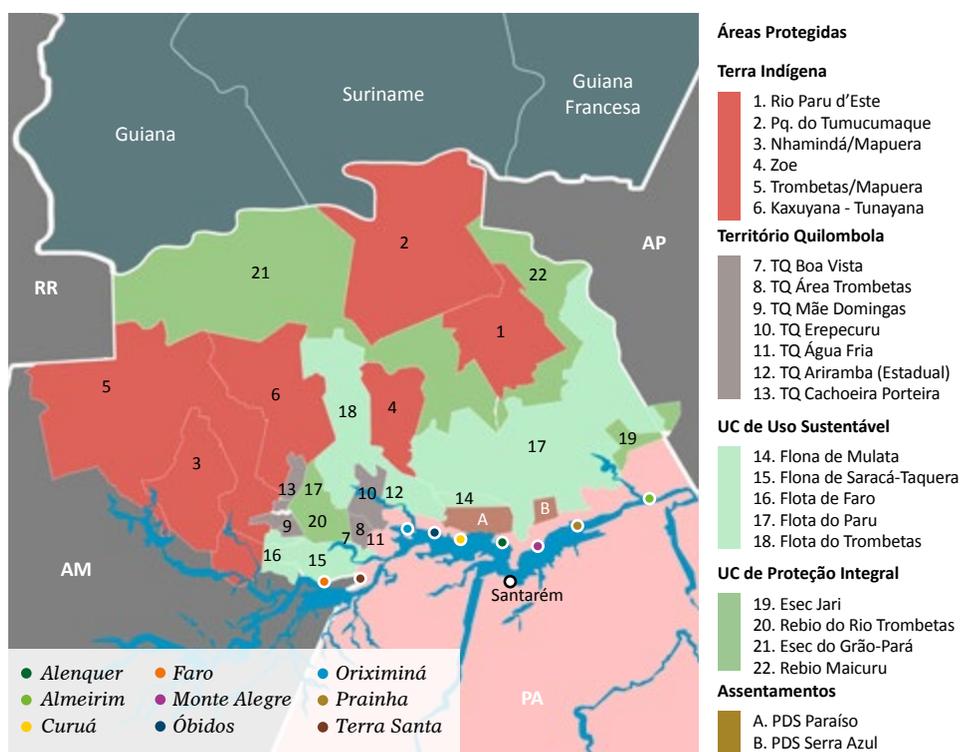
Em 2012, a partir das reivindicações apresentadas pelos conselheiros, o governo do Pará, com apoio da polícia ambiental, retirou invasores da área da comunidade sobreposta à UC, garantindo maior segurança territorial, conforme idealizado no ato de sua criação.

Entre 2012 a 2018, intensificaram-se as ações para equacionar o problema territorial. Após longo processo de negociação, a TI Kaxuyana-Tunayana foi reconhecida em 2018, e os territórios quilombolas de Cachoeira Porteira e do Ariramba, titulados. As florestas estaduais de Faro e do Trombetas foram desafetadas nas áreas correspondentes aos TQs titulados e, após a homologação da TI Kaxuyana-Tunayana, devem seguir o mesmo procedimento para retirar a sobreposição das Flotas com a TI. Após a desafetação, Faro e Trombetas passaram a ter, respectivamente, as seguintes dimensões: 525.434,0975 hectares e 3.025.667,1816 hectares.



A criação das UCs aproximou definitivamente o governo do estado do Pará à região, o que, por sua vez, criou as bases necessárias para negociações e articulações que culminaram na regularização dessas áreas e no equacionamento das sobreposições. Além disso, garantiu segurança territorial a essas populações até que fossem concluídos os processos de reconhecimento e titulação.

Atualmente, o bloco de áreas protegidas do norte do Pará encontra-se com a seguinte configuração territorial.



Base de dados: Limites Político-administrativos: IBGE; Limite dos Territórios Quilombolas: Incria; Limite das Terras Indígenas: Funai; Limite das UCs Federais: ICMBio; Limite das UCs Estaduais: Semas/Pará

Nos 14 anos após a criação das UCs, a região passou a sentir os efeitos do aumento progressivo da pressão e do desmatamento nas áreas consolidadas da ocupação. As áreas protegidas ali criadas, porém, continuam a impor uma barreira ao avanço de modelos predatórios de uso e ocupação do solo.

Embora a criação de UCs represente um obstáculo contra a ação de grileiros pelo fato de as terras devolutas serem destinadas, a proteção efetiva dessas áreas está condicionada à ação dos envolvidos com a gestão e proteção, das comunidades locais e dos órgãos públicos.

A parceria com as ONGs possibilitou avanços na gestão e na formação dos técnicos do governo estadual dedicados à região. Os conselhos gestores, por sua vez, desempenharam importante papel na formação dos conselheiros, que passaram a atuar na gestão das unidades de conservação com maior conhecimento dos conteúdos técnicos envolvidos.

Todavia, à medida que as ONGs reduziram o apoio à gestão das UCs, a atuação dos conselhos gestores e a promoção do desenvolvimento local pelo governo do Pará ficaram comprometidas. Isso demonstra que o governo do estado deve priorizar políticas voltadas à consolidação dessas UCs.

Apesar de todo o esforço do governo do estado, das ONGs e das comunidades quilombolas e indígenas, atualmente a região enfrenta novas ameaças. Grandes projetos de infraestrutura anunciados em 2019 pelo governo federal podem levar a reconfigurações do território e constituir uma iminente ameaça ao modelo de desenvolvimento sustentável, à conservação da biodiversidade e aos direitos das populações das unidades de conservação, territórios quilombolas e terras indígenas do norte do Pará.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.* Ibama/Direc, Brasília, 2000.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: Intenções e resultados.** 2ª ed. São Paulo: Annablume Fapesp, 2003.

PEREIRA, J. R. et al. **Áreas protegidas do norte do Pará: ordenamento territorial, história de ocupação e desenvolvimento.** Belém: Imazon, 2020.

PUREZA, F.; PELLIN, A.; PADUA, C. **Unidades de Conservação: Fatos e Personagens Que Fizeram A História Das Categorias de Manejo.** 1ª ed. São Paulo: Matrix, 2015.

QUEIROZ, R. C.; GONÇALVES, L. G. *Dispersão e Concentração Indígena nas Fronteiras das Guianas: análise do caso Kaxuyana.* *Revista Brasileira do Caribe*, Universidade Federal de Goiás, vol. XIII, núm. 25, julho-dezembro de 2012.

ATIVIDADE FLORESTAL MADEIREIRA NO NORTE DO PARÁ: DO PROJETO JARI AO COMBATE À ILEGALIDADE E AO ADVENTO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS

Marco Lentini ¹, Roberto Palmieri ², Leonardo Sobral ³

¹ Mestre em Economia de Recursos Florestais, engenheiro florestal e consultor florestal independente.

² Atual secretário executivo do Imaflora e vice-presidente do Comitê Sul-Americano da UICN. Mestre em Ecologia Aplicada e engenheiro agrônomo pela Universidade de São Paulo – USP.

³ Engenheiro florestal pela Universidade Estadual Paulista – Unesp e MBA em gestão de projetos pela FGV. Gerente florestal do Imaflora, membro da Comissão de Gestão de Florestas Públicas do Serviço Florestal Brasileiro e líder do Fórum de Florestas Nativas da Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura.

OS RECURSOS FLORESTAIS

A região norte do estado do Pará ainda mantém boa parte de sua cobertura florestal conservada. De acordo com dados do MapBiomas, menos de 4% da cobertura original haviam sido desmatados até 2018. As florestas da região (91% da cobertura) constituem-se principalmente de florestas equatoriais latifoliadas; florestas densas submontanas; florestas submontanas de relevo aplainado; florestas densas de altos platôs; florestas densas de terraços (matas ciliares); e florestas abertas latifoliadas, em menor proporção.

Essas florestas contêm ampla densidade de espécies de valor econômico, tais como maçaranduba e balata (*Manilkara sp.*); angelim vermelho (*Dinizia excelsa*)⁴; castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*); copaíba (*Copaifera sp.*); e andiroba (*Carapa guianensis*). Além das formações florestais, ao menos 1,8% da região tem cobertura natural não florestal, como campos naturais e cerrados, localizados principalmente no extremo norte dos municípios de Oriximiná e Óbidos (tabela 1).

⁴ A espécie ganhou notoriedade em 2019, após alguns exemplares encontrados no norte do Pará terem sido considerados as árvores mais altas da região.

Ainda de acordo com o MapBiomias, cerca de 3,7% do norte do Pará haviam sido desmatados até 2018. A maior parte da conversão foi para formar pastagens que cobriam, naquele ano, cerca de 1,7% da região, ou 1 milhão de hectares, aproximadamente. A maior parte das pastagens da região concentra-se nos municípios de Monte Alegre (230 mil hectares) e Alenquer (180 mil hectares).



Tabela 1. Área dos diferentes tipos de cobertura florestal do norte do Pará.
Fonte: MapBiomass, 2018.

Tipo de cobertura	Área total em 2018 (ha)	% da área total
<i>Floresta natural</i>	25.597.102,64	91,33%
<i>Outra formação não florestal</i>	488.849,31	1,74%
<i>Pastagem</i>	998.567,94	3,56%
<i>Agricultura</i>	21.066,86	0,08%
<i>Floresta plantada</i>	20.350,54	0,07%
<i>Infraestrutura urbana</i>	5.118,10	0,02%
<i>Mineração</i>	2.819,30	0,01%
<i>Não observado</i>	0,71	0,00%
<i>Rio, lago e oceano</i>	892.423,09	3,18%
Total	28.026.298,49 ^s	100%

Apesar da enorme abundância de florestas, apenas uma porção relativamente limitada da região norte do estado do Pará tem potencial expressivo de exploração madeireira devido às limitações geográficas e de relevo, impostas pela presença do escudo das Guianas, ao norte do território.

^s Oficialmente, consideramos a área total de 27 milhões de hectares calculada pelo Imazon em 2013 (SANTOS et al., 2013), que exclui a porção do município de Prainha, que fica fora da região. Entretanto, o cálculo acima, assim como outros apresentados em nível municipal, considera todo o município de Prainha como pertencente à região em análise.

Um estudo de 2010 liderado por Carlos Souza Júnior, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), demonstra que as florestas localizadas no norte paraense, acima da linha do Equador, seriam economicamente viáveis à exploração madeireira somente com altos investimentos em logística e transporte. Isso equivale a dizer que a faixa de florestas mais aproveitável economicamente na região encontra-se, no máximo, no atual cinturão de florestas públicas criadas pelo estado do Pará em 2006: as florestas estaduais de Faro, do Trombetas e do Paru.

Quando somadas a outras áreas adjacentes passíveis de manejo, tais como as florestas nacionais da Mulata e de Saracá-Taquera, territórios quilombolas, projetos de desenvolvimentos sustentável (PDS) e até mesmo áreas privadas, essas três áreas protegidas explicam o crescente interesse no manejo florestal na região. Tal interesse já se concretizou por meio de concessões federais e estaduais em áreas públicas e acordos privados entre madeireiros e os detentores de terras.



DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

A atividade florestal de maior porte com finalidade econômica começou na porção mais oriental do norte paraense, tendo o município de Almeirim como núcleo principal. A ocupação da região em maior escala teve início a partir da compra de terras pelo empresário português José Júlio de Almeida, cujo império teria atingido o apogeu regional por volta de 1920, quando chegou a deter, sob seu poder, ao menos três milhões de hectares em Almeirim, Porto de Moz e Amapá – tornando-se, provavelmente, um dos maiores latifundiários da história brasileira.

Naquele período, os principais produtos extraídos eram a borracha, a castanha-do-brasil, a maçaranduba (para a extração do látex, devido à sua proximidade com a balata), a copaíba, a andiroba e o ouro. A literatura aponta que, na balança comercial do Brasil de 1910, a borracha apenas era superada em valor pelo café, com 39% da participação total. As tentativas de plantio da seringueira (*Hevea brasiliensis*) para aumentar a escala da produção de borracha em âmbito mundial ocorreriam apenas a partir de 1927, nas regiões de Belterra e Fordlândia, no oeste do estado.

A região florestal de Almeirim foi, então, vendida a um grupo de empresários portugueses que desenvolveram atividades econômicas semelhantes às de José Júlio, acrescidas pela pecuária bubalina. A situação se manteve estável até que, em 1967, o empresário de setor naval Daniel K. Ludwig adquiriu cerca de 1,6 milhão de hectares em Almeirim, cerca de 22% da área atual do município, na esteira dos incentivos para atrair investimentos americanos ao Brasil.

O Projeto Jari – como tornou-se conhecida a empreitada de Ludwig na região norte do Pará – ganhou notoriedade devido à grandiosidade do investimento e à escala das atividades executadas. Em um rápido balanço do período, o empreendimento incluía uma estrada de ferro de 43 quilômetros, mais de 3 mil quilômetros de estradas e 105 mil hectares de plantios florestais, com destaque para a gamelina (*Gmelina arborea*). Além disso, foram construídos assentamentos, vilas e agrovilas que comportavam, em 1982, mais de 30 mil pessoas.

Antevendo a futura escassez de celulose no mercado estadunidense a partir da década de 1980 ⁶, Ludwig dirigiu o empreendimento à produção de matéria prima para o papel. O projeto original contemplava uma fábrica de papel e celulose, produção de laminados e uma serraria. A ideia era plantar cerca de 200 mil hectares de gamelina, pinus e eucalipto para suprir a demanda da empresa. No entanto, o plano original jamais foi levado a cabo. Hoje, o Grupo Orsa,

⁶ Ludwig nasceu em 1897, ou seja, quando adquiriu o Jari e começou a viajar com regularidade para a Amazônia para implementar este projeto de grande porte, já contava 70 anos de idade.

detentor da área, mantém plantios florestais da ordem de 120 mil hectares. Além desses plantios, o grupo maneja uma área de florestas naturais de cerca de 545 mil hectares certificados pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) até 2018. Outros planos do Projeto Jari, à época, incluíam a bubalinocultura em larga escala, o plantio de arroz e outras culturas como palma e banana.

Contudo, o que melhor representa a grandiosidade do Projeto Jari é o projeto da fábrica de celulose. Em 1978, os materiais para a construção da fábrica e da plataforma de geração de energia foram transportados em mar aberto do estaleiro de Kure, no Japão, até o porto de Munguba, no rio Jari – um trajeto de quase 29 mil quilômetros que durou aproximadamente três meses. A fábrica, com cerca de 58 mil toneladas métricas, teve de ser trazida por um rebocador inglês com capacidade de 22 mil cavalos de potência.

EVOLUÇÃO E ATUAL PERFIL DA PRODUÇÃO MADEIREIRA

A produção empresarial de madeira florestal no norte do Pará poderia ser resumida como a história do Grupo Jari na região. Até meados da década de 2000, esse era o único empreendimento florestal para exploração de madeira com finalidades industriais naquele território (tabela 2).

Em 2009, a produção madeireira da região alcançou pouco mais de 200 mil metros cúbicos de madeira em tora. Em 2018, já com a base de dados oficiais dos sistemas de controle estaduais (DOF e Sisflora), estima-se uma produção de 600 mil metros cúbicos de madeira em tora por ano (tabela 2). Em termos relativos, o norte do Pará nunca foi tão importante para a produção madeireira da Amazônia quanto em 2018, quando respondeu por mais de 6% da produção regional.

Naquele ano, de acordo com dados do FSC, o Grupo Jari mantinha uma área de manejo de 427.736 hectares, embora, para fins práticos, a maior parte estivesse destinada à conservação, e não à produção.

Tabela 2. Evolução da produção de madeira em tora para fins industriais a partir de florestas naturais no norte do Pará (diferentes fontes, compilação dos autores).

Ano	Número de empresas madeireiras	Produção total de madeira em tora (m ³)	Percentual da produção total da Amazônia brasileira
1998 ¹	1	0,00	0,00%
2004 ²	1	60.000,00	0,25%
2009 ³	7	230.000,00	1,63%
2018 ⁴	23	576.767,29	6,41%

¹ Fonte: Lentini et al., 2003. A produção de madeira em tora neste ano não foi aferida no norte do Pará; portanto, por precaução, consideramos o valor igual a zero (embora o Grupo Jari tivesse, de fato, algum nível de produção); ² Fonte: Lentini et al., 2005. A produção foi estimada pelos autores; ³ Fonte: Pereira et al., 2010; ⁴ Fonte: Compilação dos autores a partir do Ibama/DOF e Sisflora/Pará, 2018.

Chama atenção o fato de, na cadeia de madeira de florestas naturais da região norte do Pará, a maior parte da matéria prima não ser processada localmente, mas sim transportada em tora para outras localidades (66%), notadamente a área metropolitana de Belém. Apenas 34%, ou o equivalente a 209 mil metros cúbicos, são serrados nos municípios da região.

Alguns desses municípios têm uma proporção maior de processamento local, como é o caso de Terra Santa, com 73% da madeira serrada localmente. Já no caso de Almeirim, a proporção é de apenas 11%. Alenquer e Monte Alegre sequer aparecem formalmente na base de dados de controle como consumidores da madeira produzida localmente (figura 1).

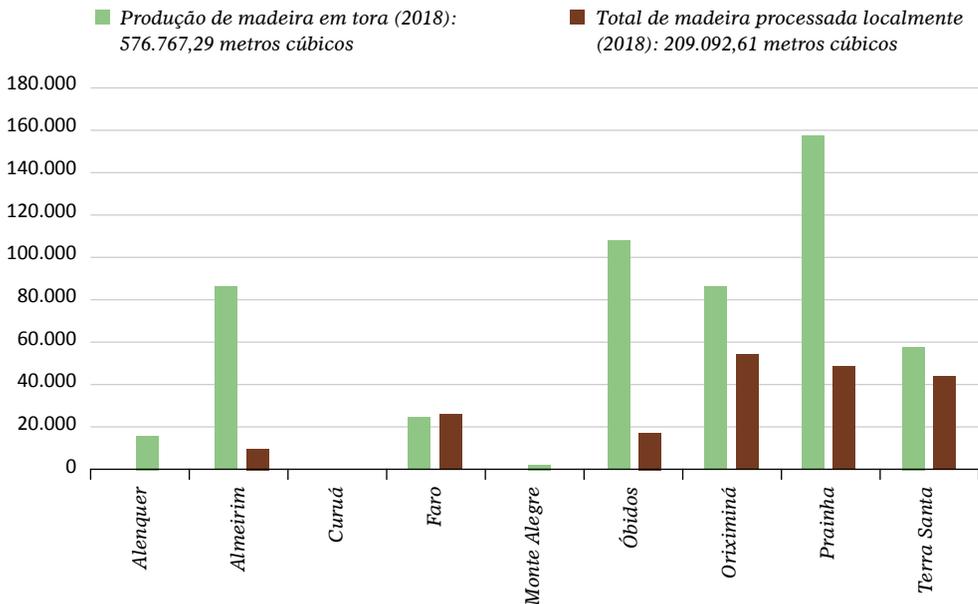


Figura 1. Produção de madeira em tora do norte do Pará em 2018 por município (A). Montante de madeira processada na região por município, em 2018 (B). Os dados referem-se aos sistemas oficiais de controle (DOF e Sisflora), sendo a análise e compilação realizadas pelos autores.

Infelizmente faltam dados sobre o número de empregos formais gerados pela atividade madeireira no norte do Pará. A estimativa mais relevante publicada pelo Imazon em 2010⁷ indica um total de 2.643 empregos diretos gerados nas etapas de produção e processamento de madeira na região em 2009. Considerando os empregos indiretos potencialmente gerados, teríamos cerca de 5.444 postos de trabalho⁸ gerados na região naquele período.

Na tabela 3, apresentamos as principais essências florestais exploradas com finalidade madeireira no norte paraense, segundo dados dos sistemas oficiais de controle (DOF e Sisflora) de 2018. De acordo com os dados, as dez principais espécies exploradas compunham grosseiramente dois terços da produção. A maçaranduba (*Manilkara sp.*), a principal espécie explorada, correspondia sozinha a um quarto da produção.

⁷ <https://imazon.org.br/publicacoes/fatos-florestais-da-amazonia-2010/>.

⁸ Mantendo a proporção de empregos gerados por unidade de produção (1 emprego gerado para cada 42,24 metros cúbicos de madeira em tora), teríamos, para fins de referência, um potencial de geração de empregos igual a 13.600 em 2018.

Tabela 3. Principais essências florestais exploradas para fins de produção madeireira no norte do Pará, 2018. Fontes: DOF e Sisflora/PA (compilação realizada pelos autores).

Essência florestal (nome popular)	Volume explorado em 2018	% do total da produção
<i>Maçaranduba</i>	144.226,02	25,0%
<i>Angelim-vermelho</i>	57.984,16	10,1%
<i>Jatobá</i>	44.346,46	7,7%
<i>Cumaru</i>	32.200,18	5,6%
<i>Cupiúba</i>	27.189,60	4,7%
<i>Pequiá</i>	16.865,13	2,9%
<i>Muiracatiara</i>	15.039,73	2,6%
<i>Ipê</i>	14.187,87	2,5%
<i>Timborana</i>	13.281,17	2,3%
<i>Sapucaia</i>	12.191,70	2,1%
Total	377.512,02	65,5%

Cabe aqui uma reflexão sobre a medida em que o desenvolvimento tardio do setor madeireiro no norte do Pará pode ter colaborado para a baixa taxa de degradação de recursos florestais na região até o momento. A região mantém conservados cerca de 96% de seu capital florestal.

Isso não quer dizer que a situação continuará sob controle. A atual migração da atividade madeireira da Amazônia dá sinais de que, se não for ordenada, pode se tornar um vetor de degradação das florestas na região. A atividade madeireira tende a se deslocar do arco do fogo e do desmatamento, ao sul da região, para o centro, rumo ao norte de Mato Grosso, sul do Amazonas, oeste e norte do Pará. O ordenamento poderia seguir o modelo das concessões em florestas públicas, cujo impacto na contenção do desmatamento ilegal na região é evidente.

ORDENAMENTO DA PRODUÇÃO FLORESTAL E MADEIREIRA

O avanço da fronteira do desmatamento e da degradação florestal na Amazônia pode ser atribuído, em parte, à leniência no ordenamento dos territórios. Provavelmente, neste momento o mesmo risco pode afetar o norte do Pará, na ausência de ações que tornem sua governança socioambiental mais robusta e urgente. Acreditamos que um dos temas de maior relevância – e capaz de incidir positivamente sobre o ordenamento – seja o mecanismo de concessões florestais como instrumento de uso, monitoramento e conservação das florestas públicas destinadas à produção na região.

Embora o debate sobre concessões ocorra no âmbito empresarial, uma lógica semelhante e igualmente importante refere-se ao desenvolvimento do manejo florestal comunitário e familiar. Isso poderia ser feito de forma não onerosa nas mesmas florestas estaduais e federais existentes na região ou, alternativamente, em reservas extrativistas e glebas de áreas públicas.

O modelo brasileiro de concessões florestais desenvolveu-se em um momento posterior da história do setor florestal brasileiro, se o compararmos aos sistemas desenvolvidos em outros países. Entretanto, o sistema de concessões foi desenvolvido em um período crucial para o manejo florestal na Amazônia, uma vez que a falta de definição fundiária de grande parte da região acabou por restringir a expansão do manejo. Diante das concessões, apareceram novas perspectivas para o uso sustentável dos recursos florestais amazônicos, o que tornou interessante a alteração do sistema predominante de produção: de uma extração predatória e ilegal para uma exploração planejada, baseada no manejo florestal.

Em 2006, o governo federal promulgou a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei Federal 11.284/2006 – LGFP), que trata da gestão de florestas públicas brasileiras para a produção sustentável. O objetivo da LGFP é proteger as florestas públicas, regulamentando o acesso a essas áreas em todo o Brasil, de forma a conservar suas funções ecológicas e garantindo o uso racional e eficiente dos recursos naturais para que possam gerar benefícios socioeconômicos locais e regionais⁹. A concessão florestal é um modelo

⁹ A LGFP criou também o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

de gestão da floresta pública previsto na lei que outorga a floresta para a iniciativa privada, mediante ônus e obrigações legais.

O contrato de concessão é uma licença formal para realizar o manejo de produtos e serviços florestais, concedida a pessoa jurídica previamente selecionada por licitação pública, sendo necessário o pagamento pelos produtos e serviços florestais que serão acessados pelo concessionário, além do atendimento de outras obrigações e responsabilidades.

Além do pagamento, os concessionários assumem um conjunto de compromissos e de metas relacionados a diversos aspectos, como, por exemplo, a quantidade de empregos gerados; os valores a serem investidos em bens e serviços para comunidade locais; e o grau de agregação local de valor aos produtos explorados.

¹⁰ A LGFP define a concessão florestal como sendo a “delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para a exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”.

¹¹ Segundo a LGFP, há também algumas exigências básicas adicionais para tais pessoas jurídicas: devem ser constituídas sob as leis brasileiras e ter sede e administração no Brasil.

CONCESSÕES EM FLORESTAS PÚBLICAS NACIONAIS E ESTADUAIS: ESTADO ATUAL E PERSPECTIVAS

As florestas do norte do estado do Pará têm enorme potencial para se tornarem um dos principais polos de produção madeireira sustentável do planeta. Isso se deve, primeiramente, à posição estratégica que ocupam em relação às sedes municipais de importância regional, como Belém e Macapá, e a mercados relevantes, o que facilita o escoamento para a exportação por meio da estrutura portuária dessas duas cidades.



Outro fator positivo é a imensa abundância de florestas, conforme apresentamos no início deste capítulo. Dos 25 milhões de hectares de florestas, pelo menos um terço está em cinco florestas públicas localizadas na região, com potencial e previsão legal de manejo florestal (tabela 4) ¹².

Além desses fatores, nota-se um movimento de migração da atividade madeireira para aquela área. Portanto, a região pode se beneficiar dessas oportunidades, desde que de maneira planejada.

Tabela 4. Florestas públicas no norte do Pará com potencial para concessões florestais.

Tipo de floresta	Nome da Unidade	Área total (ha)
<i>Floresta estadual</i>	Paru	3.612.914
<i>Floresta estadual</i>	Trombetas	3.172.978
<i>Floresta estadual</i>	Faro	635.936
<i>Floresta nacional</i>	Saracá-Taquera	429.600
<i>Floresta nacional</i>	Mulata	212.751
Total		8.064.179

¹² Calculamos que os oito milhões de hectares de florestas públicas do norte do Pará poderiam, em um cenário otimista, suprir de maneira sustentável ao menos um terço da demanda por madeira em tora da Amazônia em 2018. Na prática, essa produção tenderia a ser efetivamente menor, uma vez que, historicamente, uma parcela importante das florestas estaduais e nacionais não tem sido destinada ao manejo florestal.

Em 2018, havia cerca de 570 mil hectares de florestas públicas no norte do Pará em regime de concessão, distribuídas em 13 unidades ou contratos de concessão. Em média, cada uma dessas unidades tinha 44 mil hectares (tabela 5). Segundo o Imazon, as duas florestas públicas somadas à gleba Mamuru Arapiuns¹³ tinham, no momento do estudo, potencial de receitas de R\$ 210 milhões por ano, podendo gerar R\$ 44 milhões anuais em impostos, além de 8.600 empregos diretos e indiretos. São valores resultantes de uma estimativa de área concessionada de 850 mil hectares; uma área concedida, porém sem operações; e quatro contratos rescindidos.

Tabela 5. Florestas públicas sob concessão no norte do Pará em 2018.
Fontes: Ideflor-Bio e Serviço Florestal Brasileiro.

Unidade	Área sob concessão (ha)	Número de contratos de concessão	Área média de cada unidade de manejo (ha)
<i>Floresta Nacional de Saracá-Taquera</i>	135.010 ¹⁴	4	33.752,50
<i>Floresta Estadual do Paru</i>	434.708 ¹⁵	9	48.300,89
Total	569.718	13	43.824,46

¹³ Vale notar que a gleba Mamuru-Arapiuns está, na verdade, localizada ao sul do rio Amazonas, no município de Juruti. Entretanto, mantivemos essa área na descrição acima para não modificar as estimativas fornecidas originalmente pelo Imazon.

¹⁴ Ainda considerando as quatro unidades de manejo florestal concedidas, inclusive aquela com contrato em processo de rescisão.

¹⁵ Excluindo as três unidades de manejo florestal que possuem contratos rescindidos, e sem considerar as novas concessões lançadas em 2018.

Adicionalmente, o Imazon estimou que a área poderia propiciar uma renda anual de R\$ 9 milhões às comunidades residentes interessadas no manejo de castanhais localizados em florestas públicas, além de 328 empregos permanentes diretos.

Até 2019, foram concedidas quatro unidades de manejo florestal (UMFs) na Flona de Saracá-Taquera, sendo duas em 2010 e duas em 2014 (tabela 6). Na primeira concorrência, foram licitadas três UMFs. Contudo, não houve candidatos para a unidade de maior extensão. As quatro UMFs concedidas somam cerca de 135 mil hectares, ou 30,6% da extensão total da Flona. Entretanto, dessas quatro UMFs, somente duas – concedidas em 2014 – estão em operação (tabela 6). Essas duas unidades – localizadas no lote sul da Flona de Saracá-Taquera – iniciaram as atividades de exploração em 2015. Elas foram certificadas pelo FSC e equivalem a cerca de um quinto da extensão da Flona.

Entre as unidades inoperantes, a UMF 2 está em negociação (com possibilidade de retomar a exploração florestal), mas a UMF 3 (em processo de rescisão de contrato) deverá ser posta novamente em licitação.

Tabela 6. Unidades de manejo florestal (UMFs) concedidas na Floresta Nacional de Saracá-Taquera até 2019. Fonte: Serviço Florestal Brasileiro (compilação realizada pelos autores).

Concessionários/ UMF	Área (ha)	% da Flona	Contrato assinado	Início das operações	Status (out/2019)
<i>Ebata Produtos Florestais Ltda. (UMF 2)</i>	29.769,82	6,75%	12/08/2010	Setembro 2010	Sem operação temporariamente
<i>Golf Indústria, Comércio e Exploração de Madeiras Ltda. (UMF 3)</i>	18.933,62	4,29%	12/08/2010	Setembro 2010	Contrato em processo de rescisão
<i>Ebata Produtos Florestais Ltda. (UMF 1 do Lote Sul)</i>	26.898,00	6,10%	25/03/2014	Setembro 2015	Em operação e certificada pelo FSC
<i>Samise Indústria, Comércio e Exportação Ltda. (UMF 2 do Lote Sul)</i>	59.408,00	13,47%	25/03/2014	Junho 2015	Em operação e certificada pelo FSC
Total	135.009,44	30,60%	-	-	-

No processo de licitação, cada empresa submete sua proposta técnica e o valor a ser pago por metro cúbico de madeira extraída. As duas primeiras UMFs concedidas na Flona ganharam comprometendo-se, respectivamente, a pagar R\$ 83,00 e R\$ 80,00 por metro cúbico explorado na data da contratação em 2010. Tais valores são corrigidos

anualmente, conforme contrato. Quatro anos depois, em 2014, foram concedidas outras duas UMFs com o compromisso das empresas de pagar, respectivamente, R\$ 55,00 e R\$ 80,00 por metro cúbico explorado. Considerando que os outros dois lotes tiveram os preços pagos por metro cúbico ajustados a cada ano desde 2010, os novos lotes tiveram um valor consideravelmente inferior aos dois primeiros.

Quando a concessão ocorre dentro de uma floresta nacional, como são os casos descritos acima, o valor mínimo estabelecido em contrato é destinado ao SFB. A diferença entre o preço mínimo e a proposta de preço oferecida pelo concessionário é distribuída entre o ICMBio (40%); os estados onde ocorre a concessão (20%); os municípios (20%); e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (20%). A distribuição dos recursos aos municípios é proporcional ao percentual que a UMF ocupa em seus domínios territoriais.

Os recursos devem ser destinados ao apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais e geridos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, segundo o plano aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Até 2019, foram apurados R\$ 4.149.997,50 para os municípios de Faro, Terra Santa e Oriximiná. Desse total, R\$ 1.860.506,66 já foram repassados (tabela 7).

Tabela 7. Recursos provenientes dos pagamentos pela produção florestal na UMF concedida, conforme obrigações contratuais dos concessionários da Flona de Saracá-Taquera por município. Fonte: Serviço Florestal Brasileiro, com dados atualizados em agosto de 2019 (compilação realizada pelos autores).

Município	Valor arrecadado para os municípios (R\$)	Valor repassado aos municípios (R\$)	Ano do último repasse
<i>Faro, Pará</i>	1.263.650,38	674.487,82	2018
<i>Oriximiná, Pará</i>	2.355.857,93	753.242,98	2015
<i>Terra Santa, Pará</i>	530.489,19	432.775,86	2019
Total	4.149.997,50	1.860.506,66	-

Uma das dificuldades observadas para a utilização desses montantes é a exigência de um Plano de Aplicação de Recursos, bem como a prestação de contas posterior à sua utilização. Apenas cinco dos dez municípios com direito aos recursos apresentaram um Plano de Aplicação; e três dos cinco que já receberam sua parcela por meio desse mecanismo ainda não tiveram sua prestação de contas aprovada.

O município de Oriximiná foi o primeiro a utilizar os recursos. Todavia, enfrenta dificuldades para continuar a recebê-los, pois sua prestação de contas ainda não foi aprovada. Como se vê na tabela 7, o último repasse para Oriximiná ocorreu em 2015. A dificuldade é que, para acessar

novo repasse, o SFB¹⁶ deve (i) receber a aprovação, pelo Conselho de Meio Ambiente, do cumprimento das metas relativas à aplicação dos recursos já repassados; e (ii) aprovar o novo Plano de Aplicação de Recursos referente aos recursos disponíveis.

O mesmo problema ocorre no município de Cujubim (RO), com os recursos da Flona Jamari; e no município de Porto Velho (RO), em relação aos recursos das concessões da Flona de Jacundá. O estado de Rondônia também está com essa pendência para receber recursos já arrecadados. Os valores obtidos foram utilizados pelos três municípios principalmente para melhorar a infraestrutura de suas secretarias de Meio Ambiente, incluindo a construção da sede da secretaria e a compra de veículos. Em Terra Santa, foi feito investimento direto no apoio a uma cooperativa de coletores de castanha-do-brasil.

Outro recurso gerado pelas concessões está relacionado ao indicador de investimentos sociais locais que consta nos editais e é uma obrigação contratual dos concessionários. Os recursos devem ser investidos diretamente nas comunidades da área de influência das concessões. Faro e Oriximiná receberam R\$ 711.813,17 até o momento (tabela 8). Os valores foram utilizados principalmente para comprar equipamentos que foram entregues às comunidades, como, por exemplo, grupos geradores de energia e motores

¹⁶ Conforme estabelecido pelo art. 39 da Lei 11.284/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas).

para embarcações. A decisão sobre a aplicação dos recursos foi tomada pelas comunidades que eram beneficiárias diretas e aprovada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. As comunidades com direito aos recursos são as que estão nas proximidades da UMF. A Secretaria de Meio Ambiente de Terra Santa optou por aguardar alguns anos antes de debater o Plano de Aplicação de Recursos com as comunidades. Seu objetivo era acumular um montante maior, prevendo aportes futuros, pois, na avaliação do governo municipal, o valor atual (cerca de R\$ 49 mil) seria insuficiente para dividir entre as comunidades.

Tabela 8. Recursos do indicador social conforme obrigações contratuais dos concessionários da Flona de Saracá-Taquera por município. Fonte: Serviço Florestal Brasileiro, com dados atualizados em agosto de 2019 (compilação realizada pelos autores).

Município	Valor depositado pelos concessionários (R\$)	Valor efetivamente executado (R\$)	Ano do último repasse
<i>Faro, Pará</i>	146.021,60	146.021,60	2018
<i>Oriximiná, Pará</i>	2.647.076,15	565.791,57	2015
<i>Terra Santa, Pará</i>	49.368,16	0,00	-
Total	2.842.465,91	711.813,17	-

Outra unidade de conservação com concessões no norte do Pará é a Floresta Estadual (Flota) do Paru. Por se tratar de uma concessão em área de domínio estadual, todo o processo de licitação e gestão contratual está sob a responsabilidade do Ideflor-Bio. A primeira concorrência para concessão dessa Flota ocorreu em 2011, quando seis UMFs foram concedidas. As duas maiores UMFs estão ao longo do rio Paru, e as outras, ao norte do PDS Serra Azul. Duas dessas UMFs tiveram o contrato de concessão rescindido. O segundo lote foi disponibilizado em 2013, quando outras duas UMFs foram concedidas. Uma delas também teve o contrato rescindido em 2017. Essas três UMFs com contratos rescindidos foram reconfiguradas para disponibilização em uma nova licitação, que resultou em uma nova UMF concedida em janeiro de 2018. Atualmente há nove UMFs concedidas nessa Flota.



A Flota do Paru é a primeira e única concessão florestal estadual em unidade de conservação onerosa, sendo uma referência importante para o Acre, Amazonas e Amapá, que declararam interesse em implementar concessões estaduais. As concessões florestais na Flona de Saracá-Taquera também são pioneiras e constituem referências importantes para as demais concessões, pois, pela primeira vez, foram efetivamente aplicados os recursos de uma concessão federal destinados aos municípios e às comunidades.

Ainda que com relevantes avanços e muito aprendizado, a efetiva consolidação das concessões na região depende de mais investimentos na capacitação dos atores envolvidos e na melhoria nas condições objetivas. Isso fica evidente em fatores como as rescisões contratuais em três UMFs na Flota e uma UMF na Flona; as diferenças entre os valores praticados nos primeiros lotes de concessão e os mais recentes; e as dificuldades enfrentadas pelo primeiro município beneficiado para prestar contas dos recursos recebidos das concessões federais.

Provavelmente, isso também se aplica a outras regiões da Amazônia. Ao ganharem escala, as concessões florestais podem, por meio de sua consolidação, contribuir significativamente para induzir uma economia relacionada à conservação florestal. Como resultado, gerariam empregos, aumentariam a arrecadação tributária, dinamizariam a economia local e forneceria produtos florestais de forma sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte do capital florestal do norte paraense permanece conservada. De acordo com o MapBiomas, da cobertura original, menos de 4% haviam sido desmatados até 2018, sendo que as formações florestais cobrem 91% da região. Apesar de limitações geográficas e de relevo em uma porção significativa da região devido ao escudo das Guianas, há um enorme potencial de exploração madeireira e de outros produtos por meio do manejo florestal, que hoje pode ser considerado uma das melhores alternativas para conciliar a conservação ao desenvolvimento socioeconômico local.

Embora a região esteja sendo ocupada e ordenada há séculos, o desenvolvimento de um setor florestal regional é bastante recente. Documentamos, neste capítulo, um pouco do histórico do Projeto Jari, que se estabeleceu em Almeirim a partir do final da década de 1960. Contudo, até recentemente, a atividade madeireira com finalidade industrial na região era irrelevante. Apesar disso, em 2018 podemos estimar uma produção de 600 mil metros cúbicos de madeira em tora por ano na região. Em termos relativos, as florestas do norte do Pará nunca foram tão importantes para a produção madeireira da Amazônia quanto em 2018, ano em que responderam por mais de 6% da produção regional.

Permanece uma reflexão sobre a medida em que o desenvolvimento tardio do setor madeireiro na região pode ter colaborado para a baixa taxa de degradação dos recursos florestais. Atualmente, o desmatamento na Amazônia atinge 20% da área total, ao passo que a região norte do Pará pode se orgulhar de ter mantido 96% de seu capital natural conservado.

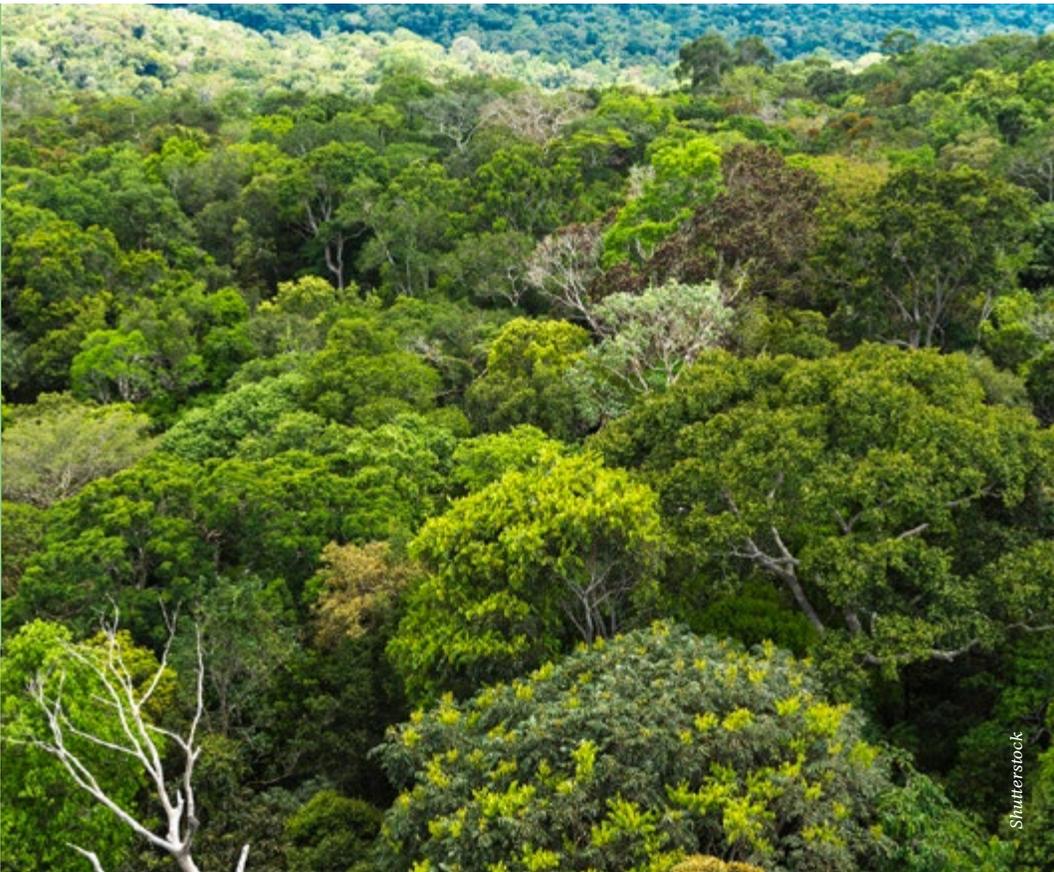
Entretanto, isso também não quer dizer que a situação continuará sob controle. A atual migração da atividade madeireira da Amazônia indica que, se não for ordenada, a atividade poderá rapidamente catalisar a degradação de suas florestas. Um dos modelos efetivos para harmonizar produção e conservação é a concessão florestal.

Estudos têm demonstrado que a atividade madeireira industrial na Amazônia no período 1998-2018 tende a migrar do arco do fogo e do desmatamento para o centro da região. Se não forem implementadas ações urgentes de ordenamento territorial efetivo nessas regiões, elas poderão sofrer o mesmo destino que as florestas localizadas ao sul da região amazônica.

Vale destacar que, na cadeia de madeira de florestas naturais da região norte do Pará, a maior parte da matéria prima extraída não é processada localmente (66%), mas sim transportada em tora para ser processada em outras localidades, principalmente a região metropolitana de Belém. Isso demonstra a necessidade de investimentos que agreguem valor aos produtos florestais locais para beneficiar a economia e gerar empregos e divisas para o estado do Pará.

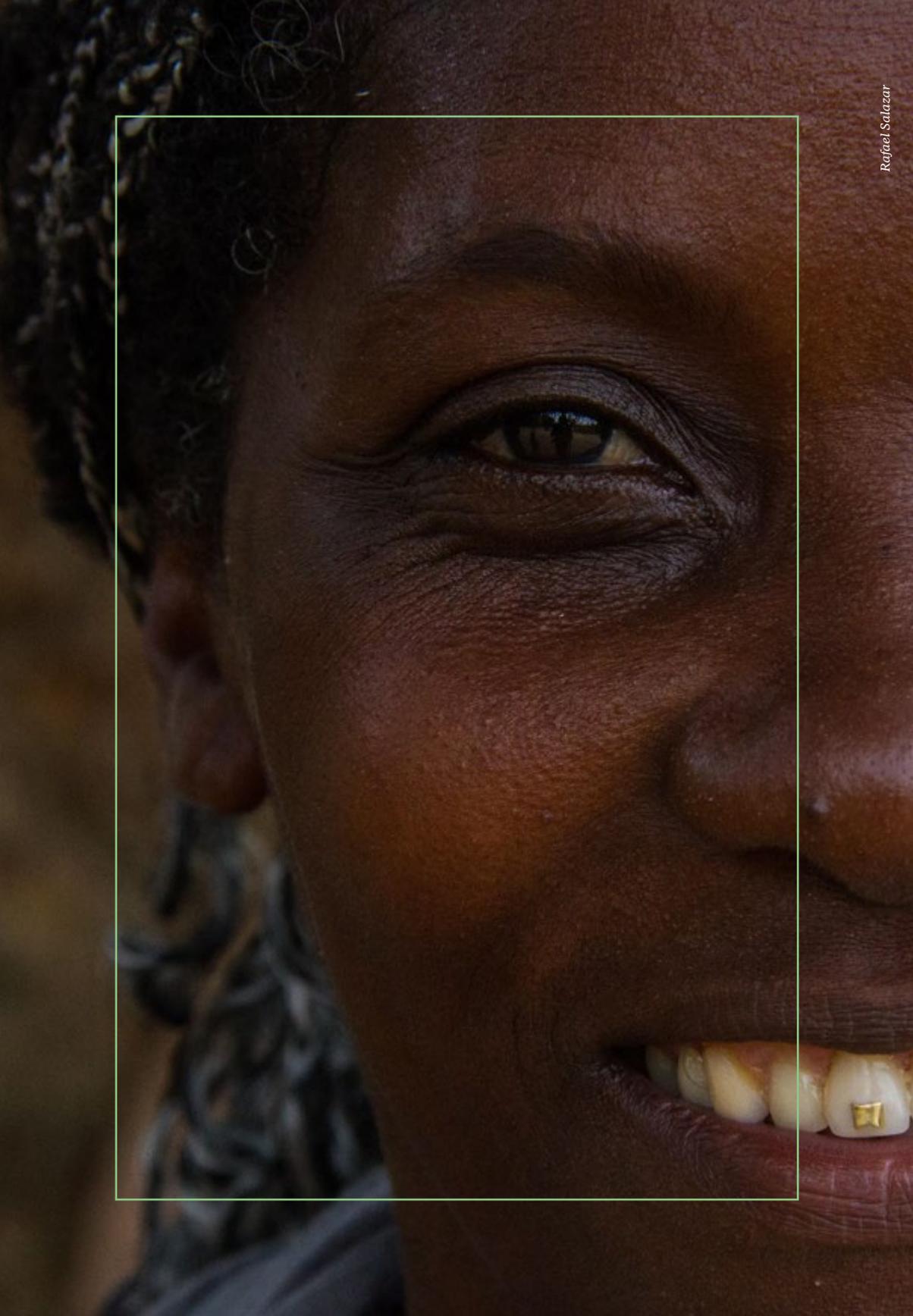
O Brasil instituiu e regulamentou a concessão de florestas públicas para manejo florestal em 2006, bem mais tarde que outros países da África, do sul da Ásia e mesmo da América Latina. Isso beneficiou nosso país, que pôde aprender com as experiências de outros, sobretudo no que se refere a salvaguardar as florestas de transformações ecológicas, além de proteger comunidades locais de impactos nos seus modos de vida. Por isso, além do melhor preço pago pela madeira, nossos processos de concessão priorizam as propostas com menor impacto ambiental e que ofereçam mais benefícios socioeconômicos locais, incluindo maior agregação de valor em nível local.

A região norte do Pará tem enorme potencial para se tornar um dos principais polos de produção madeireira sustentável do planeta. Isso se deve, primeiramente, à posição estratégica que ocupa em relação às sedes municipais de importância regional, como Belém e Macapá, e a mercados relevantes, o que facilita o escoamento para a exportação por meio da estrutura portuária dessas duas cidades. Outro fator positivo é a imensa abundância de florestas. Dos 25 milhões de hectares de florestas, pelo menos um terço está em cinco florestas públicas localizadas na região, com potencial e previsão legal de manejo florestal. Por fim, nota-se um movimento de migração da atividade madeireira para aquela área. Portanto, a região pode se beneficiar dessas oportunidades, desde que de maneira planejada.



REFERÊNCIAS

- AMORIM, P.; MORGADO, R.; ESPADA, A.L.V.; BITTENCOURT, P.; LENTINI, M.; PALMIERI, R. *Diagnóstico Econômico-Ambiental do município de Almeirim, Pará*. Belém: IFT e Imaflora, 2010.
- DOF. Documento de origem florestal. Base de dados disponível através de <http://dadosabertos.ibama.gov.br/dataset/documento-de-origem-florestal-dof-transportes-de-produtos-florestais>. Acesso em 27/12/2019.
- IDEFLOR-BIO. Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do estado do Pará. Disponível em <https://ideflorbio.pa.gov.br/>. Acesso em 27/12/2019.
- IMAZON. *Potencial econômico das florestas estaduais da Calha Norte*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2010. Disponível em <https://imazon.org.br/potencial-economico-nas-florestas-estaduais-da-calha-norte/>. Acesso em 27/12/2019.
- LENTINI, M.; PEREIRA, D.; CELENTANO, D.; PEREIRA, R. *Fatos Florestais da Amazônia 2005*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém: Imazon, 2005.
- LENTINI, M.; VERÍSSIMO, A.; SOBRAL, L. *Fatos Florestais da Amazônia 2003*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém: Imazon, 2003.
- LENTINI, M.; SOBRAL, L.; PLANELLO, M.; VIEIRA, R.; CERIGNONI, F.; NUNES, F.; GUIDOTI, V. *O que mudou no perfil da atividade madeireira na Amazônia nas últimas duas décadas (1998-2018)?* Imaflora, junho de 2019.
- LINS, C. *Jari: 70 anos de história*. 3ª edição. Fundação Orsa. Rio de Janeiro: Dataforma, 307 p., 2001.
- MAPBIOMAS. Dados e plataformas disponíveis em <http://mapbiomas.org/>. Acesso em 27/12/2019.
- PEREIRA, D.; SANTOS, D.; VEDOVETO, M.; GUIMARÃES, J.; VERÍSSIMO, A. *Fatos Florestais da Amazônia 2010*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém: Imazon, 126 p., 2010.
- SFB. Serviço Florestal Brasileiro. *Informações sobre as florestas federais sob concessão*. Disponível em <http://www.florestal.gov.br/florestas-sob-concessao>. Acesso em 27/12/2019.
- SANTOS, D.; VERÍSSIMO, A.; SOZINHO, T. *Calha Norte Sustentável: situação atual e perspectivas*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém: Imazon, 202 p., 2013.
- SOUZA Jr, C.; BRANDÃO, A.; LENTINI, M. *The feasibility of logging in the Pará Calha Norte region of the Brazilian Amazon*. Chapter 1. In: Eredics, P. (ed.). *Mapping Forestry*. Nova Torque: ESRI Press, 2010.



BREVE HISTÓRICO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ, NO NORTE DO PARÁ¹

Igor Scaramuzzi ²

¹ Este ensaio é fruto da minha tese de doutorado (SCARAMUZZI, 2016), orientada pela professora Nádia Farage. Defendida na Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, sob o título “Extratativismo da castanha e a natureza entre quilombolas do Alto Trombetas/PA”, a tese foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Para a análise presente neste ensaio, utilizei os dados que estão presentes no capítulo 1 da tese. Os termos locais quilombolas mais relevantes à descrição proposta no ensaio estão grafados entre aspas.

² Bacharelado e licenciatura em História pela Unesp (2001); mestrado em Antropologia Social pela USP (2008); e doutorado em Antropologia Social pela Unicamp (2016). Desde 2002, atua como consultor de projetos que envolvem educação, cultura-patrimônio e terra-meio ambiente de populações indígenas e tradicionais na Amazônia.

A população remanescente de quilombos da bacia do rio Trombetas, situada no município de Oriximiná, na região norte do Pará, está estabelecida ao longo das margens dos rios Trombetas, Erepecuru, Acapu e Cuminá. Na primeira metade do século 18, seus antepassados rebelaram-se contra o regime escravista e fugiram das fazendas e propriedades que exploravam o cacau e a pecuária nas regiões de Óbidos, Santarém, Alenquer e Belém, como ressalta a pesquisadora Lúcia Andrade no estudo *Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico*, de 1995.

A história da formação de quilombos nessa região está documentada em uma série de fontes escritas – registros de viajantes, naturalistas, missionários – e na documentação administrativa estatal. O conjunto das fontes históricas sobre o período foi analisado por diversos autores e a história da ocupação territorial da população quilombola de Oriximiná foi abordada em importantes pesquisas nas áreas de História e Antropologia.

Entre esses trabalhos, destacam-se a tese de doutorado e a série de artigos do historiador Eurípedes Funes; o livro *Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios*, de Rosa Acevedo e Edna Castro; e outras obras que tratam, de forma mais genérica, da história da escravidão na Amazônia, em geral, e no estado do Pará, em particular. Esse é o caso de *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*, de Vicente Sales. Tais obras foram produzidas a partir da década de 1980, momento em que muitos pesquisadores de diferentes campos do conhecimento passaram a se dedicar ao estudo de dinâmicas históricas, sociais e culturais no norte paraense.

Uma peculiaridade da história dos quilombolas da bacia do rio Trombetas evidenciada pelos referidos trabalhos é o fato de a memória da resistência à escravidão e da for-

mação dos antigos quilombos permanecer viva na tradição oral das comunidades remanescentes. Muitas pessoas, especialmente as mais idosas, revelam, em suas histórias e narrativas, informações e detalhes sobre a chegada e o estabelecimento de seus antepassados na região. Além disso, descrevem as relações desenvolvidas entre os antigos quilombolas e vários outros segmentos populacionais ao longo do tempo, inclusive alguns povos indígenas que também habitavam a bacia do Trombetas no mesmo período.

Atualmente, os cerca de dez mil quilombolas do município de Oriximiná estão organizados em 35 comunidades e compartilham um território de aproximadamente 600 mil hectares³. Além do anseio comum pela regularização fundiária de parte do território, as comunidades quilombolas de Oriximiná compartilham problemas relacionados às políticas federais de ocupação territorial, desenvolvimento e conservação ambiental implantadas na região do Baixo Amazonas ao longo das últimas três décadas.

O primeiro deles é a sobreposição de duas Unidades de Conservação com parte significativa do território tradicional; a Floresta Nacional (Flona) Saracá-Taquera e a Reserva Biológica (Rebio) do Rio Trombetas, ambas administradas atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A Rebio é uma unidade de conservação de proteção integral que, desde sua implantação em 1979, restringe o acesso e regulamenta a habitação e a realização de atividades de subsistência em toda a área do território quilombola onde ocorre a sobreposição. Outra dificuldade é a mineração industrial empreendida pela empresa Mineração Rio do Norte (MRN), que, há mais de 40 anos, explora bauxita em parte desses territórios tradicionais.

³ Fonte: ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo: <http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/> (último acesso em setembro de 2019).

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS QUILOMBOLAS DE ORIXIMINÁ

Inicialmente, os antepassados dos quilombolas de Oriximiná estabeleceram-se nos trechos encachoeirados e de difícil acesso dos rios da bacia do rio Trombetas, por volta da primeira metade do século 19⁴. Desde a época da fundação dos quilombos até hoje, as populações desses rios são conectadas por redes de parentesco e possuem modos de vida bastante semelhantes. Compartem, desde os anos 1990, de mecanismos institucionais em comum, como, por exemplo, a Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná (ARQMO), criada para representar as comunidades nas negociações com diversos segmentos sociais, inclusive ONGs e instituições privadas e governamentais.

Embora sejam interligadas no campo da luta por direitos territoriais e possuam elementos culturais, políticos e sociológicos constituintes em comum, as comunidades do rio Trombetas – especialmente as do Alto Trombetas e as dos rios Erepecuru, Acapu e Cuminá – consideram-se, em alguns contextos específicos de relações sociais, coletivos distintos entre si.

Tal segmentação geralmente se baseia menos nos modos de vida e mais nos lugares onde vivem: os rios, por exemplo, podem representar marcadores que distinguem os habitantes das comunidades como coletivos ou grupos diferentes. Portanto, é comum que os habitantes dos rios Erepecuru, Acapu e Cuminá se refiram àqueles que habitam as margens

⁴ Nesse período, a área correspondente ao município de Oriximiná, inclusive seu núcleo urbano, pertencia ao município de Óbidos. O povoamento de Oriximiná figurava como distrito e somente foi elevado ao status de município em 1934.

e lagos do rio Trombetas como “pessoal do riozão” ou do “Trombetão”. Por sua vez, os que moram próximo ao rio Trombetas, especialmente na região do Alto Trombetas, às vezes se referem aos moradores dos rios Cuminá, Acapu e Erepecuru como “pessoal do Erepecuru” ou “pessoal do outro rio”.

No passado, ao que tudo indica, a relação entre os habitantes dos diferentes rios foi fundamental para a sobrevivência dos antigos quilombolas. A análise de fontes documentais feita pelo historiador Eurípedes Funes revela que, no século 19, era muito significativa a relação dos quilombolas da bacia do Trombetas entre si e com a população do rio Curuá, pouco mais distante, onde também se estabeleceram alguns dos antigos quilombolas da região do Baixo Amazonas.

Em sua tese de doutorado, Funes relata um intenso intercâmbio entre os quilombos desses rios, e explica que as relações ocorriam em festividades, casamentos e, especialmente, por meio de uma rede de informações para a proteção contra a repressão governamental.

Segundo o pesquisador, tal interligação pode ser verificada na documentação sobre os registros de fuga, nos interrogatórios de rebeldes capturados e nas falas dos donos das propriedades das quais haviam fugido os antepassados dos quilombolas.

Na maioria das vezes, os rebelados que buscavam moradia às margens dos diferentes rios já se conheciam ou tinham até mesmo vínculos de parentesco, pois, em boa parte dos casos, eram fugitivos das mesmas propriedades. Outro fato importante apontado pelo autor é que as populações dos diferentes rios se reuniam para encontrar os regatões, como eram chamados os comerciantes de mercadorias que circulavam na região. Geralmente, tais encontros ocorriam na foz do Erepecuru, no encontro com o Trombetas ou “na boca do

Erepecuru”, como dizem os quilombolas. Nessas ocasiões, que geralmente ocorriam na estação de inverno, período da coleta da castanha, os antigos quilombolas trocavam com os regatões seus produtos extraídos da floresta por toda sorte de mercadorias: roupas, munição, material de pesca etc.

De acordo com as evidências documentais analisadas, Funes concluiu que não era possível considerar as populações quilombolas dos diferentes rios como segmentadas e autônomas no século 19, mas sim como uma rede de aglomerados populacionais com ligações estreitas entre si. Segundo sua análise, foi essa configuração que permitiu a constituição dos mecanismos de proteção que as resguardaram das expedições estatais punitivas ocorridas naquele século, cujo objetivo era destruir os antigos quilombos e desarticular os rebeldes do Baixo Amazonas.

Atualmente, a população remanescente quilombola de Oriximiná está distribuída ao longo de rios e lagos da bacia do Trombetas, na região denominada por eles de “águas mansas”, em contraposição aos trechos encachoeirados que habitavam inicialmente. As casas estão espalhadas pelas margens em aglomerados populacionais sem fronteiras espaciais visíveis. Para aqueles que não conhecem a região, seria muito difícil, em alguns lugares, distinguir o espaço de cada núcleo populacional, já que as casas formam uma espécie de *continuum* no curso dos rios e às margens dos lagos.

Em determinados locais, predominam agrupamentos – nos quais as pessoas estão conectadas entre si por linhas de descendência comuns – denominados localmente de “famílias”. Essas “famílias”⁵ são categorizadas por sobrenomes:

⁵ O termo “família” (entre aspas) é utilizado de forma específica neste caso e pode ter outros usos de acordo com o contexto. Por exemplo, o termo família pode ser também usado pelos quilombolas para se referir a um grupo de pessoas que moram nas mesmas unidades residenciais ou “terrenos”. Neste caso específico referido acima, “família” designa os grupos com grande número de pessoas que compartilham sobrenomes em comum que descendem dos mesmos ancestrais, conforme explicado.

Colé, Adão, Xavier, Cordeiro, Dos Santos, Vieira, Pires. Embora não seja uma regra fixa, o pertencimento de um indivíduo a determinado “família” é geralmente definida pela linha de descendência materna. Comumente, os ancestrais que originaram cada “família” foram os primeiros a se estabelecerem na região, ou os fundadores dos antigos ou atuais povoados.

Atualmente, as localidades habitadas estão organizadas em “comunidades”. O uso desse termo para designar e circunscrever política e espacialmente núcleos populacionais e lugares é recente e está relacionado à chegada da Igreja Católica nos anos 1970, quando se iniciam as lutas por direitos territoriais⁶.

Em cada “comunidade”, dependendo do tamanho, há geralmente de uma a três “famílias” predominantes. Em sua maior parte, as “comunidades” dispõem de uma construção coletiva que chamam de centro comunitário ou de “comunidade”, geralmente localizada ao redor de uma igreja. Sua manutenção é realizada pelos próprios moradores em mutirões previamente organizados.

Em toda “comunidade”, há uma pessoa chamada localmente de “coordenador” que é o responsável pelo recebimento de verbas da prefeitura, pela manutenção e pelas viagens mensais dos barcos comunitários à cidade de Oriximiná. Esses coordenadores também organizam e realizam festas religiosas, danças ou eventos esportivos; representam a comunidade em algumas reuniões com órgãos federais, estaduais e municipais; e conduzem as relações com pessoas de fora que desejem pesquisar, desenvolver projetos ou simplesmente visitar a comunidade.

⁶ Para maiores detalhes do histórico do uso do termo “comunidade” pelos quilombolas para designar núcleos populacionais, ver Scaramuzzi (2016).

DESAFIOS E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Especialmente na região conhecida como Alto Trombetas, os quilombolas enfrentam atualmente sérios conflitos socioambientais, sobretudo, como já salientado, relacionados à sobreposição de duas unidades de conservação federais e de zonas de mineração da MRN a partes do território tradicional que atualmente estão em processo de regularização fundiária. Atualmente, discute-se ainda, no âmbito governamental, a possibilidade de construção de uma usina hidrelétrica no rio Trombetas⁷.

Registros históricos evidenciam que, desde que chegaram à região, os quilombolas praticam o extrativismo comercial de produtos florestais. De acordo com Eurípedes Funes, o extrativismo, especialmente da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), foi fundamental para a bem-sucedida resistência desses grupos no tempo da escravidão e, posteriormente, para o estabelecimento definitivo da população quilombola na bacia do rio Trombetas⁸.

⁷ Os dados sobre mineração usados neste ensaio foram retirados do material da ONG Comissão Pró-Índio de São Paulo intitulado Terras Quilombolas em Oriximiná: pressões e ameaças (2009). A construção de usinas hidrelétricas no rio Trombetas, considerada uma possibilidade desde os anos 1980, voltou a ser debatida em 2019. Para mais informações, ver <http://cpisp.org.br/governo-anuncia-nova-hidreletrica-que-impactara-terras-indigenas-e-quilombolas/> (último acesso em setembro de 2019).

⁸ De acordo com o pesquisador Mauro William Barbosa de Almeida (2012), o termo extrativismo pode ser associado a um tipo de economia florestal predatória ligada a relações sociais de dependência e dominação que datam dos tempos em que os produtos florestais amazônicos estavam em alta no mercado internacional, na primeira metade do século 20. Pode também, tal como é usado pelo autor, estar associado a um modo de vida em que a venda de produtos florestais (como, por exemplo, a castanha) é integrada a um sistema mais amplo de atividades que conformam modos de uso e ocupação territorial de “baixo impacto ambiental” e que viabilizam, ao longo do tempo, a existência, a dignidade e a convivência das populações humanas com uma grande diversidade de vida.

O autor revela que, à medida que os antigos quilombolas estabeleciam parcerias comerciais diretas e indiretas (ligadas ao extrativismo florestal) com comerciantes locais e com segmentos mais abastados dos núcleos urbanos de Óbidos e de Oriximiná, as políticas punitivas relacionadas à rebelião quilombola foram se atenuando até desaparecerem, antes mesmo do fim da escravatura. Com a abolição da escravatura e a mudança dos quilombolas das regiões das cachoeiras rumo à região dos lagos (das “águas bravas” para as “águas mansas”), o extrativismo da castanha seguiu como atividade fundamental para a configuração de um modo de viver particular.

Após esse período, a região do Alto Trombetas passou por transformações fundiárias que afetaram profundamente a vida dos quilombolas. Entre o final do século 19 e a década de 1970, houve uma alta nos preços de diversos produtos florestais nos mercados nacionais e internacionais. As áreas de castanhais da bacia do Trombetas, apesar de já ocupadas e manejadas pelos quilombolas, eram consideradas pelo governo na época como terras devolutas; foram, então, vendidas a famílias pertencentes a segmentos sociais abastados dos núcleos urbanos de Oriximiná e Óbidos ⁹.

A partir de então, de modo semelhante ao que ocorreu com a extração da borracha na Amazônia ocidental, a população quilombola começou a trabalhar na coleta da castanha para os proprietários das terras, localmente chamados de “patrões”, sob o chamado regime de aviamento¹⁰. Nessa época, surgiram os primeiros conflitos socioambientais envolvendo humanos e a natureza, especialmente ao redor da cas-

⁹ Para uma análise detalhada do histórico fundiário da região do Alto Trombetas e da relação do processo de compra das áreas de castanhal com a legislação de terras do início do século e com a presença quilombola na região, ver Acevedo e Castro (1998).

¹⁰ Aviamento é um sistema de crédito que configura relações hierárquicas entre financiador, o “patrão”, e financiado, o extrativista, muito comum a todos os tipos de economia extrativista na Amazônia. Para maiores detalhes sobre o contexto amazônico geral, ver Weinstein (1993) e Almeida (1993), entre outros.

tanha, que teve sua produção disputada entre os “patrões” – que tinham o controle do acesso aos castanhais e o monopólio de compra e venda das amêndoas – e os quilombolas, que buscavam, de diversas maneiras, maior autonomia na forma de se relacionar com as árvores, com os donos de castanhais e com o espaço que consideravam seu território.

No final dos anos 1970, esse regime de trabalho nos castanhais entrou em decadência e, concomitantemente, os conflitos na região aumentaram com a implantação, em 1979, da Rebio Trombetas, que se sobrepôs aos principais castanhais manejados por quilombolas na região e ao espaço de uso e ocupação de algumas comunidades. Essa unidade de conservação foi implantada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em um processo que, como em vários outros casos no Brasil, ocorreu sem nenhuma consulta prévia aos quilombolas.

A chegada da Rebio Trombetas e os acontecimentos subsequentes já foram descritos e analisados em diversos trabalhos acadêmicos¹¹. Assim como relatam os quilombolas, tais trabalhos enfatizam o caráter violento do processo, que culminou em mudanças radicais nos modelos locais de uso e ocupação territorial e foi responsável pela eclosão de graves conflitos socioambientais.

Ainda no final da década de 1970, na margem direita do rio Trombetas, teve início a mineração de bauxita em escala industrial – realizada até hoje pela MRN. Em 1988, foi criada a unidade de conservação de uso sustentável denominada Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, onde se encontra a zona de mineração e parte significativa do território quilombola.

¹¹ Para maiores informações sobre o estabelecimento da Rebio Trombetas na região, recomendo consultar os seguintes trabalhos: Acevedo & Castro (1998); Wanderley (2008) e Alcántara (2014).

A chegada da MRN ao Alto Trombetas gerou grandes impactos socioambientais, como, por exemplo, a construção de Porto Trombetas, distrito que abriga a sede da MRN, bem como os funcionários da mineradora e os trabalhadores terceirizados ligados à mineração. Até hoje, as comunidades quilombolas não foram devidamente ressarcidas pelos impactos sociais e ambientais causados pelas atividades minerárias.

Na década de 1980, a MRN foi responsável por uma das maiores tragédias relacionadas à mineração industrial ocorridas na Amazônia: a poluição e assoreamento do lago do Batata, um dos maiores do entorno de Porto Trombetas. Durante cerca de dez anos (1979-1989), a empresa depositou rejeitos de bauxita nesse lago, causando grave poluição e um processo de assoreamento que ameaçou de contaminação o próprio rio Trombetas¹². Diante da repercussão nacional e internacional do caso, a mineradora passou a construir barragens para o depósito de rejeitos. Atualmente, a MRN tem planos de expandir suas zonas de mineração para áreas sobrepostas a partes do território tradicional dos quilombolas.

Nos dias de hoje, os conflitos relacionados à mineração e à sobreposição com unidades de conservação estão diretamente relacionados à regularização fundiária dos territórios quilombolas. Em julho de 2018, foram publicadas as portarias de reconhecimento das terras quilombolas Alto Trombetas 1 e 2, com base nos relatórios de identificação elaborados pelo Incra e pela Fundação Palmares. O processo de reconhecimento dessas partes do território é um passo importante para a regulamentação fundiária estatal. Esse

¹² *Maiores informações sobre a poluição e assoreamento do lago do Batata podem ser encontradas no trabalho de Wanderley (2008).*

fato motivou o Ministério do Meio Ambiente e o ICMBio a proporem aos quilombolas novos acordos para a regulamentação do uso e ocupação das áreas em sobreposição.

Desde a primeira década do ano 2000, os órgãos governamentais responsáveis pelas unidades de conservação têm firmado com os quilombolas acordos previstos pela legislação chamados de “Termos de Compromisso”. Nesse caso, o Termo de Compromisso está sendo mobilizado para regulamentar o extrativismo comercial da castanha praticado por muitas famílias quilombolas nas áreas de sobreposição da Rebio Trombetas com o território tradicional.

Os acordos atuais e os que podem vir a ser firmados no futuro visam a regulamentar o uso pelos quilombolas das terras sobrepostas enquanto o impasse não for resolvido no âmbito jurídico-estatal de forma definitiva¹³.

¹³ No Brasil, os Termos de Compromisso são instrumentos legais que visam a regulamentar a permanência e o uso de recursos naturais por populações tradicionais que residam ou que possuam algum tipo de vínculo territorial com espaços sobrepostos a unidades de conservação de proteção integral. Segundo a Instrução Normativa nº 26, de 4 de julho de 2012, o Termo de Compromisso é um “instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório, a ser firmado entre o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos”. Para maiores informações sobre os conflitos fundiários no Alto Trombetas, ver: <http://cpisp.org.br/quilombolas-em-oriximina/> (site da Comissão Pró-Índio de São Paulo/CPI-SP; último acesso em setembro de 2019).

Além da regularização de seus territórios, os quilombolas, diante dos problemas e desafios vivenciados na atualidade, almejam a permanência em seu território tradicional com conforto, segurança e alegria. Muitos quilombolas creem que, para que isso se realize, seria necessário elaborar modelos de gestão territorial que conciliem os modos tradicionais de uso e ocupação da terra com formas sustentáveis de geração de renda. Para isso, também consideram fundamental poder tecer novas parcerias e novos acordos com o Estado e com seus outros parceiros, que possam trazer tranquilidade para a permanência de todos no território e que os ajudem a criar, com base em suas próprias concepções e experiências de vida, boas formas de enfrentar os desafios já postos e os que estão por vir.

Os modos de conhecer e viver dos quilombolas não se fazem presentes somente entre pessoas, mas também nos lugares que eles habitam e frequentam; nas paisagens; e nos outros seres vivos que compartilham a bacia do Trombetas. Tal modo de viver e conceber o mundo, infelizmente, não poderá ser atualizado ou colocado à prova diante das novas experiências se não forem assegurados a essa população o direito à terra; o livre acesso aos lugares que conformam seu território; e a possibilidade de decidirem, com liberdade e sabedoria, como desejam viver no futuro.

Os governos têm a obrigação de oferecer essas garantias aos quilombolas de Oriximiná e propor parcerias para o enfrentamento dos problemas vivenciados por eles nos dias de hoje. Sem dúvida, o fortalecimento das parcerias com os quilombolas é a solução de maior sabedoria para conservar a vida em sua diversidade e plenitude na bacia do rio Trombetas.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios.** 2ª ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ALCÁNTARA, Leonardo Alejandro Gomide. **Território Minado: desenvolvimento e conservação no vale do Rio Trombetas.** Tese de doutorado – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

ALMEIDA, M.W.B. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Revista Mediações (UEL)*, 17, 121-152, 2012.

ALMEIDA M.W.B. **Rubber Tappers of the Upper Jurua River Brazil: The Making of a Forest Peasantry Economy.** Tese de doutorado – Universidade de Cambridge, Cambridge, Inglaterra, 1993.

ANDRADE, Lúcia M.M. de. Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico. *Revista de Antropologia*, 38 (1), 79-99, 1995.

FUNES, E. Mocambos: Natureza, Cultura e Memória. *História Unisinos*, 13 (2), 147-153, 2009.

FUNES, E. A. Comunidades Negras – resistência e Africanidade na Amazônia Brasileira. *Territórios e Fronteiras*, 7, 47-72, 2007.

FUNES, E. A. Mocambos do Trombetas: História, memória e identidade. *EA. Virtual*, Barcelona, 1 (1), 5-25, 2004.

FUNES, E. A. Áreas das cabeceiras – terra de remanescentes – Silêncio, Matá, Castanhaduba, Cuecé Apuí e São José. *Boletim da Comissão Pró Índio*, São Paulo, 1, 1-39, 1999.

FUNES, E. A. **Nasci nas matas nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas.** Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão.** 2ªEd. Brasília/Belem: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

SCARAMUZZI, I. **Extrativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/Pará.** Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

WANDERLEY, Luís de Moraes. **Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia brasileira.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920.** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.





AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE DO PARÁ

DA SUBSISTÊNCIA AO MERCADO – UMA TRILHA PARA AS COMUNIDADES DA FLORESTA

Jonas Gebara ¹; Léo Ferreira ²

¹ *Historiador, mestre em Ciências de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e coordenador de projetos do Imaflora.*

² *Biólogo (Unesp), mestre em Ecologia Aplicada (Esalq/USP), doutorando em Ambiente e Sociedade (Unicamp) e coordenador sênior de projetos do Imaflora.*

Entre 2007 e 2009, a atuação do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) na região norte do Pará concentrou-se na estruturação dos conselhos gestores das recém-criadas³ unidades de conservação (UCs) estaduais. Foi uma forma de inserir a equipe do Imaflora no cotidiano das comunidades locais e aproximar o governo do estado ao território.

Ao começarem a fazer os diagnósticos e levantamentos para a estruturação do trabalho a partir de 2009, os técnicos do Imaflora perceberam que a agricultura familiar desempenhava apenas um papel complementar ao modo de vida dos extrativistas. Em alguns locais, esse papel secundário da agricultura levava a uma baixa diversificação no manejo e na produção das comunidades tradicionais, o que se devia, principalmente, à falta de perspectivas de comercialização da produção excedente.

Ao longo de gerações, as comunidades da região desenvolveram diversas práticas extrativistas com os recursos naturais abundantes na floresta. No entanto, a produção agrícola das comunidades, em geral, concentrava-se no cultivo da mandioca para a produção de farinha e derivados, a base alimentar dessas populações. O excedente, em quantidade limitada, também servia ao mercado local, assegurando uma renda extra para os agricultores familiares.

Durante séculos, indígenas, quilombolas e ribeirinhos daquela região da Amazônia desenvolveram diversas culturas agrícolas baseadas em conhecimentos transmitidos através de sucessivas gerações. Todavia, muito disso se perdeu, principalmente por não haver mercado local para tais produtos.

³ Estação Ecológica (Esec) do Grão-Pará; Reserva Biológica (Rebio) de Maicuru; Floresta Estadual (Flota) do Paru, Floresta Estadual (Flota) do Trombetas, Floresta Estadual (Flota) de Faro.

A partir dessa importante observação, o Imaflora começou a desenvolver, em conjunto com as comunidades, ações de fortalecimento e valorização da agricultura familiar com base nas práticas que já conheciam. A novidade era que os técnicos introduziram abordagens de manejo, uso do solo e tecnologias que favoreciam a produção agrícola, mas com um olhar que integrava a conservação do meio ambiente, tendo como eixo a comercialização do excedente para gerar renda para as populações.

Além de suprir as demandas das comunidades por geração de renda com atividades sustentáveis alternativas às práticas predatórias, era também uma forma de resistir à crescente pressão do avanço das fronteiras do desmatamento na região.

É evidente que as populações tradicionais da Amazônia possuem vasto conhecimento ancestral sobre o trato com a floresta e o manejo de recursos naturais e agrícolas. Foi esse conhecimento que lhes permitiu ocupar os territórios da região. Essa constatação é feita por vários autores que se dedicaram a estudar a relação desses povos com a floresta ao longo dos séculos.

No entanto, essa relação acabou por se desequilibrar. Em grande parte, isso ocorreu devido ao modo como o país sempre olhou para a Amazônia, a partir da perspectiva equivocada de um vazio demográfico a ser colonizado e integrado a uma lógica industrial ultrapassada. Por décadas, a ideia desenvolvimentista de uso e ocupação do solo na Amazônia preocupava-se mais em explorar as riquezas minerais locais que conhecer e utilizar a biodiversidade ainda pouco estudada da região.

Esse olhar enviesado sobre a floresta e seus habitantes acabou tendo repercussões em diversas localidades, fazendo com que as oportunidades de geração de renda advindas de atividades predatórias que pressionam a floresta fossem mais presentes que as atividades que contribuem para manter a floresta em pé.

Em 2010, as ações do Imaflora na região norte do Pará eram direcionadas por demandas de organizações presentes nos municípios em que o instituto atuava: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo), Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná (Ceqmo), Associação do Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável PDS-Paraíso (Aparai) e Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (Apim).

Esse direcionamento serviu para ampliar as parcerias estabelecidas com outras instituições e aprofundar ações de fortalecimento da agricultura por meio de projetos que auxiliassem os povos e comunidades locais a enfrentar a pressão que as atividades – legais e ilegais – de extração de madeira e pecuária extensiva exerciam sobre as áreas florestadas e as pessoas.

Com o aumento das demandas de organizações locais a partir de 2011, o Imaflora ampliou sua rede de parceiros e iniciou diálogos visando ao aprofundamento de diagnósticos e ao planejamento conjunto de atividades com as comunidades.

Isso levou a uma aproximação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Alenquer (STTR/ALQ), o Sindicato dos Trabalha-

dores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Oriximiná (STTR de Oriximiná) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio da Unidade Avançada José Veríssimo (UAJV). Posteriormente, a instituição Kirwane Desenvolvimento Integral também passou a contribuir com essas ações.

Nessa lista, entraram ainda as secretarias municipais de Meio Ambiente de Oriximiná e de Alenquer; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), por meio da Coordenação Regional de Santarém (CR-3) e do Núcleo de Gestão Integrada em (Porto Trombetas/NGI Trombetas); e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Unidade Regional de Santarém.

Os primeiros diagnósticos e articulações dessa parceria evidenciavam que a agricultura praticada por comunidades tradicionais do norte paraense – em um padrão observado também em outras regiões da Amazônia – não proporcionava às populações oportunidades além da complementação do extrativismo na base alimentar. Isso impedia que a atividade oferecesse benefícios econômicos que pudessem contribuir para a permanência desses povos em seus territórios, sobretudo face às demandas contemporâneas por acesso a informação, educação, saúde e bens de consumo.

O padrão predominante de uso do solo e exploração de recursos naturais na Amazônia varia em maior ou menor intensidade conforme a região, mas se baseia fundamentalmente na caça, na pesca e no plantio e beneficiamento da mandioca, sobretudo para a fabricação de farinha e derivados. O que notamos foi que culturas como cará, abóbora, melancia, banana, cebolinha e pimenta – esses dois últimos geralmente cultivados à porta de casa – também poderiam ser trabalhadas sob uma lógica integrada, embora em menor escala.

O sistema de produção agrícola era o tradicional. Adotava-se a prática de corte e queima e o pousio de capoeiras, o que invariavelmente resultava em um aproveitamento ineficiente e ineficaz em termos de uso e ocupação do solo. Com exceção da comercialização da farinha, que tende a ser subvalorizada e apresentar valor oscilante, uma parte muito pequena das demais culturas agrícolas era comercializada. A produção acabava sendo consumida nas próprias comunidades e, portanto, era proporcional a esse consumo.

O aumento das famílias e a busca por recursos econômicos que satisfizessem suas necessidades levaram à expansão e intensificação das lavouras de mandioca para a produção de farinha, principal produto agrícola comercializado, o que reduziu o tempo de pousio das capoeiras e aumentou a pressão pela remoção de áreas florestadas para essa produção agrícola crescente.



Também já era possível identificar algo que se pratica até hoje: o arrendamento de pastos. Em alguns casos, pessoas que controlam uma área reconhecida como sua pelos demais convertiam áreas de floresta em pastagens para alugá-las a quem possuísse um rebanho bovino, em troca, muitas vezes, de valores modestos frente ao potencial produtivo das áreas alugadas.

Esse modelo baseado na pecuária extensiva, que também tem a sua eficiência contestada em relação ao uso e ocupação do solo, diminui as áreas de produção de gêneros agrícolas – e por vezes de floresta – em troca de baixo retorno financeiro para quem assume tal passivo. Nesses casos, o dono da área não fica nem com a farinha, nem com a carne.

NUTRIÇÃO AUSENTE

Embora as comunidades locais tivessem potencial para diversificar sua produção agrícola além da agricultura básica de subsistência, a merenda escolar servida a crianças e jovens das comunidades locais apresentava baixo valor nutricional e nenhum vínculo territorial. Além disso, vinha de lugares distantes, dependendo de uma logística de transporte altamente poluidora e onerosa ao poder público local.

Os alimentos importados pelas secretarias municipais e estadual de Educação para o consumo dos estudantes eram, em sua grande maioria, processados industrialmente, tais como salsichas, almôndegas, sardinha em lata e biscoitos de água e sal.

Sempre foi evidente o contraste entre a alimentação praticada e o potencial local para suprimento de alimentos mais saudáveis e produzidos localmente, segundo a lógica da diversidade que a riqueza natural é capaz de propiciar. Foi essa desconexão entre os alimentos fornecidos nas escolas e o que a terra poderia suprir de melhor que suscitou a busca por uma solução que proporcionasse renda a partir de práticas agrícolas, uma alimentação mais adequada nas escolas e a diversificação das lavouras.

As principais perguntas eram: faltava àquelas famílias o conhecimento de técnicas mais eficientes de plantio, ou faltavam sementes e mudas? Diversificar os cultivos para aprimorar a alimentação e comercializar o excedente não era concretizado porque não havia acesso à infraestrutura necessária, ou não havia acesso aos mercados para a produção excedente? Ou será que prevalecia o temor de que tudo se perdesse nas roças pela falta de hábito, sobretudo entre as crianças, de comer outros alimentos que estavam sendo abandonados no cultivo das famílias?

Além de responder a essas questões, os diagnósticos e articulações feitos pelos técnicos também foram fundamentais para a definição de uma estratégia que permitisse que o Imaflora e seus parceiros pudessem influenciar a

maneira como se praticava a agricultura naquelas comunidades. Isso se baseou na troca de saberes e em diálogos sobre soberania alimentar, geração de renda, recuperação de áreas degradadas e conservação florestal.

De acordo com o pesquisador Alfredo Homma, os atuais níveis de desmatamento e queimadas escondem áreas de vegetação secundária que precisam ser determinadas. Segundo ele, a floresta original seria a “primeira natureza”, e as áreas de mata derrubada, a “segunda natureza”.

Para o estudioso, o grande desafio de uma política pública para a Amazônia seria transformar parcialmente essa segunda natureza em atividades produtivas adequadas, recuperar áreas que não deveriam ter sido desmatadas e deixar outras para recuperação natural, transformando-as em uma “terceira natureza”. “São áreas que, depois de alteradas, sofrem outra intervenção humana para recuperação ou para um aproveitamento específico, como a agricultura”, escreve o autor.

Em resumo: ao passo que a maioria pensa em salvar o que resta da floresta, igualmente importante seria recuperar o que já se devastou, reduzindo os custos dessa recuperação e criando uma economia que torne desinteressante o avanço sobre a floresta. “Há necessidade de promover, portanto, uma grande revolução tecnológica na Amazônia”, argumenta Homma.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Havia uma ideia de que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pudessem se interessar pela possibilidade de melhorar o cardápio da merenda escolar na região. Além disso, o aproveitamento de produtos locais geraria um benefício adicional de incremento da renda no âmbito dos conceitos de segurança e soberania alimentar. Uma análise mais detalhada dessa questão é apresentada no capítulo 6 deste livro.

Para o pesquisador Pedro Póvoa, do Programa de Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Lei 11.947/2009 ⁴, que trata do atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola para os alunos da educação básica, “permitiu não só o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais, mas, também, uma integração baseada em princípios de sustentabilidade, capaz de contribuir para a redução da pobreza rural e urbana ao fixar os trabalhadores rurais em seus locais de origem.”

Para o estudioso, “o caráter inovador desta mudança legal encontra-se na substituição de um modelo de compras institucionais baseado no menor preço por um novo modelo, de racionalidade substantiva, em que as licitações incluam princípios sustentáveis para a alimentação escolar, servindo de ferramenta para o desenvolvimento local e regional sustentável”.

⁴ <https://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>.

Esse tipo de licitação, afirma, “é capaz de garantir alimentos mais nutritivos, manter a população rural no campo, desconcentrar capital e garantir uma renda familiar constante para as famílias beneficiadas, que poderão investir no desenvolvimento de seus negócios ao poder acessar o mais estável mercado institucional, que apresenta um risco menor para os pequenos produtores e comerciantes.”

Melhorar a alimentação nas comunidades, sobretudo entre os escolares, passou a ser considerado uma alavanca para elevar a renda dos agricultores. A partir de então, a proposta foi aumentar a eficiência do uso do solo nas áreas agricultáveis já desmatadas para evitar novas derrubadas, ajudando a manter a integridade da floresta. Tal princípio passou a ser uma prioridade na estratégia de atuação do Imaflora nas comunidades no norte do Pará, em sucessivos e concomitantes projetos de ciclos curtos e, por vezes, intermitentes. Isso gerava, em alguns momentos, descontinuidade nas ações, devido à complexa dinâmica de projetos de ONGs, que têm de se adaptar aos recursos disponíveis e às características de cada financiador.



MEMÓRIA E TÉCNICA

O programa **Florestas de Valor**, patrocinado pela Petrobras, contribuiu para a definição de estratégias que buscam o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar dos povos amazônicos na região norte do Pará. É no âmbito do Florestas de Valor que o Imaflora consolida na região a linha de ação de Promoção da Agricultura para uma Amazônia Sustentável.

Os principais objetivos são ações voltadas ao incentivo de práticas agrícolas, levando em consideração a melhoria da qualidade de vida das populações locais; a conservação dos recursos naturais; a geração de renda e acesso aos mercados; a soberania alimentar; e o respeito à diversidade cultural. Todas essas ações também são acompanhadas por incentivos e apoio à organização e participação sociais.

Estabelecida a estratégia, o passo seguinte foi planejar a possibilidade de instalar hortas mais próximo às casas e de plantar variedades de hortaliças, além de outras culturas de ciclo curto e espécies perenes. A participação de homens, mulheres, jovens e crianças, movidos por curiosidades e expectativas, indicava que o caminho traçado era algo desejado por todos ali. Começaram, também, as articulações para a prática das roças sem fogo, usando novas técnicas de manejo do solo e dialogando sobre a segurança das famílias, o aumento da produtividade e questões ambientais.

Uma atividade que despertou a memória das comunidades foi a implementação das trocas de sementes e mudas. Nessas ocasiões, era comum que as famílias trouxessem à tona lembranças dos pais e avós e dos cultivos feitos

por eles, como arroz, feijão, milho, melancia, café e cacau, entre outros. Assim, a comunidade ressignificou conhecimentos abandonados e passou a trocar saberes, além de sementes. Memórias e aportes técnicos apropriados renderam bons frutos – e boas sementes – para os agricultores.

O incentivo à implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) foi uma espécie de coroamento desse processo, com a revisão de algo muito comum entre as comunidades: a ausência de culturas perenes de interesse alimentar e econômico. Em alguns casos, apesar do sentimento de pertencimento aos territórios, a insegurança fundiária levava algumas famílias a não terem a noção de fixação de residência. Isso as afastava das culturas perenes, pois, na história desses povos, sempre foi presente o risco de, a qualquer momento, terem de deixar a terra.

Havia a insegurança de que a resistência histórica e a ancestralidade que os protegiam e os mantinham em seus territórios fossem anuladas pelos interesses daqueles que detinham o poder econômico, como aconteceu em momentos pregressos – desde os tempos de aldeamentos e escravidão até a época dos patrões e dos interesses de grandes empresas em suas áreas.

Com a titulação das terras e o reconhecimento oficial do direito de uso dos territórios tradicionais, esse risco começou a ser superado. No entanto, ainda faltavam incentivo e técnicas adequadas para que pudesse se concretizar uma real mudança de atitude em relação à terra. Essa nova percepção dos direitos sobre os territórios estimulou os agricultores a plantarem frutas em sistemas agroflorestais nos seus roçados, ou mesmo ampliar as áreas que já plantavam em seus quintais.

Entre os anos de 2014 e 2020 mais de 110 hectares de

sistemas agroflorestais foram implantados no norte do Pará, área de atuação do Florestas de Valor. Foram mais de 45 mil mudas plantadas e 169 famílias beneficiadas com as atividades do programa.

A estiagem prolongada de 2015 e 2016 causou diversos focos de fogo na região, com incêndios florestais originados por queimadas em pastos e aberturas de extensas áreas por outros atores. Muitas vezes, esses incêndios atingiam, além de grandes áreas florestadas, áreas de produção de agricultores familiares. A partir desses episódios, a demanda dos participantes do programa por alternativas de produção de alimentos sem uso do fogo contribuiu para que o tema ganhasse ainda mais abrangência nas ações realizadas. Entre 2016 e 2020, foram implantados mais de 20 hectares de roçados sem uso do fogo, expandindo o diálogo sobre técnicas e tecnologias alternativas para o preparo de áreas e o combate a incêndios florestais.

Com a assistência técnica que passou a prover meios de manejo do solo e uso da terra, além da produção de mudas, sementes e fertilizantes biológicos, uma nova paisagem agrícola começou a se formar. Cupuaçu, limão, laranja, cacau e abacaxi passaram a povoar o território, diversificando a produção e o consumo.

A partir do florescimento dessa nova agricultura, foi possível fortalecer o debate nas comunidades sobre a produção de excedentes para as feiras e para as escolas, por meio dos programas oficiais de merenda escolar.

Os agricultores passaram a integrar também o açaí, a

goiaba e a graviola em sua produção. Com os sistemas agro-florestais em funcionamento e dando resultados, foi possível introduzir a lógica de recuperar as áreas de capoeira com essências florestais. Vieram a andiroba, o cumaru e a copaíba, de amplo uso medicinal pelas comunidades, mas que são objeto de interesses e modelos de desenvolvimento predatórios que coexistem na região.

Em pouco tempo, o interesse também passou a incluir espécies madeireiras que, por terem sido intensamente exploradas no passado, sobretudo nas áreas próximas aos acessos e às comunidades, haviam se tornado muito distantes. Ipê, cedro, angelim e itaúba foram as primeiras espécies de interesse madeireiro que começaram a ser replantadas pelas comunidades, ajudando a natureza a fazer o seu trabalho.

É interessante notar que ali já se delineava a ideia de que a bioeconomia é um caminho promissor a ser trilhado pelas comunidades da floresta. Atualmente, essa noção ganha cada vez mais força diante das evidências e das experiências de sucesso nas comunidades.

Encorajadas, as famílias passaram a apostar firmemente em uma produção de maior escala, que atendesse às necessidades comunitárias, mas que servisse também para abastecer o mercado local. Parcerias com as secretarias municipais de Agricultura e os escritórios locais da Emater-PA viabilizaram a oferta de assistência técnica a esses agricultores e a inclusão de muitos deles no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Graças a um diálogo aberto com as prefeituras e se-

cretarias municipais de Educação, a alguns ajustes institucionais e à adequação das associações de agricultores aos requisitos de comercialização com o governo, foi possível incluir a produção agrícola das comunidades no fluxo de oferta de alimentos para a rede pública de ensino, por meio de um projeto-piloto envolvendo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Alimentos como o beiju, geralmente produzido para o consumo doméstico, passaram a ser oferecidos na cesta de produtos destinados ao programa de alimentação escolar, que incluía ainda banana e abóbora (que saíram da escala da subsistência para a comercialização), além de laranja, limão e frutas nativas.

A implantação das unidades de beneficiamento de alimentos (UBAs) para produção das polpas das frutas, pães, bolos e biscoitos abriu novas perspectivas para essas famílias e para a produção da agricultura familiar local. Essa produção ainda se encontra em fase inicial, mas já motiva as escolhas das espécies a serem plantadas por agricultores e agricultoras familiares.

Isso proporciona aos filhos desses produtores o vislumbre de alternativas que possibilitem sua permanência nas comunidades, em vez de migrarem para cidades maiores, agora seguindo a trilha traçada pelos pais na busca de um futuro mais seguro e promissor. Com a abundância da floresta, um legado especializado e melhores oportunidades de renda, as novas gerações podem começar a repensar suas escolhas a partir de novas possibilidades.

Hoje, diversas famílias já estabelecem suas roças sem

uso do fogo. O planejamento das áreas de produção de alimentos já leva em consideração calendários mais diversificados de gêneros agrícolas. Algumas famílias abandonaram a prática de arrendar pastagens e começaram a recuperar essas áreas com a implantação de consórcios agroflorestais baseados em espécies frutíferas e florestais. Neste momento, famílias já colhem, consomem, usam e comercializam cupuaçu, laranja e sementes de cumaru que são fruto de seus próprios plantios.

Gerar desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação ambiental, empoderando os povos tradicionais da Amazônia e dando-lhes instrumentos adequados para permanecerem em seus territórios é, sem dúvida, uma das principais estratégias de conservação da natureza. Ademais, é uma garantia de que os modos de vida dessas comunidades tenham continuidade, valorização e fortalecimento no futuro.



REFERÊNCIAS

HOMMA, A. K. O. *Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação*. Brasília: Embrapa, 2014.

MORAN, E. F. *A ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1990.

PÓVOA, P. F. *Arranjos de governança e desenvolvimento territorial sustentável: um estudo de caso nas comunidades quilombolas do Trombetas em Oriximiná*. Tese de Doutorado – Programa de Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento, Instituto de Economia da UFRJ, 2019.





COMUNIDADES, TERRITÓRIO E REPRODUÇÃO SOCIOAMBIENTAL

– O ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE ORIXIMINÁ

Mateus Lobo¹ ;
Andressa Neves²

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Amazônia (PGRNA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e membro da equipe de projetos do Imaflora dedicada ao norte do Pará.

² Graduada em Gestão Ambiental pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)/USP e membro da equipe de projetos do Imaflora dedicada ao norte do Pará.

A Amazônia é, por definição, a terra da sociobiodiversidade. Nela, natureza e cultura evoluíram em mútua influência e interdependência. Atualmente, a Amazônia é considerada, por um lado, fonte inesgotável de recursos e, por outro, a última fronteira da preservação ambiental. É justamente no protagonismo dos povos e comunidades tradicionais³ que se desenvolveram e que vivem na região que pode estar o ponto de equilíbrio que indicará o caminho de desenvolvimento sustentável⁴ de que tanto se fala.

Forças político-econômicas exercem pressões visando a implantar modelos de desenvolvimento que, muitas vezes, geram conflitos socioambientais entre as comunidades e os atores que representam essas forças. Tais conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas e estão intimamente relacionados aos recursos naturais e aos espaços habitados há várias gerações por grupos humanos que reivindicam seu território de moradia e vivência, segundo nos informam alguns autores⁵.

Esses conflitos costumam gerar mais danos aos moradores desses territórios que às forças hegemônicas, o que leva a uma desestruturação societária muito forte nesses grupos sociais.

³ “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, segundo definição do Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 16/08/2020.

⁴ Desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, segundo definição do Relatório Brundtland, disponível em <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Último acesso em 19/09/2020.

⁵ BRITO et al., 2012; ALMEIDA, 2012; PINTO et al., 2014.

Diante desse cenário, torna-se essencial valorizar esse protagonismo para que as probabilidades de conflitos sejam pequenas e as demandas das comunidades possam ser atendidas.

O protagonismo a que nos referimos se dá nos processos decisórios relativos a políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dessas populações, que carecem de apoio para se fortalecerem como grupo social. A ausência do Estado é sentida principalmente na oferta de serviços básicos, como saúde e educação, que inexistem ou são precários. Cabe aos tomadores de decisão atentar para a desigualdade social presente na sociedade rural dos amazônidas para que se propiciem as condições mínimas para seu desenvolvimento.

As comunidades que compõem essa sociedade rural e florestal da Amazônia possuem um vínculo estreito com seu território: uma relação sustentável construída ao longo de sua ocupação. Essa relação se dá em todas as esferas da vida social, ambiental, econômica e política, evidenciando a necessidade de essas comunidades terem a posse de suas terras e poderem se desenvolver como grupo social.

Essa relação é evidenciada pelo estado de conservação ambiental das áreas protegidas⁶ que contam com presença humana. É possível notar o papel de barreira ao desmatamento desempenhado por essas áreas, o que deixa claro o fato de a natureza amazônica resultar de uma longa história cultural. Por conseguinte, as florestas antropogênicas apresentam maior biodiversidade que as florestas não perturbadas, segundo alguns estudiosos, como Willian Baleé. Isso

⁶ Áreas protegidas (APs) são definidas pela UICN como “uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada à proteção e preservação da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados, e gerenciada através de meios legais ou outros meios eficazes.”

indica que a tônica das políticas públicas e dos investimentos privados deve ser a de apoiar processos de desenvolvimento que influenciem a conservação ambiental.

Para a pesquisadora Mônica Schröder, esse *modus operandi* deve ser implantado urgentemente para que o ônus das atividades predatórias não recaia sobre as comunidades que precisam de alternativas viáveis de desenvolvimento. Ela afirma que “é preciso assegurar e articular uma oferta ampla de incentivos às atividades produtivas desenvolvidas no espaço rural da Amazônia e incorporar a essa oferta os consensos em torno da sustentabilidade da exploração dos recursos naturais.”

Os territórios, após a regulamentação e o ordenamento dos limites jurídicos, passam a representar – além da sustentação da reprodução social dessas comunidades – sua única fonte de desenvolvimento social. Essa busca pelo desenvolvimento das comunidades tradicionais só é possível se for alicerçada num território que ofereça benefícios aos detentores da terra. Ademais, deve estar aliada a políticas públicas adequadas e à presença de parcerias com a sociedade civil, voltadas ao atendimento das necessidades dessas populações, como, por exemplo, geração de renda e conservação do ambiente.

Atualmente, esses territórios regularizados em seus diferentes níveis e particularidades jurídicas – território quilombola (TQ), terra indígena (TI), assentamento ou contrato de concessão de direito real de uso (CCDRU) em unidades de conservação⁷ – sofrem pressões de diversos

⁷ Segundo o art. 10º da Lei nº 11.481/2007, é “o contrato pelo qual o governo transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse”. No caso das comunidades quilombolas, elas possuem o direito de uso de áreas da administração pública que têm sobreposição de uso, como no caso da Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera em Oriximiná.

atores econômicos hegemônicos, inclusive aqueles ligados a atividades madeireiras ilegais, garimpos clandestinos e pecuária intensiva. Esses atores, focados na lógica de exploração dos recursos a todo custo, não medem esforços para acessá-los, seja por meio de emendas parlamentares ou ações para pressionar os poderes públicos locais e regionais.

Cabe às comunidades detentoras do direito ao uso da terra lidar com essas pressões e apresentar alternativas de desenvolvimento. No entanto, muitas das lideranças dessas comunidades são aliciadas por empresários que as convencem a instalar empreendimentos predatórios à vida e ao ambiente em territórios já regularizados ou em processo de regularização. Esse embate é o principal entrave para que as comunidades possam ter autonomia em seus territórios, já que um Estado ausente facilita a adesão a essas atividades predatórias e enfraquece as alternativas de desenvolvimento mais alinhadas aos saberes tradicionais e à conservação das florestas e de toda a sociobiodiversidade envolvida.

Garantir que as comunidades tenham a oportunidade de desenvolver suas atividades produtivas de baixo impacto torna-se fundamental para que mantenham sua relação harmoniosa com a natureza. Assim, daremos aos grupos sociais de agricultores e extrativistas a possibilidade de se desenvolver socialmente, contribuindo para a conservação ambiental.

De acordo com Schröder, “é reconhecido o potencial das unidades produtivas familiares na conservação dos recursos naturais por conta dos saberes tradicionais que acumulam e das estratégias de uso sustentável desses recursos que desenvolvem a partir deles.”

Segundo a autora, “o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas diversificadas tem, por isso, caráter determinante para a transformação da pobreza nas regiões interioranas na Amazônia e para a mobilização e a valorização dos atributos regionais, especialmente dos ambientais, de forma a assegurar o desenvolvimento de tais regiões.”

Assim, as estratégias de desenvolvimento do poder público, da sociedade civil organizada e das empresas devem estar alinhadas à real necessidade dessas populações que vivem na floresta e que prestam os mais diversos serviços ambientais. Somente assim será possível aliar o desenvolvimento à conservação da Amazônia, gerando renda e garantindo qualidade de vida para os amazônidas e para o planeta.

Uma das formas de evidenciar esse caminho é por meio do fomento a atividades extrativistas e agrícolas que garantam geração de renda e conservação dos ecossistemas, propiciando uma renovação no ciclo de coleta e de plantio. Somam-se a isso as atividades realizadas em parcerias institucionais, como o mapeamento de produtos florestais não madeireiros (PNFMs) e a organização documental para acesso a políticas públicas.

Essas atividades possuem um valor inestimável no que diz respeito à conservação da sociobiodiversidade amazônica, considerando, à luz do que afirmam alguns autores, entre eles Daniele Silva e outros, que o extrativismo não se refere apenas à gestão dos recursos naturais e ao uso da biodiversidade, mas também ao conhecimento tradicional dos povos e populações e a seu papel na conservação ambiental.

O trabalho que vem sendo desenvolvido, há 14 anos, pelo Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) no norte do Pará vai ao encontro disso, buscando alternativas que valorizem cada vez mais as populações que vivem na floresta e dela dependem. Somente por meio dessas ações será possível consolidar uma proposta de desenvolvimento territorial que faça frente às atividades predatórias e que garanta às comunidades a possibilidade de obter autonomia para serem as gestoras de fato de seus territórios – sejam quilombolas, indígenas, assentados ou ribeirinhos.

DESAFIOS DE GESTÃO TERRITORIAL: COMO DESENVOLVER O TERRITÓRIO?

Diante dos desafios citados, a gestão territorial de áreas protegidas na Amazônia precisa ser encarada como solução para o desenvolvimento das populações amazônicas. A sociedade mundial depende da Amazônia como grande prestadora de serviços ambientais. Por meio da gestão territorial, será possível alavancar o desenvolvimento socioambiental sustentado por cadeias de produtos da sociobiodiversidade e baseado no fortalecimento das atividades agroextrativistas desempenhadas por essas populações.

Este capítulo busca examinar uma dessas atividades e evidenciar o encadeamento das ações executadas pelo Imaflora em parceria com comunidades do norte do Pará, apresentando um histórico dos estudos sobre o tema. O fortalecimento da agricultura familiar com vista a facilitar o acesso a políticas públicas é o foco desta seção, que descreve todo o histórico de ações que levaram ao avanço e à consolidação desse acesso.

AGRICULTURA FAMILIAR

O conceito de agricultura familiar é bastante debatido na academia e nos órgãos agrários e técnicos, e sua definição jurídico-legal evidencia seus elementos. A agricultura familiar é uma atividade essencial para a sociedade, na medida em que fornece alimentos *in natura* ou minimamente processados para os mercados interno e externo.

Além disso, garante a segurança alimentar de diversos povos e comunidades que, ao cultivarem uma variedade de alimentos, mantêm a diversidade genética das espécies e proporcionam uma adaptação às mudanças resultantes de atividades predatórias que se instalam no território. Isso fica claro no caso da Amazônia.

Portanto, a agricultura familiar e de baixo impacto torna-se um dos pilares da sociedade e ainda conserva a biodiversidade, conforme explicitado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO): “[os agricultores] não apenas produzem a maioria dos alimentos para o consumo interno de países da região, mas geralmente desenvolvem atividades agrícolas diversifica-

das, o que lhes confere um papel fundamental na garantia da sustentabilidade ambiental e conservação da biodiversidade.”

Uma prova dessa importância pode ser vista na tabela abaixo, que apresenta as culturas mais presentes na agricultura familiar, com destaque para a mandioca, o feijão, o leite e o arroz, itens constantes na mesa dos brasileiros.

Tabela 1: Produção da agricultura familiar e não familiar.

Fonte: IBGE, 2006 (extraído de Hoffman, 2014.)

Produto	Produção não familiar	Produção familiar	Participação da agricultura familiar (%)
<i>Arroz em casca (1.000 t)</i>	6.484	3.204	33,1
<i>Feijão preto (1.000 t)</i>	160	512	76,2
<i>Feijão de cor (1.000 t)</i>	595	685	53,5
<i>Feijão - outros (1.000 t)</i>	184	953	83,8
<i>Feijão - total (1.000 t)</i>	939	2.149	69,6
<i>Mandioca (1.000 t)</i>	2.006	9.907	83,2
<i>Milho em grão (1.000 t)</i>	22.555	18.873	45,6
<i>Soja (1.000 t)</i>	39.731	6.465	14,0
<i>Trigo (1.000 t)</i>	1.760	473	21,2
<i>Café em grão (verde) (1.000 t)</i>	1.502	919	38,0
<i>Leite de vaca (10⁶ litros)</i>	8.719	11.849	57,6
<i>Leite e cabra (10⁶ litros)</i>	12	24	67,1
<i>Ovos de galinha (10⁶ dúzias)</i>	2.231	451	16,2

Apesar dos grandes investimentos estatais e privados no agronegócio e na modernização das lavouras, a agricultura familiar tem, cada vez mais, atraído investimentos na melhoria da produção e no acesso a mercados, o que leva a uma valorização do trabalho familiar e da manutenção dos conhecimentos tradicionais associados, como apontam as pesquisadoras Dóri Lopes e Rosemeire Almeida em uma análise sobre o PNAE no interior de São Paulo.

Porém, não podemos deixar de destacar que existem diversas formas de organização e operação da agricultura familiar em diferentes regiões do Brasil, como por exemplo, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁸, muito mais presente nas regiões Sul e Centro Oeste que na região Norte, conforme demonstra o gráfico abaixo.

⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um programa do governo federal criado em 1995 com o intuito de atender de forma diferenciada aos mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

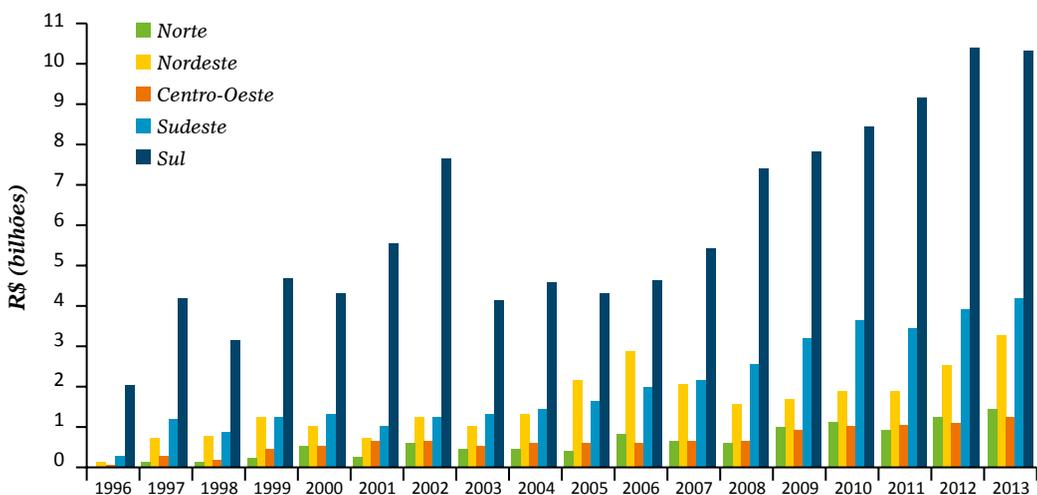


Gráfico 1: Recursos aplicados pelo Pronaf por regiões – 1996-2012.
 Fonte: Capellesso et al., 2018.

O baixo nível de estruturação da agricultura familiar na Amazônia impede as melhorias produtivas esperadas pelos agricultores, pois a assistência técnica é precária e os órgãos públicos não possuem recursos humanos e financeiros para proporcionar essas melhorias. Assim, há uma lacuna constante no que se refere à assistência técnica para os agricultores familiares.

Nesse sentido, o Imaflora vem atuando junto a órgãos públicos e instituições representativas das comunidades tradicionais da região norte do Pará para suprir essa necessidade. Por meio de ações voltadas ao apoio da organização socioprodutiva e documental das comunidades, bem como ao entendimento das demandas das comunidades, a instituição pôde alavancar essas ações, fortalecendo a agricultura familiar como alternativa real e factível.

PNAE

As ações voltadas à alimentação escolar começaram a se desenvolver em 2011 e 2012, com reuniões representativas em territórios quilombolas de Oriximiná, que seria o território-piloto das ações. Foram realizadas três reuniões com mais de 600 pessoas, em que se discutiram quais seriam as estratégias para o desenvolvimento da agricultura familiar quilombola e os passos necessários para atingir os objetivos propostos.

Nesses encontros, tornou-se evidente a necessidade da organização documental dos agricultores, para que pudessem se beneficiar de políticas públicas por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e fornecer produtos beneficiados, tais como polpas de frutas, pães e bolos.



Definiram-se, assim, dois caminhos principais a serem seguidos. O primeiro foi a articulação com órgãos locais de assistência técnica, Emater e Secretaria de Agricultura, um esforço necessário para a regularização e emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP⁹).

O segundo foi a captação de recursos para a construção de empreendimentos comunitários visando ao beneficiamento de alimentos. Essas ações inovadoras possibilitaram uma organização dos agricultores, assim como da produção agrícola, que veio a fortalecer a agricultura familiar como alternativa viável de geração de renda e fornecimento de alimentos de qualidade para a alimentação escolar, uma área em que o PNAE é muito relevante. Foram construídas unidades de beneficiamento de alimentos (UBAs) em quatro comunidades quilombolas nesse período, o que possibilitou um aumento da oferta de itens da agricultura familiar nos mercados públicos, conforme explicado a seguir.

⁹ A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Assim como um documento de identidade, ela contém dados pessoais dos donos da terra; dados territoriais e produtivos do imóvel rural e informações sobre a renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf é imprescindível obter uma DAP, pois nela constam informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos.

ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS: O PNAE E OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE DO PARÁ

O Imaflora busca fortalecer a agricultura familiar no norte do Pará e sua inserção em políticas públicas, apoiando o acesso ao PNAE na perspectiva de garantir os direitos dos agricultores e lhes proporcionar os meios necessários para gerar renda e estimular a oferta de alimentação escolar saudável. Promover a autonomia das populações locais na governança de seus territórios é parte da estratégia do instituto na região.

No âmbito do debate a respeito da alimentação escolar e da geração de renda por meio da agricultura e do extrativismo, o Imaflora manteve sua articulação com os principais eixos necessários para movimentar o acesso dos agricultores ao programa e proporcionar alimentos regionais e frescos para a alimentação escolar. Para isso, foi preciso estabelecer parcerias técnicas com apoiadores que disponibilizassem os recursos necessários para as mudanças.

O primeiro grande esforço visava à emissão das DAPs dos agricultores, o que demandou articulação com diversos atores locais, tais como a Emater e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), na esfera pública; a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (Arqmo) e a Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas de Oriximiná (Ceqmo), representando organizações de base; e a Kirwane Desenvolvimento Integral, uma organização da sociedade civil.

Sob a coordenação do Imaflora, foram realizadas expedições de campo para levantamento dos agricultores e visitas técnicas para verificação dos cadastros iniciais, que resultaram na emissão de 301 DAPs de agricultores quilombolas de Oriximiná.

Até o ano de 2015, o município de Oriximiná comprava alimentos dos agricultores locais apenas por meio de grupos formais, ou seja, associações ou cooperativas. Essas instituições, por sua vez, necessitavam de uma DAP jurídica para comercializar os produtos. Contudo, para obterem o documento, era necessário que 60% de seus associados tivessem uma DAP individual.

Como dissemos, a emissão da DAP constitui um gargalo devido às fragilidades das instituições responsáveis por emití-la. Como as organizações quilombolas possuem muitos membros e não foram criadas visando ao acesso a essas políticas públicas, nenhuma organização tinha DAP jurídica até aquele momento.

Diante da mobilização dos atores e da inexistência de uma organização formalizada, no ano de 2016 a Prefeitura Municipal de Oriximiná iniciou a compra de alimentos de grupos informais de agricultores que tivessem DAPs individuais com o objetivo de potencializar a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Naquele ano, como a produção agrícola adquirida pelo município não foi suficiente para atender à demanda geral da alimentação escolar, houve, no segundo semestre, uma segunda chamada pública¹⁰, mecanismo administrativo utilizado pelo governo local para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Foi aí que o Imaflora fomentou a criação do Grupo-Piloto Quilombola para torná-lo apto a participar da chamada e acessar o PNAE. Foi feita a atualização da documentação e do planejamento logístico para a entrega da produção, com base no diagnóstico da capacidade produtiva. Sob a coordenação do instituto, foram realizadas quatro reuniões de planejamento com agricultores, gestores públicos da Secretaria Municipal de Educação (Semed), Emater e associações quilombolas para fortalecer a coesão do grupo e incluir os atores locais nas atividades.

O primeiro Grupo Informal Quilombola era formado por sete agricultores residentes no Território Quilombola Trombetas, com os quais se fez o planejamento de entrega dos produtos de acordo com a oferta e a demanda da Semed. Os produtos entregues foram farinha de mandioca, macaxeira, jerimum e banana.

¹⁰ Procedimento específico de dispensa de procedimento licitatório, ou seja, não é uma modalidade de licitação. A aquisição de produtos da agricultura familiar poderá ser feita por licitação ou adotar a dispensa em favor da chamada pública.

A partir daí, os agricultores passaram a confiar na efetividade do programa, e os estudantes responderam positivamente à introdução dos alimentos ofertados. Em seguida, mediante reuniões de sensibilização com lideranças comunitárias e demais agricultores para ampliar o alcance da política pública, o grupo de agricultores foi expandido para 36 pessoas em 2017, sendo 17 mulheres e 4 indígenas da etnia waiwai.

Também foram promovidos encontros e reuniões com a equipe técnica do Departamento de Alimentação Escolar da Semed e o Setor de Compras da prefeitura, responsáveis pela efetivação do programa; e com o grupo de agricultores para assegurar sua participação e, em certa medida, evidenciar suas responsabilidades compartilhadas no âmbito do PNAE, dando transparência aos gastos públicos.

Até 2017, os produtos que faziam parte do programa eram alimentos *in natura* ou pouco processados, como jerimum, farinha de tapioca e beiju seco. A entrega das quatro UBAs permitiu uma produção de maior valor agregado a partir de 2018.

A primeira foi inaugurada em 2018 (a UBA Tapagem, na Flona de Saracá-Taquera), dando início ao projeto-piloto de produção de pães feitos com farinha de castanha-do-brasil. Esses alimentos também foram adicionados à lista do PNAE, com a produção destinada à escola da comunidade a partir de uma parceria com a Semed.

Em 2019, outras três UBAs passaram a operar, atendendo mais três escolas próximas às unidades. A produção passou de 500 pães em 2018 para 4.400 em 2019, beneficiando 628 crianças e adolescentes estudantes de escolas públicas quilombolas.

O projeto-piloto permitiu avaliar diversos aspectos envolvidos no processo produtivo, como o desempenho dos manipuladores e a qualidade dos equipamentos.

Questões como a capacidade produtiva, a logística e a qualidade e aceitação dos alimentos por parte dos alunos são elementos fundamentais, que devem ser desenvolvidos para que as UBAs possam aumentar a aquisição dos produtos e distribuí-los em outras escolas.

De 2016 até 2019, participaram do projeto 57 agricultores e agricultoras familiares, entre indígenas; quilombolas; assentados da reforma agrária; e beneficiários de Projetos de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável em Alenquer, Oriximiná e Óbidos.

No período, foram gerados mais de R\$ 600 mil reais em renda direta para os participantes, com uma renda média de R\$ 10.800 por família. Foram fornecidas aproximadamente 100 toneladas de alimentos de 26 variedades, entre produtos *in natura*, como batata-doce, macaxeira e maxixe; e minimamente processados, como farinha de mandioca, beiju e pão de castanha. Esses alimentos foram beneficiados nas UBAs e chegaram à merenda de mais de 30 mil alunos da rede pública de ensino.

Ao longo da trajetória de acesso ao PNAE, surgiram muitas dificuldades, entre as quais a falta de estrutura e a apropriação da política pública por parte dos órgãos públicos municipais; a precária estrutura física de armazenamento de alimentos nas escolas na zona rural; e a desarticulação dos agricultores.

Contudo, o acesso desse grupo informal ao programa foi uma importante conquista para o fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia e a garantia de direitos sociais, como o direito humano à alimentação adequada (DHAA). Isso evidenciou a transversalidade das políticas públicas e sua capacidade de alcançar diferentes objetivos que visem ao desenvolvimento territorial pautado na multifuncionalidade da agricultura, na valorização dos povos indígenas e comunidades tradicionais e na floresta em pé.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. *Caderno CRH*, v. 25, n. 64, p. 63-72, 2012.

NEVES, A.C.R et al. **PNAE e geração de renda na Amazônia brasileira – o caso das comunidades remanescentes de quilombo de Oriximiná – PA. Povos originários e comunidades tradicionais: Trabalhos de pesquisa e de extensão universitária – v. 3**, 2019.

BALÉE, W. *The culture of Amazonian forests. Advances in economic botany*, p. 1-21, 1989.

BRITO, D. M. C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 4, n. 4, p. 51-58, 2012.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. Evolução do Pronaf Crédito no Período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 56, n. 3, p. 437-450, 2018.

PINTO, M. F et al. Quando os conflitos socioambientais caracterizam um território. *Gaia Scientia*, v. 8, n. 2, p. 271-288, 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988. Disponível em : https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em 10/08/2020

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **The State of Food and Agriculture: Innovation in family farming**. Roma: 2014.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Decreto 6.040/2007**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.html. Acesso em 16/08/2020.

FETAESP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de São Paulo. **Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2015. Disponível em: <http://www.fetaesp.org.br/novo/pronaf-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar/#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Fortalecimento,trabalho%20e%20de%20sua%20fam%C3%ADlia>. Acesso em 12/09/2020

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

LOPES, D. E.; ALMEIDA, R. A. *Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Castilho-SP e em Andradina-SP. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 13, n. 1, 2012.

SCHRODER, M. *Desenvolvimento rural, meio ambiente e políticas públicas: os caminhos do fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia brasileira. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, v. 3, n. 3, p. 53-67, 2010.

SILVA, D. W. et al. *Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 38, 2016.



VALORIZAR A FLORESTA EM PÉ

Léo Ferreira¹; Jonas Gebara²

¹ Biólogo (Unesp), mestre em Ecologia Aplicada (Esalq/USP), doutorando em Ambiente e Sociedade (Unicamp) e coordenador sênior de projetos do Imaflora.

² Historiador, mestre em Ciências de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e coordenador de projetos do Imaflora.

Foi em 2006 que o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) começou a trabalhar na região norte do Pará. O desafio era conduzir consultas públicas para criar um conjunto de unidades de conservação (UCs) estaduais e, em seguida, apoiar a criação de conselhos gestores e a formação dos conselheiros. Três anos mais tarde, já estávamos atuando junto às comunidades que viviam no interior ou no entorno das novas áreas protegidas criadas pelo governo do estado.

Em 2011, duas associações assinaram contratos com uma empresa para o manejo madeireiro em territórios quilombolas (TQs) de Oriximiná. Além das pressões relativas à exploração da madeira, muitos jovens deixavam as comunidades para estudar em Oriximiná ou trabalhar em grandes cidades como Manaus, sem perspectivas de retornar às comunidades.

Procurado pelas lideranças quilombolas, o Imaflora passou a promover a geração de renda a partir de atividades sustentáveis como alternativa econômica ao manejo madeireiro nos territórios. Além de criar alternativas aos acordos para exploração da madeira, as atividades também visavam a oferecer aos jovens uma perspectiva de permanência nas comunidades.

Em 2011, foi promovida, no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em Porto Trombetas, uma reunião com diversas instituições com o propósito de planejar oficinas nos territórios quilombolas de Oriximiná. Na ocasião, foram elencadas ações de fortalecimento do extrativismo, de apoio à comercialização dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs) e de expansão do acesso a políticas públicas de mercados institucionais. A ideia era vender os produtos de agricultura familiar

e extrativismo ao poder público local e direcionar a produção para a alimentação de crianças e jovens nas escolas quilombolas, bem como ampliar o mercado para PFNMs. As oficinas foram realizadas em outubro de 2011 e atraíram mais de 400 pessoas de 35 comunidades quilombolas de Oriximiná.

Como nos lembram a pesquisadora Patrícia Shanley e colegas no livro *Além da Madeira: certificação de produtos florestais não madeireiros*, esses produtos são recursos biológicos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações; e incluem plantas medicinais e comestíveis, frutas, castanhas, resinas, látex, óleos essenciais, fibras, forragem, fungos, fauna e madeira para fabricação de artesanato.

Segundo os autores, nas últimas décadas, as pesquisas realizadas pelo governo e a atenção das ONGs têm se concentrado cada vez mais no potencial dos produtos não madeireiros. Ao desempenharem importante papel complementar à madeira e à agricultura nos meios de subsistência rurais, contribuem para a conservação e são importantes para a cultura e a identidade de diversos povos no mundo todo. Também abastecem diversos setores da indústria com matérias-primas, tais como remédios, alimentos e produtos usados na fabricação de cosméticos.

No livro *Principais relações de comercialização de produtos florestais não madeireiros*, Michelliny de Matos Bentes Gama destaca que, em geral, “os extrativistas não conseguem um retorno econômico justo pelo seu trabalho, com concentração da renda nos intermediários. A falta de políticas específicas para o extrativismo e de investimentos para o aprimoramento da produção dificulta que essas atividades alcancem resultados mais expressivos e valores justos aos produtores.

CASTANHA E ÓLEO DE COPAÍBA

Historicamente, a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e o óleo de copaíba (*Copaifera langsdorffii*) fazem parte dos hábitos alimentares e da medicina tradicional dos quilombolas. Esses produtos logo foram identificados como importantes para a economia extrativista desses grupos. O passo seguinte foi registrar os aprendizados acumulados pelas comunidades e definir os caminhos para seu melhor aproveitamento.

A castanha-do-brasil já havia sido trabalhada pelos quilombolas com apoio de outras ONGs, mas a copaíba não. As áreas de ocorrência de árvores de copaíba nas unidades de conservação da região foram mapeadas por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do ICMBio, o que já era um começo.

Outras dificuldades foram surgindo. Uma delas era definir como se daria a comercialização dos produtos com valores justos, levando em consideração a alta dependência dos atravessadores locais. A comercialização da castanha pelas populações quilombolas de Oriximiná era expressiva, mas os valores e condições eram muito desfavoráveis.

A comercialização da copaíba era mais restrita a algumas comunidades do Alto Trombetas, área de maior ocorrência de subespécies com grande produção. Os preços seguiam o mesmo padrão da castanha, ou seja, eram bastante injustos para os extrativistas. O preço pago por atravessadores por um litro de óleo de copaíba variava de R\$ 10 a R\$ 15.

Às vezes, o óleo de copaíba era trocado pelo mesmo volume de óleo diesel, que custava, à época, R\$ 3,50 por litro nos postos de Oriximiná. Não fazia o menor sentido dar tão pouco valor àquele valioso recurso natural em uma localidade que tem um dos maiores potenciais produtivos do Brasil.

A castanha já tinha uma rede de atravessadores e muitos compradores que disputavam o produto em safras de baixa produção, o que elevava os valores sazonalmente, conforme as flutuações. O preço do óleo de copaíba, por sua vez, permanecia baixo, pois havia apenas um comprador na sede do município.



Com base em seu histórico de atuação e nos contatos que já possuía no setor empresarial, o Imaflora entendeu que poderia dar uma contribuição no caso do óleo de copaíba e da castanha, além de exercer influência nas grandes cadeias de produção, melhorar as práticas sociais e ambientais e valorizar a sociobiodiversidade. Isso nos levou, em 2012, a aproximar empresas e comunidades quilombolas visando a promover parcerias comerciais pautadas pelo comércio justo e benefícios diretos para as comunidades.

O ano de 2012 também marcou a aproximação feita pelo Imaflora entre um representante brasileiro da empresa suíça Firmenich, produtora de essências e fragrâncias, e as comunidades quilombolas de Oriximiná. Foi a primeira vez que os comunitários dialogaram diretamente com uma empresa potencialmente parceira sobre a comercialização desse produto. Esse primeiro encontro ocorreu na comunidade quilombola do Curuçá-Mirim, área quilombola Alto Trombetas II, na Floresta Nacional de Saracá-Taquera.

Na ocasião, foram discutidos a formação do preço do produto, as bases para o estabelecimento de relações de longo prazo e os critérios de boas práticas de produção, tanto sob a perspectiva de sustentabilidade ambiental da atividade quanto da qualidade do produto, definindo as expectativas para o futuro negócio.

Quanto às questões ambientais relacionadas à produção, os principais pontos abordados foram a necessidade de identificar as copaibeiras a serem exploradas para garantir o rodízio das árvores, com intervalos de pelos menos dois anos entre cada extração; a quantificação do volume coletado; e a necessidade de tornear (tapar) o furo feito com o trado (broca manual) no tronco para extrair o óleo.

Discutiu-se, também, a importância de usar recipientes novos e exclusivos para a coleta do óleo, e não mais reutilizar utensílios, sobretudo aqueles usados para o transporte de combustível, fato comum nas comunidades. A intenção era evitar contaminações e garantir a qualidade do óleo fornecido.

A produção de copaíba seria armazenada nas comunidades em recipientes de 50 litros. Contudo, como um lote de 50 litros contém a produção de mais de um extrativista, o Imaflora decidiu criar um sistema de controle de qualidade que permitisse identificar a origem de qualquer eventual contaminação ou adulteração.

Instituiu-se, então, que no ato de entrega da produção de cada extrativista, junto com a emissão dos recibos, fosse retirada uma amostra de controle do óleo antes que esse fosse misturado ao dos demais. As amostras seriam armazenadas e seus códigos de identificação seriam registrados em planilhas para identificar cada uma e permitir a rastreabilidade da origem de eventuais inconformidades.

Além das questões relacionadas à extração e à qualidade do produto, havia outro fator limitante: o capital de giro para pagar os extrativistas na entrega do produto. A produção de copaíba ocorre ao longo de todo o ano, mas o volume oscila, com picos de alta e baixa extração.

Assim, os lotes de produto extraído levam alguns meses para estarem completos. Isso causa dificuldades para os extrativistas, que não podem esperar que toda a produção seja reunida para serem finalmente pagos. Essa necessidade de receber imediatamente costumava levar muitos deles a vender aos atravessadores, que pagavam no ato da entrega.

Com o objetivo de solucionar esse problema, a empresa Firmenich doou R\$ 10 mil como capital de giro para fomentar a organização coletiva da comercialização. Esse capital de giro ficou sob responsabilidade do Imaflora. Na composição dos valores do óleo, definida em conjunto com as comunidades, foi incluída uma taxa a ser incorporada ao capital de giro. Esse “fundo da copaíba” ampliou a capacidade de criação de lotes maiores e permitiu o estabelecimento de novos locais de recebimento dos produtos.

Também foram escolhidos representantes comunitários para atuar no recebimento da produção, na organização dos lotes e no controle de qualidade e rastreabilidade, estabelecendo entrepostos comunitários. Os representantes dos entrepostos passaram a receber treinamento e capacitação para garantir o controle da produção.

Em 2015, foi a vez de outra empresa – a Beraca – se aproximar dos quilombolas em busca de parcerias comerciais, com o apoio do Imaflora. A empresa também passou a comprar óleo de copaíba das comunidades das áreas protegidas do norte do Pará. Com a ampliação da demanda pelo produto, novos grupos foram incluídos nessa articulação, como os indígenas hixkaryana do município de Nhamundá, no Amazonas.

TÉCNICAS E TECNOLOGIA

Desde 2014, com o apoio do programa Florestas de Valor, o Imaflora oferece treinamento aos comunitários para reforçar boas práticas de coleta e pós-coleta do óleo de copaíba. Promove, ainda, o mapeamento de produtos florestais não madeireiros para subsidiar o planejamento da exploração e a prospecção de novas áreas de coleta. Isso garante que o aumento da demanda não leve a uma exploração acima da capacidade de reposição do óleo. Essas ações, que se intensificaram a partir de 2015, constituíram a base para a certificação orgânica de parte da produção em 2017.

Para garantir o controle da exploração e o período de descanso das árvores, as copaibeiras passaram a ser identificadas e georreferenciadas. Ao coletar o óleo, os extrativistas preenchem fichas que contêm a numeração das árvores e o volume de óleo coletado de cada uma delas. As informações são enviadas pelos entrepostos comunitários e consolidadas pela equipe do Imaflora em um banco de dados que sistematiza e organiza tudo, contribuindo para a rastreabilidade da produção e a gestão dos recursos naturais pelas comunidades.

Atualmente, os extrativistas que participam dessa iniciativa recebem, no ato da entrega do produto ao entreposto local, um valor 40% superior ao praticado pelos atravessadores na sede do município, além dos valores pagos aos entrepostos locais e fundo de capital de giro. Ademais, a consolidação da cadeia da copaíba na região possibilitou o desenvolvimento de um produto pronto para as prateleiras, que leva a marca desses povos. Todo esse trabalho tem atraído diversas empresas interessadas em absorver qualquer produção excedente de copaíba que houver.

Somado ao capital de giro formado a partir da doação inicial e ao fundo de comercialização da copaíba, um novo aporte de R\$ 90 mil em doações foi feito em 2017, o que possibilitou aplicar os recursos a outras cadeias. As iniciativas de comercialização de diferentes produtos preveem taxas para o fundo, de modo a ampliar o capital de giro. Em 2020, o capital de giro atingiu quase R\$ 250 mil. Até 2020, foram comercializados, com apoio do Imaflora, aproximadamente 14 toneladas de óleo de copaíba, o que movimentou um total de R\$ 760 mil.

ORIGENS BRASIL

Em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA), o Imaflora lançou, em 2016, a iniciativa Origens Brasil, um sistema de garantia de origem para produtos de áreas protegidas, como, por exemplo, unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas.

O sistema foi desenvolvido para promover os territórios e produtos da sociobiodiversidade. O Origens Brasil opera a partir de uma rede de instituições que apoiam a produção extrativista de comunidades e povos tradicionais da Amazônia. Ao longo dos anos, o Origens constituiu-se como uma rede de instituições que atuam com cadeias produtivas, atraindo empresas para o estabelecimento de relações comerciais com as comunidades e povos locais da região.

CUMARU

Largamente utilizada pela indústria de cosméticos, a semente da árvore do cumaru (*Dipteryx odorata*) vem ganhando cada vez mais espaço na gastronomia e é um produto de grande valor na economia extrativista. O município de Alenquer, no norte do Pará, é o principal produtor do país, respondendo por 36% da produção brasileira entre 2016 e 2018. O projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) Paraíso é uma das localidades com maior produção no município.

Ali, o Imafora apoia, desde 2010, a organização social e a reestruturação da associação local, incentivando práticas agrícolas sustentáveis. Ao longo dos anos, a comunidade também passou a solicitar apoio para a comercialização de produtos, principalmente o cumaru, antes negociado com atravessadores, que controlavam os preços de acordo com a concorrência.



As articulações promovidas pela rede Origens Brasil aproximaram as comunidades locais da Lush, empresa inglesa de grande porte, que usa o cumaru na fabricação de cosméticos. A empresa já tinha parceria comercial com instituições e comunidades do território do Xingu (PA).

Em 2017, a Lush começou a comprar das comunidades do norte do Pará, e, naquele ano, os extrativistas apoiados pelo Imaflora venderam uma tonelada de sementes secas à empresa. Em 2018, o número subiu para quatro toneladas e, em 2019, sete toneladas.

Ao longo desses anos, as transações movimentaram R\$ 657 mil. Para operacionalizar a produção, foram estabelecidos dois entrepostos comunitários no PDS e instalados secadores solares para as sementes. Foi oferecido, ainda, treinamento por consultores da empresa e técnicos do Imaflora para garantir a qualidade do produto, conforme as necessidades do parceiro comercial. Para a safra de 2020, a projeção é de um volume de 6 toneladas e uma movimentação financeira total desde o início da parceria superior a R\$ 900 mil.

O cumaru da região é considerado de excelente qualidade pela empresa, o que tem fortalecido a parceria comercial, favorecendo uma relação de longo prazo. Depois de secas, as sementes são preparadas por parceiros da empresa no Brasil e exportadas para a Europa.

Os valores praticados na comercialização do cumaru com apoio do Imaflora têm funcionado como regulador de preços no município de Alenquer. Isso ocorre porque os atravessadores foram obrigados a elevar seus preços em todas as safras após os entrepostos comunitários iniciarem as operações de compra do produto para revendê-lo à empresa inglesa.

Esse fato contribui para a valorização das atividades dos extrativistas que participam das atividades no âmbito do Origens Brasil e, também, para os que não participam da iniciativa, pois quando os atravessadores elevam o valor praticado, todos ganham com isso.

Atualmente, muitos já perceberam que, em três anos de comercialização das sementes de uma mesma árvore, eles recebem mais do que se estivessem vendendo a madeira, que seria comercializada uma única vez. Muito apreciada pelo mercado madeireiro, a árvore do cumaru tornou-se um ótimo exemplo de valorização da floresta em pé.

O DESAFIO DA CASTANHA

A cadeia produtiva da castanha-do-brasil é de grande importância econômica e cultural para os povos da Amazônia. A região norte do Pará concentra grandes castanhais e é uma das principais regiões produtoras do país. De acordo com o IBGE, entre os anos 2000 e 2018, a mesorregião do Baixo Amazonas foi responsável por 14% da produção brasileira de castanha, ocupando o quarto lugar na classificação nacional; e a microrregião geográfica de Óbidos foi responsável, nesse mesmo período, por 10% da produção brasileira de castanha – terceiro lugar no país.

Trata-se de uma cadeia histórica, com relações de comercialização predominantemente informais com uma rede de compradores locais, popularmente chamados de regatões. A produção da castanha varia a cada safra, e anos de muita

produção se alternam com outros de produção escassa. Essa oscilação, somada à variações no comércio internacional de outras oleaginosas, muitas vezes influencia os valores praticados em cada safra.

Na safra de 2013, ocorreu a primeira comercialização de aproximadamente 12 toneladas de castanha *in natura* dos extrativistas apoiados pelo Imaflora, com valor acima do que os compradores locais pagavam naquele ano. Na ocasião, o Imaflora havia aproximado os quilombolas a uma usina de beneficiamento, facilitando um acordo comercial para a safra. No entanto, a empresa não deu continuidade a suas ações em 2014.



Em 2018, foi feita nova parceria – por meio da iniciativa Origens Brasil – com a empresa de alimentos Wickbold, que fabrica pães com essa marca. A Wickbold foi identificada pelo Imaflora como uma das empresas que mais consomem castanhas no Brasil. A partir daí, o instituto começou a se aproximar da empresa para sensibilizá-la sobre o papel que poderia desempenhar na cadeia, apoiando o pagamento de valores mais justos aos coletores de castanha.

No ano de 2018, foram comercializadas aproximadamente 60 toneladas de castanha com valor acima do mercado local. Em 2019, no entanto, a safra teve baixíssima produção, o que elevou os valores praticados pelos atravessadores



locais a preços nunca vistos. Os valores subiram cerca de 200%. Devido a isso, o valor pago no âmbito da parceria, mesmo sendo superior à média local, não se demonstrou atrativo para os extrativistas, que venderam sua produção aos atravessadores.

O fato abalou a confiança da empresa na capacidade do território de estabelecer uma relação de longo prazo. Isso fez com que o Imafloira, em conjunto com os entrepostos comunitários, começasse um trabalho de formação de um “grupo fiel” – composto por extrativistas comprometidos com uma relação de longo prazo e capazes de cumprir o combinado, mesmo quando o valor do mercado local superasse o da parceria. A contrapartida da empresa passou a ser, também, honrar os acordos, mantendo o valor acertado, mesmo quando o mercado local praticasse preços abaixo do estabelecido pela parceria.

Nessas articulações junto aos extrativistas, ficou claro que vale mais ao castanheiro vender muita castanha em uma safra de alta produção a um preço justo que vender pouca castanha em uma safra de baixa produção a um preço extremamente alto. Para quem depende das atividades extrativistas para complementar sua renda familiar, ter a certeza de que seus produtos serão adquiridos a um preço justo permite um planejamento financeiro que viabiliza o atendimento de suas necessidades.

Atividades como a extração da castanha envolvem grande número de extrativistas. Estima-se que, apenas nas comunidades quilombolas de Oriximiná, mais de mil extrativistas estejam envolvidos na coleta de castanha, sendo que muitos não acompanham de perto as ações de fortalecimento do extrativismo – apenas coletam e vendem a quem pagar mais ou àqueles com quem tenham dívidas derivadas do adiantamento de insumos.

Em 2020, uma nova comercialização foi feita, mas restrita aos extrativistas mais próximos aos entrepostos locais, sensibilizados sobre a importância de relações de longo prazo e do compromisso com a empresa. Neste ano, foram comercializadas 66 toneladas de castanha *in natura*, com valor superior ao praticado pelo mercado local. Entre 2018 a 2020, foram movimentados R\$ 570 mil.

ORGANIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO COMERCIAL

As novas parcerias com comercialização direta para as empresas (não mais por meio de atravessadores) passaram a exigir a formalização dos extrativistas para a emissão de notas fiscais. As comercializações de 2013 a 2018 foram realizadas pela Cooperativa do Quilombo (Ceqmo), que já existia formalmente quando as parcerias comerciais começaram. A cooperativa era uma das instituições comunitárias mais atuantes em 2012, mas representava apenas uma parte dos quilombolas e não abrangia os indígenas e assentados de Alenquer que integravam as parcerias comerciais.

O Origens Brasil iniciou sua atuação na região em 2017, atraindo novas empresas que ampliaram as parcerias comerciais. Com isso, os volumes de recursos e produtos movimentados tornaram-se expressivos, e novos grupos não vinculados à Ceqmo passaram a comercializar sua produção. A rede atua nos territórios a partir do Comitê Territorial, uma entidade de governança local constituída por representantes das comunidades e das instituições de apoio.

O comitê da região norte do Pará passou a reunir lideranças indígenas, quilombolas e de assentados que trabalhavam para o fortalecimento das cadeias e tinham dificuldades comuns, sobretudo em relação à organização da produção, à formação de capital de giro, à formalização da comercialização e à emissão de notas fiscais. Essas ações levaram os representantes desses povos a propor a criação de uma nova cooperativa que abrangesse os diferentes grupos envolvidos nas parcerias comerciais viabilizadas pelo Imaflora e Origen Brasil.

Durante o ano de 2018, oito reuniões e oficinas foram realizadas para definir o formato da nova cooperativa. Os desafios eram grandes, pois a iniciativa abrangia um território gigantesco; diferentes povos, com culturas e línguas diferenciadas; distintas pressões e situações fundiárias; e diferentes estágios de estruturação das cadeias. Havia, porém, uma causa agregadora: a vontade de comercializar os produtos a um valor justo e atrativo para os povos da floresta.

Nas discussões sobre a criação da cooperativa, foram identificadas todas as ações em curso que poderiam ser beneficiadas pela nova organização: a comercialização dos produtos locais para a alimentação escolar; a operação das agroindústrias implantadas em comunidades quilombolas; a prestação de serviços pela cooperativa para a organização produtiva e o acompanhamento técnico; e a comercialização dos produtos. Tudo isso foi incluído na minuta de estatuto.

No início de 2019, foi realizada a assembleia de criação da Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais da Calha Norte (Coopaflora). Seis meses depois, a cooperativa já tinha seu CNPJ.

O Imaflora apoiou a obtenção do certificado digital e a contabilidade da cooperativa. Eleita a diretoria, a cooperativa começou a funcionar. Em janeiro de 2020, ocorreu a primeira grande operação comercial da Coopafloa, com a comercialização de 66 toneladas de castanha-do-brasil e a movimentação de aproximadamente R\$ 280 mil nos primeiros meses, por meio de parcerias viabilizadas pelo Origens Brasil.

Durante a pandemia da Covid-19, o Origens Brasil canalizou doações de empresas para apoiar comunidades da Amazônia, e a Coopafloa recebeu uma doação de R\$ 460 mil para a compra de cestas básicas. Isso permitiu que as comunidades permanecessem isoladas, além de fornecer capital de giro para manter as operações de compra dos produtos nas comunidades ativas, mesmo com a redução da demanda por parte das empresas.

Foi uma maneira de minimizar os impactos econômicos para as comunidades em um momento em que a pressão por atividades predatórias explodiam na Amazônia, como, por exemplo, a exploração ilegal de madeira, a grilagem e o garimpo. Essas ações fortaleceram o perfil da cooperativa entre as associações e comunidades locais.

A estrutura da cooperativa possui diretorias étnico-territoriais para garantir a representação dos diferentes grupos envolvidos. Entre os grupos representados nas diretorias, estão os povos indígenas hixkaryana e waiwai, quilombolas e agricultores familiares assentados pela reforma agrária. A operação da cooperativa ainda depende de apoio técnico e financeiro do Imaflora e de outras instituições parceiras, mas essa é uma situação transitória, que deve acabar após a estruturação e capacitação técnica da diretoria e do quadro de cooperados. O resto da história ainda está sendo escrito.

REFERÊNCIAS

BENTES-GAMA, M. de M. Principais relações de comercialização de produtos florestais não madeiros (PFNM) na Amazônia. EMBRAPA, 2016

Shanley, Patricia. Além da Madeira: certificação de produtos florestais não-madeiros/ Por Patricia Shanley, Alan Pierce e Sarah Laird. Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR), 2005.

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>.



Apoio

Canadá



Patrocínio



Realização



Articulando diálogos.
Cuidando da Terra.



Estrada Chico Mendes 185
Sertãozinho | Cep 13426-420
Tel +55 19 3429.0800
Piracicaba | SP | Brasil

www.imaflora.org

-  [instagram.com/imaflorabrasil](https://www.instagram.com/imaflorabrasil)
-  imaflora.org/blog
-  [facebook.com/imaflora](https://www.facebook.com/imaflora)
-  twitter.com/imaflora
-  [linkedin.com/in/imaflora](https://www.linkedin.com/in/imaflora)
-  [youtube.com/imaflora](https://www.youtube.com/imaflora)

